



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agricultura Familiar
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

VICTOR MIRANDA LEÃO

**CULTIVANDO AUTONOMIA: ANÁLISE DA SOCIOECONOMIA E
AGROBIODIVERSIDADE NO QUILOMBO DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA,
ILHA DO MARAJÓ/PA**

**Belém
2020**

VICTOR MIRANDA LEÃO

**CULTIVANDO AUTONOMIA: ANÁLISE DA SOCIOECONOMIA E
AGROBIODIVERSIDADE NO QUILOMBO DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA,
ILHA DO MARAJÓ/PA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de Concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dra. Angela May Steward

**Belém
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L433c Leão, Victor Miranda.
CULTIVANDO AUTONOMIA: ANÁLISE DA
SOCIOECONOMIA E AGROBIODIVERSIDADE NO
QUILOMBO DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA, ILHA DO
MARAJÓ/PA / Victor Miranda Leão. — 2020.
128 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Angela May Steward
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-
graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2020.

1. Cultura. 2. Quilombo. 3. Práticas tradicionais. 4. Roça.
5. Segurança alimentar. I. Título.

CDD 630.98115

VICTOR MIRANDA LEÃO

**CULTIVANDO AUTONOMIA: ANÁLISE DA SOCIOECONOMIA E
AGROBIODIVERSIDADE NO QUILOMBO DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA,
ILHA DO MARAJÓ/PA**

Projeto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará- UFPA e Embrapa Amazônia Oriental como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Angela May Steward

Data de aprovação 15 / 06 / 2020.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Angela May Steward (Orientador)
(INEAF/UFPA)



Profª. Dra. Flávia Cristina Araújo Lucas (Examinador externo)
(CCSE/UEPA)



Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros (Examinador interno)
(INEAF/UFPA)



Profª. Dr. Dídac Santos Fita (Examinador suplente)
(INEAF/UFPA)

A Deus, a minha família, amigos,
professores e moradores das comunidades
de Deus Ajude, Providência e Mangueiras.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, saúde, proteção e sabedoria. Meu amparo e sustento em todos os momentos mais difíceis. A ele, todo meu amor.

Aos meus pais Telma Leão, Selma Menezes e Antônio Menezes pelo apoio e incentivo em meus estudos, pelos cuidados e por todo amor e carinho.

Ao meu irmão Fabio Leão pelas conversas, orientações e apoio incondicional nas minhas escolhas, sempre um exemplo que busco seguir.

À minha família, tia Rossi, tio Junior, pelo apoio e incentivo. Às minhas primas Camila Leão, Monica Azevedo, Crismel Tavares por todos os momentos descontraídos, conversas e risos que ajudam a tornar todo esse trajeto mais leve. À minha cunhada Karine Leão que sempre me apoiou pacientemente minhas loucuras e à minha sobrinha Anny pela companhia e paciência. E a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram não só para minha formação acadêmica, mas para minha formação como pessoa.

Aos moradores da comunidade quilombola de Providência pela receptividade, acolhimento, confiança, carinho, por todos os cafés da tarde, pelas conversas, almoços, cuidado. Sem eles não seria possível a realização desse estudo. A vocês toda minha Gratidão.

Ao seu Zé Luiz, Deco, D. Ódineia, seu Renato, Chico, Rosana, D. Mariza pelo acolhimento em suas casas, cuidados, alimentação, paciência, amizade, carinho e confiança. E a todos os moradores da comunidade de Deus Ajude, pelo carinho e hospitalidade.

À minha orientadora Profa. Dra. Angela May Steward pelos conselhos, instruções, compreensão, orientações, assim como pela companhia no trabalho de campo, pelos chás, risadas, conversas. Sempre acessível, presente, humana e justa não só comigo, mas com todos os seus alunos.

À Universidade Federal do Pará, pela estrutura formativa e assistencialismo para a minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudos concedida durante os dois anos de mestrado.

Ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares pela formação e estrutura fornecida ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Em especial, a Livia Navegantes, Dídac Fita, Tatiana Sá, Luís Mauro, professores do Instituto, pelo apoio, assistência e amizade, orientações e momentos de descontração. E aos servidores da coordenação, secretaria, biblioteca, limpeza e bolsistas.

À minha turma do MAFDS que foi uma verdadeira família nesses dois anos, pelos momentos de aprendizado compartilhado, pelo carinho, pelas risadas junto às tensões, pelo apoio conjunto, pelos nossos lanches de todo intervalo, pela militância, luta e aulas de campo. Vocês dividiram comigo o peso de cada disciplina, as tensões das avaliações e trabalho. Saibam que sem vocês esse processo não seria tão prazeroso e feliz.

Ao Grupo de Pesquisa Biose pelas oportunidades de compartilhar conhecimento, apoio e suporte com o trabalho de campo. A cada um dos integrantes, em especial a Anael, Renata e Lara, amigas que durante todo esse tempo dividiram a sala comigo e que sempre contribuíram positivamente para o trabalho. Também ao Professor Flavio Barros por todo o apoio na execução do projeto e pelas oportunidades, e ao Ygor e à Camila, pelo suporte técnico e pelas imagens.

Ao projeto “Comida de Quilombo” pela oportunidade de integrar a equipe e suporte para o desenvolvimento da pesquisa e do trabalho de campo.

À Mayara pelo apoio e suporte no meu pré-campo pelo Marajó para a escolha da localidade de estudo.

À Ingrid pela amizade e ajuda na construção dos calendários.

Aos meus amigos e sempre parceiros de pesquisa do herbário Profa. Dr. Marlene Freitas da Silva, onde dei meus primeiros passos na carreira acadêmica, em especial à Profa. e amiga Flávia Lucas.

À Sueyla Malcher que esteve comigo em todas as etapas da construção desse trabalho, com temáticas próximas, porém com ideias paralelas e, assim, compartilhamos ideias, anotações, reflexões, inclusive a mesma estadia durante as viagens para campo. Foram muitos momentos que vão de aventuras a estresses, mas sempre muito enriquecedores.

Aos meus amigos Diego, Helton e Leticia, pessoas maravilhosas e confidentes, verdadeiros presentes que recebi nesse mestrado e que pretendo levar para toda a vida. Vivenciamos momentos únicos durante nossa formação, mas foi na nossa relação extra sala, nos bares, festas e encontros da vida, até em uma simples ida ao cinema, que estreitamos nossas lações, os amos muito.

Aos meus amigos Talita, Assussena, Fernanda, Mayra, Neto, Renan, Maria e Karina pelo colo nos momentos difíceis, pelo amor e carinho que me recarregavam perante a exaustão mental. Aos demais amigos da UEPA e da vida, pelos laços que foram se formando no decorrer do percurso. É impossível citar o nome de todos, mas saibam que têm lugar em meu coração.

Aos Power Rangers, Rodrigo, Luiza, Yasmim, Fernando, Adhara, Felipe, Carlos, Julia, que considero como uma pequena família, obrigado por estarem sempre próximos independente da distância física.

Por fim, todos que de maneira indireta contribuíram com minha formação acadêmica toda minha gratidão. Essa dissertação é uma conquista coletiva.

“Ciente da importância das sementes que se perdiam, o homem “rasgou” o solo para ajudar a natureza a preparar um leito melhor para aquela vida que germinava”

Leopoldo Feldns

“O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza”

Karl Marx

RESUMO

As comunidades tradicionais quilombolas têm nas práticas produtivas tradicionais uma estratégia de manutenção do seu modo de vida e reforço de sua identidade cultural. Desse modo, o presente trabalho visa investigar o papel da agrobiodiversidade nas estratégias econômicas e alimentares, registrando os saberes e práticas tradicionais associadas a ela, assim como sua relação com a soberania alimentar na comunidade quilombola de Providência, Salvaterra, Marajó, PA. Metodologicamente, a pesquisa ocorreu com onze representantes de nove unidades familiares, durante sessenta dias nos meses de fevereiro, maio, julho e novembro de 2019, sendo devidamente solicitada e autorizada pela liderança local e pelos demais moradores por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Em seguida, as entrevistas ocorreram com representantes das unidades familiares e a seleção se deu por amostragem não probabilística. Foram realizadas entrevistas não-diretivas e aplicados questionários semiestruturados com perguntas que versavam sobre os aspectos socioeconômicos, produtivos e alimentares, bem como observação participante. Tais dados foram compilados em Microsoft Excel para otimização gráfica e, posteriormente, foram calculados os índices de diversidade e de saliência cultural, bem como a caracterizado o perfil alimentar da comunidade. Como resultado da investigação, pode-se constatar que as práticas produtivas locais estão fortemente atreladas aos costumes religiosos e alimentar local e que as atividades tradicionais, tais como roça, extrativismo, pesca e criação animal, colaboram para a construção da renda familiar, que é composta majoritariamente pelos benefícios sociais do governo. Desse modo, pode-se concluir que as práticas produtivas tradicionais estão diretamente relacionadas a cultura quilombola local que são desenvolvidas em função da agrobiodiversidade, expressas também na fé, religiosidade herança histórica, bem como no cotidiano e nas preferências alimentares do grupo.

Palavras chaves: Cultura. Quilombo. Práticas tradicionais. Roça. Segurança alimentar.

ABSTRACT

Traditional Quilombola communities have strategies for maintaining their way of life and reinforcing their cultural identity through traditional productive practices. This study sought to investigate the role of agrobiodiversity in economic and food strategies, recording the traditional knowledge and practices associated with it, as well as its relationship with food sovereignty in the Quilombola community of Providência, Salvaterra, Marajó, Pará state, Brazil. Methodologically, the research took place over sixty days in the months of February, May, July and November of 2019, being authorized by local leaders and the other residents through the signing of the Informed Consent Form. Later interviews were conducted with household representatives, with selection occurring through non-probabilistic sampling. Non-directive interviews were carried out and semi-structured questionnaires were applied with questions on socioeconomic, productive and food aspects, along with participant observation. Data were organized into Microsoft Excel spreadsheets for graphical optimization and, subsequently, diversity and diversity indexes were calculated, along with cultural salience and the community's food profile. Research with 11 heads of household showed that the local productive practices are strongly linked to local religious and food customs and that traditional activities, such as farming, extraction, fishing and animal husbandry, contribute to family income, which is mainly comes from state social benefits. Thus, we can conclude that traditional productive practices are directly related to the local Quilombola culture developed in part through agrobiodiversity, also expressed in faith, religiosity, historical heritage, as well as in daily life and in group's food preferences.

Keywords: Culture. Quilombo. Traditional practices. Farm. Food security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Esquema representa a agrobiodiversidade como elemento expressivo da biodiversidade e seus componentes.....32

ARTIGO 1

Figura 1- Mapa de localização da comunidade quilombola de Providência, Salvaterra – PA..... 46

Figura 2- Comunidade quilombola de Providência47

Figura 3 – Igreja de N.Sra. do Bom Parto na Comunidade quilombola de Deus Ajude.....50

Figura 4- Igrejinha de pedra de N.Sra. do Bom Parto na comunidade quilombola de Providência.....50

Figura 5 – Procissão do mastro. A- Em azul e branco o mastro de N.Sra do Bom Parto juntamente ao seu estandarte; B- Banda de fanfarra; C- Mastro de São Sebastião carregado por devotos; D- Mastro das crianças.....51

Figura 6 – Oferta do macaco, bebida oriunda da mandioca.....52

Figura 7 – Procissão do Mastro. A- Andor de São Sebastião; B- Banho do mastro com cachaça em casa de moradores de deus Ajude; C- Mastros ateados.....53

Figura 8 – Componentes da procissão. A- Berlinda; B- Imagem de Nossa Senhora so Bom Parto; C- Imagem de São Sebastião; D- Barco dos anjos; E- Crianças com vestimenta de anjos e N.Sra do Bom Parto.....54

Figura 9 – Procissão do Círio. A- Preparativos Casa da Dona Conceição; B- Berlinda acompanhada por devotos e pela banda; C- Corda como ato de fé; D- Celebração eucarística..55

Figura 10: Principais preparados para o almoço do círio. A – Maniçoba; B – Porco assado de panela.....55

ARTIGO 2

Figura 1- Comunidade quilombolas de Providência em rosa, zona rural do município de Salvaterra, Ilha do Marajó.....61

Figura 2- Comunidade quilombola de Providência. A – Sede do Providência Futebol Clube; B – Moradia; C – Igreja de pedra de N. Senhora do Bom Parto; D – E. E. infantil (comunidade de Deus Ajude); E – Divisa entre as comunidades de Providência e Deus65

Figura 3- Gráfico da composição da renda familiar anual dos moradores da comunidade quilombola de Providência, Salvaterra – PA.....67

Figura 4- Calendário anual das práticas tradicionais produtivas desenvolvida pelos moradores da comunidade quilombola de Providência.....68

Figura 5- Preferencias alimentares dos moradores da comunidade de Providência.....76

ARTIGO 3

Figura 1- Comunidades quilombolas de Salvaterra. Em azul as comunidades de Bairro Alto e Providência.....88

Figura 2- Comunidade quilombola de Providência. A – Sede do Providência Futebol Clube; B – Moradia com presença de cercado; C – Igreja de pedra de Nossa Senhora do Bom Parto; D – Escola de educação infantil da comunidade de Deus Ajude; E – Marco de divisa entre as comunidades de Providência e Deus Ajude.....89

Figura 3- Diagrama de escalonamento multidimensional apresentando os agrupamentos das espécies cultivadas nos roçados de acordo com a saliência cultural.....94

Figura 4– Calendário agrícola das espécies cultivadas nos roçados de Providência. PC – Período de Colheita.....101

Figura 5- Croqui dos roçados de mandioca. Modelo1 – Mandiocas agrupadas de acordo com a variedade. Modelo 2 – Mosaico de mandiocas. Em ambos os casos as culturas sazonais são plantadas em meio as mandiocas.....104

Figura 6- Croqui dos roçados de mandioca com presença do abacaxi. Mod.1 – Mandiocas agrupadas de acordo com a variedade e abacaxi separado. Mod. 2 – Abacaxi consorciado a mandioca da variedade paimané.....106

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 2

Tabela 1- Espécies manejadas pelos moradores de Providência, Pará.....72

ARTIGO 3

Tabela1- Cultivos dos roçados da comunidade quilombola de Providência e seus respectivos Índice de Saliência – IS e frequência de citações com base na Lista Livre.....93

Tabela 2- Principais variedades de mandioca e indicação de preparados.....107

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 3

Quadro 1 – Variedades de mandiocas com suas descrições locais.....98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARQP	Associação dos Remanescentes Quilombolas de Providência
CEDEMPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
CGen	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Multidimensional Scaling
MFS	Marlene Freitas da Silva
ONU	Organization Nations United
Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SD	Seguro Defeso
SISBIO	Sistema de Informação e Autorização em Biodiversidade
TCL	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UF	Unidade Familiar
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	18
1.1	Problemática e pergunta de partida	20
2	OBJETIVO.....	24
2.1	Objetivo geral.....	24
2.2	Objetivos específicos.....	24
3	REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1	O conceito de Quilombo	25
3.2	O Negro Marajoara.....	26
3.3	O quilombo, os cercados e a fazenda	29
3.4	Agrobiodiversidade	31
3.5	A Roça e os Saberes Tradicionais	33
3.6	Soberania alimentar e autonomia	36
	REFERÊNCIAS	39
4	ARTIGO I - CULTURA E TRADIÇÃO NO CÍRIO DE NOSSA SENHORA DO BOM PARTO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ - PA.....	44
	INTRODUÇÃO	44
	METODOLOGIA	45
	<i>Seleção da área de estudo e autorização</i>	45
	<i>Coleta e análise dos dados</i>	48
	RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
	<i>A fé e devoção: Nossa senhora do Bom Parto e São Sebastião</i>	49
	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS	57
5	ARTIGO II – ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS E ALIMENTARES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ/PA.....	59
	INTRODUÇÃO	59
	METODOLOGIA	61
	<i>Seleção da área de estudo</i>	61
	<i>Autorizações e seleção dos interlocutores</i>	62
	<i>Coleta de dados</i>	63
	<i>Análise dos dados</i>	63
	RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
	<i>Aspectos socioeconômicos</i>	64
	<i>Renda: Produção tradicional e benefícios sociais</i>	66
	<i>As matas, quintais e roças</i>	69

<i>Pesca, caça e criação de animais</i>	74
<i>Preferencias alimentares</i>	75
<i>Agrobiodiversidade e Socioeconômica</i>	78
CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	81
6 ARTIGO III - AGROBIODIVERSIDADE DOS ROÇADOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLAS DE PROVIÊNCIA MUNICÍPIO DE SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ/PA	86
INTRODUÇÃO	86
METODOLOGIA	88
<i>Seleção da área de estudo</i>	88
<i>Autorizações e seleção dos interlocutores</i>	89
<i>Coleta de dados</i>	90
<i>Coleta de material botânico</i>	90
<i>Análise dos dados</i>	91
RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
<i>As mandiocas</i>	97
<i>A implantação do roçado</i>	98
<i>Organização dos roçados</i>	102
<i>A herança</i>	108
CONCLUSÃO	109
LITERATURA CITADA	110
7 CONCLUSÃO GERAL	115
Anexos	117
ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE	118
ANEXO 2- ROTEIRO DIAGNÓSTICO PRÉ-CAMPO	121
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	122
ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR – ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E ALIMENTARES	127

1 INTRODUÇÃO GERAL

A presente dissertação analisa as estratégias econômicas e práticas alimentares que surgem a partir da relação dos agricultores quilombolas com a agrobiodiversidade, por eles ativamente mantida na comunidade de Providência, localizada na região amazônica, na ilha do Marajó, Estado do Pará. Neste sentido, o estudo registra relações entre sociedade-natureza existentes há milênios.

Ao longo da história o homem passou a colecionar e cultivar plantas com a finalidade de obter alimentos, manejando a diversidade vegetal por meio da seleção de espécies que atendessem sua necessidade alimentar (MAZOYER; ROUDART, 2008). Assim, a domesticação dos recursos naturais aparece como fruto de experiências empíricas desenvolvidas e repassadas ao longo de gerações, sendo primordiais para o avanço das técnicas de cultivo, rompimento de fronteiras e estabelecendo do intercâmbio cultural (CLEMENT, 2001).

A agricultura que priorizava a produção de alimentos para atender a demanda de um determinado grupo passou a ser classificada como “de subsistência”, entretanto, a partir dos anos 2000, esse termo se tornou obsoleto por não abranger a complexidade socioeconômica e o contexto histórico-cultural na qual ela se insere (ALTIERI, 1991). Nesta inserção, as populações tradicionais aparecem, constituídas por indígenas, camponeses, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos e reconhecidas pela sua íntima relação com a natureza, marcada por particularidades intimistas dotadas de valores simbólicos na qual o homem é reconhecido como parte integrante do meio natural (CALEGARE; HIGOUCH; BRUNO, 2014).

A relação das populações tradicionais com a natureza é marcada por respeito e credos, uma vez que a ela é fonte de alimento e mantenedora da vida, e se estabelece pela troca de benefícios, no qual cabe ao homem o papel de manejador, cuja preservação da fauna e da flora é tida como uma garantia de perenidade (ARRUDA, 1999).

Partindo de uma releitura conceitual que se institui a partir dos anos 2000, entende-se por quilombo os espaços múltiplos e variados que, apesar da predominância negra, são constituídos por grupos étnicos raciais com trajetória histórica própria, nos quais as relações territoriais são expressas pelas práticas tradicionais (agricultura, extrativismo, pesca e artesanato), que visam garantir a manutenção do seu modo de vida (BRASIL, 2003; ARRUDA et al. 2014). Para melhor entendimento conceitual, não se pode deixar de considerar a dimensão de espaço e tempo, bem como o dinamismo cultural e as memórias da escravidão como

elementos que remetem às lutas, às fugas e à formação dos quilombos (DURHAM, 2012; FURTADO, 2014).

O modo de vida das comunidades quilombolas se expressa por práticas agrícolas que transpassam o tempo e se ressignificam perante o dinamismo cultural, como expressão de sua luta e resistência, antes contra a captura e escravidão, atualmente contra a invisibilidade e negação desses sujeitos como quilombolas (FURTADO et al., 2014; SOUZA, 2018). As estratégias socioeconômicas das comunidades quilombolas estão diretamente vinculadas à agrobiodiversidade local, que se estrutura a partir da interação do homem com os meios produtivos, no qual estão entre os componentes-chave as técnicas, processos, conhecimento e práticas culturais (SANTILLI, 2009).

O acesso ao recurso natural é um fator crucial para a manutenção do modo de vida das famílias (PERALTA; LIMA, 2010). Em virtude desse aspecto, a relação das comunidades para com os ambientes naturais é direcionada por uma política interna de preservação e gerenciamento dos recursos que viabilizam a autonomia da socio economia local (SANTILLI, 2012). Na década 1990, percebe-se uma preocupação mundial com a preservação da agrobiodiversidade e manutenção dos recursos genéticos, especialmente em relação à alimentação, com a expansão dos modelos de monocultivos, ampliação dos insumos sintéticos e intensificação do uso de pesticidas/herbicidas (MACHADO; SANTILLI; MAGALHAES, 2008). Desde então, entidades governamentais e não-governamentais junto à ONU propuseram um plano de ação global, que visa colaborar com políticas e ações que incentivem a produção de alimentos saudáveis e a manutenção da diversidade genética nos meios produtivos com o foco na soberania alimentar (FAO, 2018).

O Brasil, enquanto detentor de inestimável diversidade de espécies vegetais nativas, se destaca como ambiente de estudo pela sua agrobiodiversidade em relação à promoção de uma alimentação diversificada e nutritiva, pautada na liberdade de escolha de consumo. Portanto, inserida no contexto cultural das populações tradicionais, a conservação desses alimentos é essencial para manutenção do patrimônio cultural, que está associada a práticas alimentares presentes, inclusive, em festividades culturais locais (OLIVEIRA et al., 2006).

É necessário problematizar o modelo produtivo hegemônico no Brasil, que prioriza o cultivo de *commodities*, que vem sendo ampliado com o avanço da fronteira agrícola, principalmente no Estado do Pará, por meio de pastos e campos de soja, o que acontece, em especial, na região do Marajó, que, além dos pastos, conta com a expansão da rizicultura (MEIRELES FILHO, 2014).

Notável é a vulnerabilidade a que são colocadas as comunidades tradicionais quilombolas, que lutam pelo reconhecimento territorial frente aos órgãos de regulação fundiária, como o INCRA, e que tem no trabalho com a terra e demais recursos naturais o instrumento de manutenção do seu modo de vida e garantia da segurança alimentar (SILVA, 2015; ZUIN e AMARAL, 2018). A agricultura praticada por elas é reconhecida por colaborar com a manutenção da agrobiodiversidade, via cultivo de variedades nativas e introduzidas, e pela promoção de cruzamentos que contribuem para o aumento da variabilidade genética da população vegetal (NAZARIO et al., 2018). Logo, é comum que conservem raças exóticas de outras localidades, constituindo verdadeiros bancos de germoplasma (*The Government of the Federal Republic of Brazil et al., 1995*).

A proteção à agrosociobiodiversidade é sustentada pelos repertórios socioculturais refletidos nas práticas que expressam a autoconsciência coletiva de pertencimento à natureza (DINIZ et al., 2011). Em relação aos quilombolas, a agricultura tradicional se firma como estratégia de reprodução dos grupos de matriz africana, cujo excedente produzido se torna uma fonte de renda (FIDELIS, 2011; FURTADO et al., 2014; EMPERAIRE, 2018).

1.1 Problemática e pergunta de partida

Como consequência do modelo de *plantation*, Hamind (2013) estima que, ao longo do século XX, 75% de toda diversidade agrícola foi perdida principalmente por práticas de cultivo da agricultura industrial ou química, pautadas no monocultivos de commodities, e as mudanças climáticas, que causam perturbações ecológicas que colaboram para processos de extinção de alguns grupos vegetais (NODARI; GUERRA, 2015).

Assim, a expansão da agricultura industrial alcança as fronteiras que atingem o pequeno produtor e as comunidades tradicionais, contribuindo para um quadro de erosão genética frente a expansão dos cultivos comerciais, o que pode colaborar com a perda da autonomia econômica e alimentícia, visto que agrobiodiversidade essencial para a manutenção do modo de vida de muitas delas (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008).

O descaso com a agrobiodiversidade é acompanhado de significativa redução das espécies e variedades cultivadas, autonomia e segurança alimentar das populações tradicionais. Soglio (2014) enfatiza que os impactos vão muito além, visto que os saberes ancestrais estão estreitamente ligados à agrobiodiversidade e às práticas presente nos cultivares e estas a soberania alimentar.

No Brasil, grande parte dos alimentos fornecidos provêm da agricultura familiar, inclusive advindas de comunidades quilombolas, ou seja, pertencem a um espaço sociocultural, no qual se compartilham saberes, valores e normas locais a partir de práticas e costumes que promovem a conservação da agrobiodiversidade (DE ROBERT, 2012).

A agrobiodiversidade está diretamente ligada à autonomia e segurança alimentar das populações tradicionais e essa relação se reflete no modo de vida local por meio dos costumes e práticas produtivas e culturais, que se estruturam a partir dos conhecimentos ancestrais (BEGOSSI et al, 2002; DAL SOGLIO, 2014).

Nesse contexto, estão inseridos os remanescentes de comunidades quilombolas, constituídos não exclusivamente por pessoas negras, mas sim por grupos étnico-raciais segundo critério de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relação territorial específicas e com presunção de ancestralidade negra (BRASIL, 2003; SOUZA, 2008).

A produção tradicional dos quilombos se faz presente nas atividades de pesca, roça, extrativismo, criação de animais, caça e artesanato e podem ser desenvolvidas por coletivamente em espaços de uso comum (O' DWYER, 2001). O manejo da diversidade local tem a finalidade de garantir o sistema alimentar e os espaços produtivos servem como verdadeiros bancos de germoplasma (DUARTE E PASSA, 2016).

O histórico das comunidades tradicionais agrícolas possibilita a compreensão dos costumes e práticas alimentares, bem como da administração dos recursos naturais e financeiros. Trata-se de um processo que viabiliza análises condizentes com a realidade dessas populações. Para isso é preciso entender como se estabelece a relação dos moradores com os recursos naturais, traçando um perfil socioeconômico considerando a influência dos elementos externos na produção e obtenção de alimentos. Alguns os estudos avaliam a capacidade da comunidade em tomar suas próprias decisões a respeito do sistema alimentar, considerando também os aspectos ligados ao acesso e posse da terra, públicas de acesso a renda, que viabilizem a manutenção de sua cultura alimentar (ROSSET, 2006).

De acordo com Rosset (2006), a soberania alimentar é pautada na capacidade de uma sociedade em tomar suas próprias decisões a respeito do seu sistema alimentar, juntamente com os aspectos ligados ao acesso e à posse de terras, bem como estudar políticas públicas que viabilizem a manutenção de sua cultura alimentar.

Apesar dos estudos prévios sobre agrobiodiversidade em comunidades tradicionais, ainda são incipientes os que relacionem esta temática a comunidades quilombolas na Amazônia (CARNEY e VOEKS, 2003; STEWARD e LIMA, 2017) e que avaliem a relação das práticas

e saberes quilombolas como instrumentos de manutenção e conservação da agrobiodiversidade, o que é essencial na luta pela soberania alimentar.

O presente projeto de pesquisa também integra um projeto maior, intitulado *Comida de quilombo no Brasil: saberes, práticas alimentares e experiências em contextos do Sul, Centro-Oeste e Norte*”, aprovado na chamada CNPq/MCTIC n. 016/2016, que atua em três linhas de pesquisa: Antropologia da Alimentação e Cultura Alimentar, Sistemas Sustentáveis de Produção de Alimentos Saudáveis e Educação alimentar e nutricional.

Este grupo objetiva “estudar as estratégias alimentares de povos quilombolas em perspectiva comparada em diferentes contextos socioculturais, ambientais e de luta pelo território, uma vez que estes agentes sociais dependem da existência do território e suas territorialidades para acessarem os recursos fundamentais à soberania e segurança alimentar para o bem viver”, o que vem sendo investigado e executado na ilha do Marajó desde 2016 em comunidades quilombolas de Pau Furado e Bairro Alto.

Portanto, dentro do contexto apresentado, comunidade quilombola de Providência no município de Salvaterra, Ilha do Marajó - PA, com histórico marcado por disputas territoriais mediante o encurralamento o limitações impostas pelas cercas de fazendas que impedem o usufruto da totalidades das terras de seus ancestrais onde hoje é o quilombo (CARDOSO, 2008; CARDOSO et al., 2010).

O Estado do Pará possui quinze comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombo no município de Salvaterra na Ilha do Marajó e que, juntas, compõem 35% da população do campo do município, sendo que muitas delas se destacam pela produção de mandioca, abacaxi, pescado, extrativismo de açaí, bacuri, bem como artesanatos elaborados com produtos florestais.

A sobrevida dos recursos naturais, associada aos programas de apoio social, garante certo grau de autonomia produtiva e, em muitos casos, são responsáveis pela estabilidade e segurança financeira, que contribui para práticas de exploração não intensivas (LIMA, 2010; MOTA, et al., 2014; RODRIGUES, et al., 2017).

A comunidade quilombola de Providência está inserida no contexto de disputas territoriais mediante o encurralamento das limitações impostas pelas cercas de fazendas que impedem o usufruto da totalidade das terras de seus ancestrais onde hoje é o quilombo (CARDOSO, 2008; CARDOSO; SCHMITZ; MOTA, 2010). A essas disputas, somam-se alguns eventos ocorridos nos últimos cinquenta anos que contribuem para mudanças e recaracterização do local, tal como o crescimento do turismo, a abertura de estradas, a chegada

da energia elétrica, a ocupação funcional do território e a presença de políticas públicas com auxílios financeiros.

O presente estudo, então, foi realizado contexto dinâmico de mudanças territoriais ocasionado pela abertura de estradas, limitação territorial pelas cercas de fazendas, luta pelo título da terra e de reconhecimento identitário. A agrobiodiversidade e as práticas agrícolas associadas aos saberes tradicionais nas comunidades quilombola do município de Salvaterra tem se mostrado como elementos cruciais no que diz respeito a alimentação e complementação de renda de inúmeras famílias.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Investigar o papel da agrobiodiversidade nas estratégias econômicas e alimentares, registrando os saberes e práticas tradicionais associadas a ela, assim como sua relação com a soberania alimentar na comunidade quilombola de Providência, Salvaterra, Marajó, PA.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os aspectos culturais associados à agrobiodiversidade e sistemas produtivos (Capítulo de livro 1).
- Analisar as estratégias econômicas e alimentares e sua relação com a manutenção do modo de vida local (Artigo 1).
- Investigar os saberes e práticas tradicionais associados à agrobiodiversidade dos roçados e sua relação com a soberania alimentar (Artigo 2).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O conceito de Quilombo

Trata-se de um conceito que possui inúmeras definições, que variam de acordo com o contexto no qual é introduzido, seja ele jurídico, social, étnico ou cultural. Calheiros e Stadtler (2010) ressaltam, com base na etnologia da palavra, que o termo se originou na África, na língua *umbundu*, como *kilombo*. No Brasil, seu significado é originário dos povos *bantu*, cujos membros foram trazidos e escravizados, logo é um conceito dotado de conteúdo sociopolítico e militar, fruto de um histórico de migrações, alianças e conflitos pelo poder, cisão de grupos migrações e vínculos políticos no século 17, sendo definido como:

sociedade guerreira, o quilombo forneceu ao exército de *Kinguli* original duas coisas que lhe faltavam: uma estrutura firme capaz de reunir grande número de estranhos desvinculados de suas linhagens vencidas e uma disciplina militar capaz de derrotar os grandes reinos que bloqueavam sua progressão ao norte e ao oeste de Kwanza. A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. (MUNANGA, 1996 p., 60).

De acordo com Souza (2008), o sistema escravista nas Américas contabilizou cerca de 15 milhões de africanos homens e mulheres arrancados de suas terras. O referido autor estima que 40% dos africanos escravizados tiveram como destino o Brasil e, como consequência da dominância, cerca de 65% da população brasileira é predominantemente negra, logo o Brasil foi o país que mais importou e o território que por último aboliu legalmente a escravidão.

O sistema colonial, sustentado pelo trabalho escravo, era caracterizado por condições precárias de trabalho e métodos de coerção pautados na violência, que induziram numerosas fugas e formação dos quilombos. Assim, esse termo, em virtude das centenas de insurreições, tornou-se um marco na luta contra a dominação colonial e todas as lutas dos negros que se seguiram após a abolição da escravidão (LEITE, 2008).

Por questões políticas houve a necessidade de se conceituar quilombo a fim de se propusesse medidas relacionadas as fugas e insurgências. Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino definiu como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”.

Posteriormente, ainda na década de 70, estudiosos passaram a debater sobre a melhor definição para a sustentação de questões legais associadas ao acesso à terra e garantias de direitos instaurados pela constituição de 1988 (SCHMITT, 2002).

Com isso, o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, traz, em seu art. 2º, uma breve definição de remanescente de comunidade dos quilombos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Silva (2012), por outro lado, esclarece que a definição jurídica de remanescente quilombola abriga, sob a mesma base conceitual, todas as comunidades negras cujas formações são particulares e adversas e de diversas origens, não se referindo a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica.

No presente estudo, é essencial que se entenda o conceito de quilombo para além do jurídico tendo em vista sua tamanha complexidade e simbolismo que o envolve. Então, os quilombos brasileiros constituíram-se como estratégia de oposição a uma estrutura escravocrata pela implementação de uma outra forma de vida, bem como de uma estrutura política e social própria. O engajamento político aguçado das comunidades foi essencial para a fundação dos polos de resistência, e definição de princípios de usufrutos comuns definidos simbolicamente e que se sustentam até os dias atuais (CARDOSO; SCHMITZ; MOTA, 2010).

Denominações, tais como “terras de pretos” ou “território negro”, também passaram a ser utilizados por alguns autores como via de enfatizar a condição de “comunidades negras rurais” ou até mesmo “remanescentes das comunidades de quilombolas”:

organizações sociais que lutam pelos direitos territoriais e identificam-se como “remanescentes de quilombos” constituem-se, não exclusivamente, por pessoas negras, e localizam-se em todas as regiões do País. Parte dessas comunidades volta-se para o cultivo das terras, e possuem, em sua grande maioria, a sua posse, sem haver na maior parte dos casos regularização de seus territórios. (SOUZA, 2008, p.17).

Portanto com base na literatura apresentada, entende-se quilombo como sociedades livres dotadas de um regime político próprio, abrigando não só negros, mas também indígenas, caboclos, entre outros, desde que se autodeclarem como quilombolas.

3.2 O Negro Marajoara

O município de Salvaterra, na ilha do Marajó, abriga aproximadamente quinze comunidades que se autodefinem como quilombolas. E, para discorrer sobre os quilombos marajoaras, é preciso compreender o contexto da chegada do negro na região amazônica, bem como sua fixação no território, lutas e movimentos. Gomez e Schwarcz (2018) retratam a Amazônia como a área escravista menos conhecida do Brasil, entretanto numerosos registros e historiografias, principalmente firmadas por meio dos programas de pós-graduação de universidades do Pará, Amazonas e Maranhão, vêm somando esforços com a finalidade de conhecer melhor o processo de chegada e estabelecimento na região, assim como também o firmamento, adaptações, costumes e o seu histórico de luta pela terra.

Para Sales (1971) a concepção de escravidão na Amazônia inicia-se no a partir do XVII, com a fundação da cidade de Belém, que marca sua incorporação definitiva ao espaço geográfico português. O autor ainda ressaltou que as principais atividades agrícolas eram desenvolvidas na região por frades carmelitas e franciscanos em pequenas lavouras de espécies alimentícias (mandioca), arroz e algodão. Com o passar do tempo, os conflitos entre colonos e jesuítas pela mão-de-obra indígena impulsionou a introdução de trabalho negro na região com motivações políticas pautadas em argumentos religiosos.

Assim, a introdução do negro ficou a cargo da Companhia de Comércio do Maranhão, que passaram a viver nos mesmos aldeamentos que eram ocupados pelos indígenas e, a partir de 1660, se voltaram principalmente à atividades de lavoura nas fazendas, bem como na criação de gado e búfalos nas ilhas alagadas do Marajó (GOMEZ; SCHWARCZ, 2018).

A partir da segunda metade do século XVIII, a escravidão assume uma proporção demográfica predominante na Amazônia, tendo as docas do Ver-o-Peso um dos principais pontos de comercialização (SALES, 1971).

Uma vez que se busca estudar a atual configuração do território marajoara, no qual se destaca pelas atividades pecuaristas de criatório com forte economia extrativista, é preciso entender o protagonismo étnico dos indígenas e negros ao longo dos anos.

Gomes (2005) ressalta que, durante o período colonial, a fuga de escravos era muito comum, bem como a realização de alianças entre os foragidos, que criavam, permeadas de contradições e conflitos, de sobrevivência e resistência juntamente a outros atores locais, como indígenas, taberneiros, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e, principalmente, com aqueles que permaneciam escravos. Assim, se organizavam socialmente em grupos que se estabeleciam nas fímbrias das fazendas e tinham nas práticas agrícolas a chave para a busca pela manutenção de sua autonomia.

Atualmente, a identidade coletiva de quilombola, muito discutida na “cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra” por Bargas e Cardoso (2015), é uma forma de organização social e política que viabiliza a reivindicação de direitos territoriais e étnicos. Como estratégia de sobrevivência e ocupação do território, implementaram atividades de roça, pesca e extrativismo.

A identidade quilombola parte de um autoconhecimento e da construção de uma identidade que se forma historicamente. De acordo com Lima Filho et al. (2016), o processo de autoconhecimento é recente, com a liderança do Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) nos anos 2000, que, a partir de ações informativas nas comunidades e amparado pelo projeto Raízes da Universidade Federal do Pará, trouxe mais conhecimento às comunidades quilombolas.

Antes da chegada do Cedenpa, as pessoas nesse município da ilha do Marajó nem sequer conheciam o direito ao reconhecimento e, muito menos, à titulação do território quilombola garantido pelo artigo 68 ADCT da CF de 1988, apesar de estarem há décadas lutando para reconquistar expressivas áreas expropriadas de suas comunidades ao longo do tempo. (LIMA FILHO, et al., 2016, P.93).

Então, o Cedenpa, junto à UFPA com amparo do Projeto Raízes, realizou um mapeamento das comunidades quilombolas do município de Salvaterra, que buscou identificar doze comunidades negras rurais no município:

Deus Ajude, Caldeirão, Mangueiras, Bairro Alto, Campina/Vila União, Salvá, Paixão, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista e Siricari. Todavia, essas comunidades, no período da realização desse levantamento, não se viam como “quilombolas”. (LIMA FILHO et al., 2016, P.93).

Segundo Acevedo Marin (2009, p. 220), os territórios quilombolas que se configuram atualmente na cidade de Salvaterra da seguinte forma:

O levantamento de povoados realizados na pesquisa indica que esse segmento corresponde a 38% da população classificada como rural. [...]. A categoria rural e urbana demonstra ser pouco elucidativa de seus processos de deslocamento para a sede como estratégia de uso de serviços urbanos (escola, saúde, emprego temporário, vida social).

Em seguida, muitas comunidades, tais como Bairro Alto, Deus Ajude, Providência e Mangueiras, Caldeirão e Vila União-Campina, foram profundamente modificadas pela abertura de estradas, chegada da luz elétrica, expansão do comércio e de atividades de outros setores da economia como o de serviços. Acevedo Marin (2009) salienta que esse fato deve ser tratado com delicadeza e ponderação e considerar a relação dos moradores com suas práticas produtivas.

3.3 O quilombo, os cercados e a fazenda

Como herança do período colonial, a distribuição desigual de terras se reflete atualmente com a presença de fazendas com grandes extensões de terra destinadas à prática de monocultivos e à criação de gado. A mercê desses espaços, estão populações tradicionais que lutam pela titulação de terras ocupadas por seus antepassados, muitas dessas já limitadas, cortadas e até mesmo dentro das cercas das fazendas.

Assim, é necessário indicar que a chegada dos portugueses na Amazônia pré-colonial provocou uma reordenação no território, com a ocupação terras para o desenvolvimento de práticas agrícolas juntamente à criação de animais, bem como o uso de mão de obra escrava, tanto indígena quanto negra (GONÇALVES et.al, 2016).

Essas missões portuguesas tinham posse de expressivas extensões territoriais bem como de escravos, tal como aponta Rosa Acevedo Marin:

As unidades da “indústria pastoril” missionária contavam com milhares de cabeças de gado vacum e cavalar. Os jesuítas desenvolveram a atividade agrícola e pastoril na região dominada pelo lago Arari e ali concentraram grande número de escravos. (ACEVEDO MARIN, 2009, p.212).

Em seguida, parte das terras sobre posse das missões passaram a novos donatários por meio do decreto de expulsão, assinado pelo Marques de Pombal em 1758, no qual os jesuítas foram expulsos sob a alegação que estes não tinham a posse legal da terra. Com isso, tais áreas foram redistribuídas para atores sociais.

Oficiais militares e pessoas casadas vindos do reino e estabelecidas no Pará, pelas pessoas distintas, também casadas, residentes no Estado que não possuísem bens de raiz competentes, excluídos os que tivessem terras próprias sem benfeitorias e as que não mostrassem capacidade para a cultura. (VIANNA, 1904, p.155).

Acevedo Marin (2009) frisa que, no decorrer dos eventos de transição de terra do período pombalino, muitas terras passaram para domínio da coroa enquanto outras foram apropriadas por posseiros e feitores e incorporadas a fazendas já existentes, até mesmo abandonadas. Com isso, a população de negros e indígenas assumiu papel coadjuvante, cujos quilombos, formados por escravos foragidos, se estabeleceram à margem das fazendas, em extensões de terras devolutas pertencente as missões e até mesmo da União.

A economia pautada na pecuária desenvolvida nas fazendas foi marcada por instabilidade. Portanto, houve fases em que a redução de suas atividades foi acompanhada de abandonos expressivos, com os proprietários se instalando em suas residências na capital belenense, por exemplo. Esse cenário foi fruto de contestações políticas, principalmente as

ocorridas durante as lutas da independência e a Cabanagem, que refletiram diretamente na pecuária do Marajó (SOARES, 2005).

Mediante ao processo de divisão de terras no período da colônia e império, restou aos quilombolas, indígenas e mestiços ocupar as chamadas “sobras de terra”, fazendas e sítios abandonados (ACEVEDO MARIN, 2009). Desde então, principalmente após a abolição da escravidão, muitos libertos e camponeses ficaram sob certo de dependência em relação ao fazendeiro ou senhor.

Por fim, a transmissão das terras ocupadas pelas gerações quilombolas passadas até as atuais se organizou, segundo Acevedo e Nogueira (2007), via regime de usufruto de ilhas de vegetação, campinas, campos, várzeas, igapós, igarapés, lagos e rios que foram repassados como herança. Almeida (2004) conceitua as áreas de uso comum que são transmitidas por gerações como “terras de preto”.

Tal denominação compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante à prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente. (ALMEIDA, 2008, p. 147).

Atualmente os, conflitos territoriais são frutos da ação de posseiros que ignoram as ocupações tradicionais e até títulos existentes, utilizando-se da grilagem de terras para forjar documentos e cercar áreas de uso comum das populações tradicionais que, assim, se tornam reféns dos cercados e se veem obrigadas a negociar a abertura das roças na área da fazenda, pagando com a abertura de pastos (ACEVEDO MARIN, 2009).

Essa ação teve início com a compra de benfeitorias de antigos moradores, a expansão dos domínios com base em documentos forjados, a destruição de casas, escolas, roças; as ameaças às pessoas, a construção de cercas, justificadas pelo movimento incontrolável do gado. Esses atos convergem para a fragmentação e a privatização do território e têm como corolário a expansão das fazendas, o que produz o controle, a imobilização dos trabalhadores, mas também a procura de alternativas individuais e familiares, como ocorre com a saída de algumas pessoas de seus povoados para viver nas cidades. (ACEVEDO MARIN, 2009, 2016).

De acordo com Almeida (1989), o sistema de uso comum é o conjunto de soluções elaboradas historicamente no qual o controle da terra e dos recursos não é exercido de maneira individual e livre por um único grupo familiar. Neste sentido, o sistema é formado mediante um conjunto de normas estabelecidas coletivamente pelas relações sociais estabelecidas entre os vários grupos familiares locais.

Esse sistema garante o acesso à terra, notadamente em situações de conflito aberto, e sua aceitação legitima normas consensuais que não são impostas ou coercitivas pela força, persuasão política ou religiosa.

Diante das problemáticas do cercamento e dos conflitos associados à posse de terra entre populações tradicionais quilombolas e fazendeiros e posseiros, é válido ressaltar que o processo burocrático dos órgãos responsáveis pelas políticas fundiárias no Brasil tem funcionado no sentido contrário às necessidades dos grupos quilombolas.

Assim, Almeida (2008) aponta que a demora nos processos, a ambiguidade na definição legal, as retorcidas interpretações dos textos legais contribuem para fazer da titulação coletiva uma luta infundada (ALMEIDA, 2008).

3.4 Agrobiodiversidade

Em meio à busca por compreender os sistemas agrícolas dos povos tradicionais, é possível se deparar com formas um tanto curiosas de manejo e com variedades de espécies as quais pouco se conhece, dotadas de valor simbólico aos povos tradicionais. Portanto, nesse viés, diversos de estudos analisam a agrobiodiversidade dos sistemas produtivos das populações tradicionais quilombolas na busca de ações que colaborem para sua manutenção e resguarde. Foi justamente a preocupação com a salvaguarda da agrobiodiversidade que viabilizou o firmamento de seu conceito.

O conceito de agrobiodiversidade emergiu em um contexto de críticas aos impactos negativos provocados pelos sistemas agrícolas convencionais sobre o meio ambiente, tais como: o uso inadequado dos recursos naturais, a destruição da biodiversidade e dos ecossistemas naturais e a desestruturação cultural de populações tradicionais. A conjunção desses fatores provocou um forte processo de erosão genética e cultural em vários países, principalmente nos mega diversos, situados principalmente entre os trópicos do planeta. A preocupação com a erosão genética e cultural passou a alarmar a maioria dos países, acentuando-se a partir da década de 1980, ainda no auge da Revolução Verde. (MACHADO et al., 2008, p. 28).

Partindo deste entendimento, o presente estudo segue a posição de Juliana Santilli e define agrobiodiversidade como:

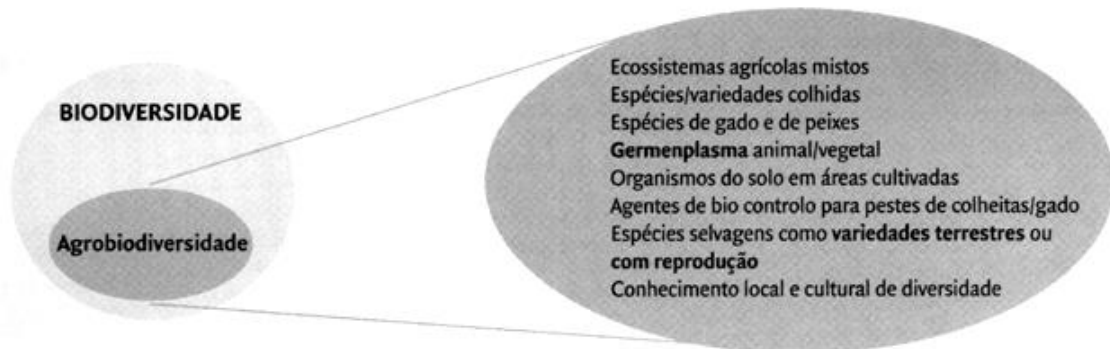
Diversidade biológica existente em sistemas cultivados, sendo produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas: de sua inventividade e criatividade com o ambiente natural. São componentes chave, os processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores. (SANTILLI, 2009, p.130).

Assim, Santilli (2009) aborda o conceito de agrobiodiversidade sob a perspectiva interdisciplinar, composto por elementos da agronomia, antropologia, ecologia, botânica,

biologia da conservação, dentre outros. O conceito ainda reflete dinâmicas e a complexidade das relações entre as sociedades humanas, plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, bem como sobre as políticas de conservação, promoção da soberania alimentar, inclusão social e de desenvolvimento sustentável.

De acordo com a FAO (1999), a agrobiodiversidade engloba a variedade e diversidade de animais, plantas e microrganismos necessários para sustentar as funções-chave, as estruturas e os processos do ecossistema agrícola e como apoio da produção e segurança alimentar, logo ecossistemas agrícolas mistos, espécies/variedades cultivadas, espécie de gado e de peixe, germoplasma animal e vegetal, organismos do solo em áreas cultivadas, agentes de biocontrole para pragas de colheita/gado, espécies selvagens como variedades terrestres ou com reprodução, conhecimento local cultural de diversidade (Figura 1) fazem parte da agrobiodiversidade, o que se demonstra pela figura 1 abaixo.

Figura 1: Esquema representa a agrobiodiversidade como elemento expressivo da biodiversidade e seus componentes.



Fonte: FAO, 2005.

Portanto, a agrobiodiversidade é um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas e seus recursos naturais. De sua inventividade e criatividade na interação com o meio natural, tem como componentes-chave os processos culturais, os conhecimentos, as práticas e inovações agrícolas desenvolvidas pelos agricultores (SANTILLI, 2012).

A interação desses recursos com as populações locais está baseada em suas necessidades e, em geral, caracteriza-se por sua heterogeneidade e utilização de tecnologias simples mantendo o equilíbrio ecológico natural. (OLIVEIRA MARTINS et al., 2012, p.112).

Os atuais estudos com agrobiodiversidade desenvolvidos na Amazônia buscam investigar os efeitos provocados por fatores externos vinculados ao trânsito de mercadorias e pessoas, bem como a contínua troca de conhecimento com os diferentes atores locais

(comerciantes, pesquisadores, membros de comunidades vizinhas), o que é descrito por Emperaire (2016) da seguinte maneira:

[...] avaliar os efeitos induzidos pelas novas conexões que se estabelecem entre uma agrobiodiversidade territorialmente diferenciada e fluxos cada vez mais intensos de mercadorias e commodities, de novos saberes e práticas ou novos instrumentos jurídicos que tendem a ser mais restritivos [...]. (EMPERIRE, 2016, p.160).

[...] permite também melhor compreensão da própria natureza dinâmica da agricultura tradicional, feita de incorporações de novas plantas, adaptações, inovações técnicas e sociais, de circulação de bens materiais e imateriais, como instrumentos, produtos, plantas e saberes associados e, em escala menor, das etapas da história da agrobiodiversidade. (EMPERIRE, 2016, p.174).

Os cuidados com a agrobiodiversidade devem visar a integridade do patrimônio genético, conforme imposto pela Constituição Brasileira, assim como a salvaguarda das riquezas socioculturais, o que inclui não só as variedades agrícolas, mas também os saberes e as inovações desenvolvidos pelos agricultores tradicionais.

Como vimos, a dinâmica induzida pelo modelo globalizado de *commodities*, impulsionado após Revolução Verde, bem como as inúmeras ameaças ambientais e questões de conflito territorial, são catalizadores de reflexões acerca da manutenção da agrobiodiversidade por De Robert (2012), que avalia a disponibilidade de espaços futuros para a inclusão de modelos de cunho socioambiental frente aos atuais modelos desenvolvimentistas.

3.5 A Roça e os Saberes Tradicionais

O conhecimento tradicional é muito bem apresentado Carneiro e Almeida (2002) como parte de uma construção secular pautado na observação das verdades culturais, nas trocas de saberes e nos questionamentos a partir do empirismo.

O conhecimento que as populações tem da floresta que habitam é verdadeiramente enciclopédico, no sentido de cobrir áreas variadas, desde a madeira lenheira que serve para a mão de força de uma casa, as enviras que prestam para amarrá-la; as fruteiras que o porquinho ou o veado preferem e debaixo das quais é quase certo caça-los; os solos ideais para plantar o milho, o tabaco, o jerimum; a maneira de trançar as palhas de uricuri para fazer os telhados, a isca preferida do caparari, do mandim, do pacu; os sonhos; os presságios, as maneiras de ter sorte na caçada. Os pés de seringa, cada um deles, e o modo adequado de preparar as estradas, empausar, embandeirar, raspar, cortar a madeira. Modos de fazer, modos de pensar, modos de conhecer. (CARNEIRO, ALMEIDA, 2002, p. 255 – 256).

A prática do roçado em território brasileiro data dos primórdios do período colonial. Na Amazônia, em especial, registros históricos de Pero Vaz de Caminha e Pe. João Daniel relatam

que esse modelo de cultivo já era comum e muito praticado pelas populações pré-colombianas (CUNHA, 1999; DANIEL, 2004).

A história da roça começa na pré-história e modificou-se com o passar do tempo, com o acréscimo de uma série de componentes. A roça é representante do tipo de agricultura de derrubada e queima ou de pousio ou agricultura de coivara, em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí estabelece uma comunidade de plantas que apresenta heterogeneidade de espécies. (MARTINS, 2005, p. 2009).

As roças, de acordo com Pedroso Júnior (2008), são espaços não somente destinados ao cultivo de alimento, mas também onde os laços de parentesco são expressos cotidianamente. De Robert (2012) esclarece que são espaços que testemunham o intercâmbio de inúmeras plantas durante a trajetória de grupos étnicos e chama atenção para a roça como local que atua como retrato vegetal das relações sociais e das trajetórias dos agricultores no qual se cultivam lembranças.

Assim, como propulsor da agrobiodiversidade, está o processo de circulação e especialização de espécies. Esse último consiste na identidade dada a uma variedade por um determinado grupo e incorporada por outro. Duarte e Passa (2016, p. 255-26) dizem que, quanto à variedade de espécies vegetais presentes nos roçados:

As roças e quintais apresentam uma diversidade de espécies vegetais úteis, as quais são utilizadas e manejadas pelos agricultores para garantir a oferta de produtos alimentícios e medicinais para subsistência e geração de renda das famílias. Esses espaços demonstram a importância do manejo e da conservação da agrobiodiversidade em locais e manutenção das tradições culturais de plantio em quintais e roças na comunidade local.

Em seguida, estudos realizados por Steward et al. (2015) e Viana et al. (2016) relacionados ao manejo dos roçados, apresentam que a agricultura de corte e queima é muito comum e muitas das vezes é considerado o método mais reconhecido e herdado por gerações, o que foi constatado de forma semelhante por Rivera (2017) na comunidade quilombola do Bairro Alto, Salvaterra – PA.

Assim, Pedroso Junior, ASMS e Murrieta (2009) apresentam estudos que reforçam a ideia de que o sistema de corte e queima não representa uma ameaça ambiental quando realizado em pequenas proporções, sob controle e respeitando o período de pousio. Alguns métodos, inclusive, chegam a simular processos naturais que ocorrem na natureza, mantendo a sustentabilidade do sistema e estimulando a ampliação da diversidade de espécies e variedades trazidas por processo evolutivo.

Padoch e Pinhedo Vasquez (2010) expressam de forma bem clara que há certa omissão científica quanto à agricultura tradicional favorável à agrobiodiversidade, principalmente no que se refere aos roçados mantidos em sistema de corte e queima, quando praticado de forma adequada e com os devidos cuidados.

No que diz respeito à prática do pousio dos roçados, Steward et al. (2015) com base em estudo realizado na reserva de desenvolvimento sustentável Amanã, dizem que:

Os agricultores mantêm as roças durante um ou dois anos. Depois disso, as capoeiras podem ser abandonadas e as florestas secundárias podem regenerar-se. Os agricultores poderão voltar a usar essas capoeiras para cultivo no futuro. O período de pousio também é importante para a recuperação da vegetação de floresta e, quando respeitado, serve para evitar a degradação do solo ao longo do tempo. Por outro lado, certos roçados não são abandonados, mas sim enriquecidos com espécies frutíferas e madeiras desde o começo do ciclo agrícola; os agricultores continuam cuidando das plantas perenes depois da colheita de mandioca; com o tempo essas áreas gradualmente formam pomares biodiversos. (STEWART et al., 2015 p.75).

A resiliência biocultural dos sistemas tradicionais de produção permite o reestabelecimento de práticas e costumes atreladas à biodiversidade com base na influência de fatores externos e possíveis variáveis naturais (SANTOS, 2018). Nessa perspectiva, os quintais e roças são considerados sistemas altamente conservadores da diversidade agrícola e cultural em todas as faixas tropicais do mundo (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008).

Os roçados são locais em que é notável a interação entre os componentes da agrobiodiversidade que, de acordo com a FAO (1999) são: o ambiente, os recursos genéticos e os sistemas de gestão sustentados pelos conhecimentos tradicionais diversos que resultam em diferentes formas de manejo dos recursos naturais para a manutenção da agrobiodiversidade. Assim, os saberes locais e a cultura podem ser considerados partes integrantes da agrobiodiversidade porque é a atividade humana da agricultura que molda e conserva esta biodiversidade.

Para Robert et al. (2012), os roçados são dotados de um papel simbólico, pois são espaços socioculturais onde se compartilham saberes e valores regidos por normas locais e que também estão sujeitos a relações de trocas com o exterior. Os referidos autores também enfatizam a necessidade de se compreender melhor os processos locais que geram e valorizam a agrobiodiversidade, bem como os que conduzem a uma possível erosão dos recursos e dos saberes.

Os saberes que acompanham as práticas tradicionais de manejo e conservação da agrobiodiversidade são, conforme Pereira et al. (2017), parte das diversas estratégias agroalimentares que as comunidades tradicionais criam para manter e garantir a alimentação. Como sinal de luta e resistências as práticas agrícolas são formas de reprodução dos seus modos

de vida, constituídas pelos ritos e costumes tradicionais (O'DWYER, 2001). Tudo isso faz parte de um arcabouço da memória biocultural enquanto

[...] conjunto de crenças, saberes, oralidades, e linguagem em interações com a biodiversidade do território, e reúne práticas socioculturais tradicionais voltadas ao firmamento de identidade étnicas quilombola frente aos aparatos de poderes que ameaçam a conservação dos recursos naturais e a continuação da população local em seus territórios. (DINIZ, 2016, p.26).

Logo, as relações sociais que permeiam a roça são expressas não apenas como um vínculo societário, mas também por seus vínculos com a natureza, o que aponta Toledo e Barrera-Bassols (2015): “nós, humanos, somos essencialmente seres sociais que continuam existindo não apenas por seus vínculos societários, mas também por seus vínculos com a natureza, uma dependência que é tão universal quanto eterna”.

Portanto, os saberes e fazeres, associados à agrobiodiversidade nos agroecossistemas tradicionais como os as roças, são elementos fundamentais para discutir e concretizar a consolidação da segurança e da soberania alimentar dos povos, respeitando as relações socioambientais existentes, o modo de vida e os contextos específicos de cada comunidade (PEREIRA et al., 2017).

3.6 Soberania alimentar e autonomia

De acordo com a língua portuguesa, autonomia é a capacidade de se autogovernar, definir sua própria organização e normas as quais se submete (FERREIRA, 2004). Para o filósofo Kant, o princípio da autonomia está fundamentado na capacidade de autodeterminação regida segundo uma moral, vinculada diretamente a natureza humana, enquanto ser racional, sendo a liberdade a chave para a autonomia da verdade (KANT, 1995).

Assim, o indivíduo subjugase à moral social por vontade própria em decorrência de sua razão, que é amparada por experiências empíricas e não por uma autoridade de direito, determinando assim o funcionamento do próprio sistema em diferentes escalas, escalas essas que incluem o núcleo individual, no qual prevalecem suas próprias escolhas; familiar, em que os aspectos morais pré-estabelecidos pelo núcleo coletivo no qual estão inseridos passam a ter certo grau de interferência; comunitário, onde as decisões são fruto do consenso democrático (HUPFFER, 2011).

Para Gazola e Schneider (2007), a ideia de autonomia junto às famílias rurais é fruto de práticas de autoconsumo quando estas se relacionam com o mercado, sendo esse modelo de

produção responsável pela identidade dos produtores rurais, em virtude das relações sociais que se estabelecem entre parentes, vizinhos, grupos rurais, dentre outro.

Os referidos autores esclarecem que a ideia de autoconsumo remete a um grau de autonomia que desempenha papel de destaque nas formas sociais de reprodução e trabalho em virtude da diversificação das estratégias de vivência das famílias, que, por sua vez, dependendo do contexto socioeconômico e dos conflitos, tem na produção de auto provisionamento sua estratégia auto adaptativa para alcançar a diversificação de seus modos de vida.

Assim, relaciona-se a ideia de autonomia local com a perspectiva de autoridade e determinação da dieta e produção dos povos, que fazem parte do conceito de soberania alimentar apresentado por Altieri (2010).

O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor. (ALTIERI, 2010, p.3).

Dessa maneira, a autonomia se apresenta como um dos pilares de sustentação do conceito de soberania alimentar, com aspectos de autoconsumo, práticas e tradições de cultivo e colheita, preparos alimentícios, trocas e independência são marcas da autonomia alimentar e do direito ao livre consumo. Para que essa autonomia seja alcançada, é fundamental que o acesso à terra, às tradições, bem como as escolhas das populações camponesas, seja resguardado viabilizando a governança dos próprios meios frente a problemas de conflitos, capitalização dos integrantes sociais, erosão de saberes e evasão da população rural.

A soberania alimentar é um modelo que, ao longo dos seus vinte anos, tem se estabelecido como alternativa ao regime alimentar ditado pelo mercado mundial de alimentos e que, em decorrência disso, tem apresentado crescimento aquém se comparado ao modelo dominante (FREITAS COCA, 2016).

A terra é essencial, em relação ao desenvolvimento das práticas agrícolas, de acordo com Altieri (2010), para o alcance de uma autonomia local na produção e na gestão dos alimentos que tangem o mercado nas proximidades e também colabora para estabelecer ciclos de produção e consumo local.

Diante do contexto apresentado, a agrobiodiversidade é elemento essencial para a soberania alimentar de uma população inserida no espaço agrícola. Segundo Pereira et al. (2017), a questão alimentar é afetada pelo acesso aos saberes tradicionais associados à agrobiodiversidade, viabilizando quadros de combate à fome, o que se extrai do seguinte excerto: “em tempos de crise alimentar e ecológica, o debate dos movimentos camponeses

pauta a autonomia e aponta para a importância da soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis”. No que se refere ao território amazônico, Melo e Barros (2016) discorrem a respeito da inestimável diversidade biológica e intensa relação dos povos com o meio ambiente, no qual a cultura alimentar e as cosmovisões são indissociáveis do meio natural.

De acordo com a FAO, a agrobiodiversidade se mostra como instrumento imprescindível para a segurança alimentar e componente essencial na busca da soberania alimentar, cuja origem do termo é definida da seguinte maneira:

Direito de cada nação para manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nosso próprio território de forma autônoma. A soberania alimentar é uma pré-condição para a Segurança Alimentar genuína. (VIA CAMPESINA, 1996, p.1).

Dentre as prioridades para a produção de alimentos saudáveis e de boa qualidade, culturalmente apropriados, está a manutenção de sistemas de produção diversificados com zelo pela biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras e preservação dos recursos naturais (VIA CAMPESINA, 2002).

Ainda sobre a soberania alimentar, Zanotto conclui que:

Via campesina e os agricultores, camponeses, indígenas, negros, pastores pescadores, mulheres, jovens no mundo lutam com uma proposta de transformação, pautada pela soberania alimentar que quer dizer ter terra, água, biodiversidade, alimento para a construção de autonomias para o Viver bem. (ZANOTTO, 2017, p.152).

No atual contexto da agricultura familiar, essa diversidade deve ser entendida a partir dos elos entre homem e natureza que são estabelecidos no campo, muito bem definida pela Via Campesina (2007), que afirma que biodiversidade está muito além da flora e da fauna, água e ecossistemas, mas que deve ser compreendida pelo meio cultural, pelas tradições, sistemas produtivos, assim como também pelas relações econômicas. No que se refere ao território amazônico, Melo e Barros (2016) discorrem a respeito da inestimável diversidade biológica e intensa relação dos povos com o meio ambiente, no qual a cultura alimentar e as cosmovisões são indissociáveis do meio natural.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, R.E.; NOGUEIRA, C. Os quilombolas de Salvaterra, ilha de Marajó: processo de territorialização e acesso aos recursos naturais. In: **ARAGÓN**, Luis E. População e Meio Ambiente na Pan-Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2007
- ALMEIDA, A.W.B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008.
- ACEVEDO MARIN, R.E. et al. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, 2009.
- BRASIL. **Decreto nº4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que trata do art. 68 do ato das disposições gerais Constitucionais Transitórias. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 de nov. 2003. Seção 1, p.31.
- CALHEIROS, F.P.; STADTLER, H.H.C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 133-139, 2010.
- CARDOSO, L.F.C. **A constituição local: direito e território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará**. 2008. 258 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis. 2008.
- CARDOSO, L.F. SCHMITZ, H. MOTA, D.M. Direitos entrelaçados: Práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó-PA. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 11, n. 1, 2010.
- CARNEY, J.A.; VOEKS, R.A. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 2, p. 139–152, 2003.
- CIDADES, I. B. G. E. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salvaterra/panorama> . Acesso em 2018.
- CUNHA, A.A.; CAMBRAIA, C.N.; MEGALE, H. A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear. **Humanistas/FFLCH/USP**. São Paulo, 1999
- DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo do Rio Amazonas**. Contraponto, v.1, Rio de Janeiro, 2004.
- DINIZ, R.E.S. **Quilombo de São Pedro dos Bois: memória biocultural subvertida nas lógicas de ocupações recentes do Amapá**. 2016. 235 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2016.
- DINIZ, R.F. et al. Conhecimentos etnobotânicos em quintais agrobiodiversos do Vale do Jequitinhonha/MG: saberes tradicionais e reprodução sociocultural em territórios quilombolas. **VISÕES DO VALE**, v. 6, p. 1-12, 2011.

DUARTE, G.S.D.; PASA, M.C. Agrobiodiversidade e a etnobotânica na comunidade São Benedito, Poconé, Mato Grosso, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 2, p. 247-256, 2016.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; SEIXAS, A.C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 159-192, 2018.

FERREIRA, A.B. de H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. In: **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Global plan of action for the conservation and sustainable utilisation of plant genetic resources for food and agriculture, Leipzig, Germany, Junho 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Informe de la comisión de recursos genéticos para la alimentación y la agricultura: 9^a.** reunión del Grupo de trabajo técnico intergubernamental sobre los recursos fitogenéticos para la alimentación y la agricultura, Roma (Italia), 25-27 de julio de 2018. Roma: FAO, 2018. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/MX160ES/mx160es.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Interação do gênero, da Agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar. Manual de formação**, 2005. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-y5956o.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

FREITAS COCA, E.L. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo1. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, 2016.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os " papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos: sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 15, n. 1 (abr. 2007), p. 89-122**, 2007.

GOMES, F. dos S. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. Unesp, 2005.

GONÇALVES, A.C.O. et al. Marajó. In.: **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016.

HUPFFER, H.M. O princípio da autonomia na ética kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. **Revista Anima: Curitiba**, v. 5, p. 142-163, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. BIBLIOTECA CENTRAL. **Catálogo**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/salvaterra.pdf>. Acesso em: 2018.

KANT, I.; QUINTELA, P. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 1995.

LIMA FILHO, P.M. et al. O desfile da raça: identidade e luta quilombola em Salvaterra, ilha do Marajó, Pará. **Revista Ambivalências**, v. 4, n. 7, p. 87-105, 2016.

- MACHADO, A.T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. **Embrapa Cerrados-Livro científico (ALICE)**, 2008.
- MARTINS, P.S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 209-220, 2005.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista usp**, n. 28, p. 56-63, 1996.
- NAZÁRIO, R.S. et al. Caravana Agroecológica e Cultural do estado de São Paulo: agrobiodiversidade e autonomia em rota rumo ao Vale do Ribeira. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.
- NODARI, R.O.; GUERRA, M.P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015.
- O' DWYER, E.C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Editora FGV, 2001.
- OLIVEIRA, A.G. de et al. Encontro nacional sobre agrobiodiversidade e diversidade cultural. **Biodiversidade**, v. 20, p. 13-26, 2006.
- OLIVEIRA MARTINS, W.M. et al. Agrobiodiversidade nos quintais e roçados ribeirinhos na comunidade Boca do Môa–Acre. **Biotemas**, v. 25, n. 3, p. 111-120, 2012.
- PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M. Saving slash-and-burn to save biodiversity. **Biotropica**, v. 42, n. 5, p. 550-552, 2010.
- PEDROSO JUNIOR, N.N. **No caminho dos antigos: agricultura de corte-e-queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira, SP**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.
- PEDROSO-JUNIOR, N.N.; ADAMS, C.; MURRIETA, R.S.S. Slash-and-burn agriculture: a system in transformation. In: **Current trends in human ecology**. Cambridge Scholars Publishing in association with GSE Research, 2009. p. 12-34.
- PEREIRA, L.S. et al. Agrobiodiversidade em quintais como estratégia para soberania alimentar no semiárido norte mineiro. **Ethnoscintia**, v. 2, n. 1, 2017.
- RIVERA, R. de. **Trajetórias das práticas alimentares na comunidade quilombola de Bairro Alto, Ilha do Marajó, Salvaterra – Pará**. 2017, 159 f. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto de Amazônico de Agricultura Familiar, UFPA, Belém. 2017.
- ROBERT, P. de et al. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 339-369, 2012.
- SALES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 1971.
- SALVATERRA, Inventário da oferta turística de Salvaterra. Secretaria Municipal de turismo, cultura e esporte. Salvaterra, Ilha do Marajó – PA. 2012.

SANTILLI, J. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 457-475, 2012.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2009, 44p.

SANTOS, E.M. dos et al. **Resiliência biocultural dos agroecossistemas na Amazônia: o baixo curso da Bacia do Ribeirão Taquaruçu Grande, Palmas-TO**. 2018.

SCHMITT, A. et al. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, 2002.

SILVA, J.M.S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. **Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira. AFCP chega aos**, v.21, 2012.

SILVA, R.G. da C. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 23, 2015.

SOGLIO, D.; Kessler, F.; Pereira, V. C.; Moraes, Y. G. D. Sementes crioulas e a agrobiodiversidade. Salão de Extensão (15.: 2014: Porto Alegre, RS). **Caderno de resumos**. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2014., 2014.

SOUZA, B.O. Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. 2008.

SOUZA, P.R. et al. Religião e comida: como as práticas alimentares no contexto religioso auxiliam na construção do homem. 2014.

STEWART, A.M.; ROGNANT, C.; DO BRITO, S. Vieira. Roça sem fogo: A visão de agricultores e técnicos sobre uma experiência de manejo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável AMANÃ, Amazonas, Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 6, n. 2, p. 71-87, 2016.

STEWART, A.M.; LIMA, D.M. “We Also Preserve”: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141–166, 2017.

THE GOVERNMENT OF THE FEDERAL REPUBLIC OF BRAZIL/ THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MRE)/THE MINISTRY OF AGRICULTURE, FOOD SUPPLY, AND AGRARIAN REFORM (MAARA)/THE BRAZILIAN AGRICULTURAL RESEARCH CORPORATION (EMBRAPA)/THE NATIONAL CENTRE RESEARCH FOR GENETIC RESOURCES AND BIOTECHNOLOGY (CENARGEN). **Brazil: country report to the FAO international technical conference on plant genetic resources (Leipzig, 1996)**. Brasília: FAO, 1995. Disponível em: <www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/documents/PGR/SoW1/americas/BRAZIL.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2018.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: A importância das sabedorias tradicionais**. Expressão Popular, 2015.

VIA CAMPESINA - Declaracion de 1996 – Soberania Alimentaria, um futuro sin hambre. Um folheto apresentado durante a Cumbre Mundial sobre Seguridad Alimentaria e Forum de Organizações Não governamentais, em novembro de 1996, em Roma, Italia.

VIA CAMPESINA. La voz de los campesinos e de las campesinas del mundo. **Folder de divulgação**, julho de 2007.

VIA CAMPESINA. NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5). Roma, junho de 2002.

VIANNA, A. CATÁLOGO nominal dos posseiros e sesmarias. ANNAES da **Bibliotheca e Archivo Público do Pará**. Belém: Biblioteca e Arquivo Públicos, 1904. t.3.

ZANOTTO, R. **Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina**: experiências no Brasil e na Bolívia. 2017.

ZUIN, A.L.A. et al. Direito alimentar e risco na sociedade moderna: a Amazônia e o agronegócio. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 417-442, 2018.

4 ARTIGO I - CULTURA E TRADIÇÃO NO CÍRIO DE NOSSA SENHORA DO BOM PARTO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ - PA¹

INTRODUÇÃO

Fruto de um congelamento temporal conceitual que se perpetua ao longo dos anos, o termo quilombo, para muitos, ainda remete à ideia um grupo de negros foragidos em local despovoado e distante, cuja alimentação e práticas religiosas expressam costumes africanos (SCHMITT, 2002). Porém, essa ideia desconsidera as modificações de espaço e tempo e o dinamismo cultural (DURHAM, 2012) que influenciam diretamente na configuração socioespacial quilombola, sujeita à interferência de agentes promotores de mudanças no modo de vida da população local, seja pela introdução de novas concepções nas práticas produtivas seja na religiosidade.

Três períodos históricos foram marcantes no que se refere à reconfiguração do conceito de quilombo: década de 1930 e 1960, com a oposição a opressão a escravidão; década de 70, com a antecedência da redemocratização no Brasil; anos 2000, com a instauração do movimento negro nas comunidades quilombolas, a partir do qual o discurso identitário e dos pleitos reivindicativos dos movimentos sociais tomou força.

Assim, debates promovidos por militantes intelectuais do movimento social negro, antropólogos e historiadores remodelaram o conceito de quilombo e quilombola em uma perspectiva multicultural, considerando os processos identitários coletivos de pertencimento “racial”, direitos socioculturais e pleitos políticos (DA SILVA, 2008).

A base dos elementos que constituem a tradição comunitária se instaura a partir das práticas e costumes passados presentes nos ritos e crenças que refletem na roça, na pesca, na produção de farinha e na criação de animais e em todo o cotidiano de modo geral, que formam repertórios socioculturais como forma de expressão da autoconsciência de pertencimento de seus membros.

A reconstrução simbólica perante as influências exógenas e endógenas implicam na ressignificação de símbolos do passado e na seleção dos símbolos externos introduzidos, que passarão a compor o repertório cultural e religioso da comunidade. Esse processo perpassa por três principais ciclos de transformação: fundação (marcado pela chegada dos primeiros moradores), firmamento (estabelecimento da conjuntura familiar) e reconstrução (estado mais

¹ Artigo submetido para publicação como capítulo de livro do projeto Comida de Quilombo 2020.

atual marcado pelos novos atores e influências externas), marcados pela reconfiguração contínua dos símbolos religiosos com a renovação seletiva de seus elementos e significados (LIFSCHITZ, 2008).

As tradições religiosas se estruturam a partir do modo de vida local por meio de práticas que se fixam no cotidiano popular e se repetem em ciclos mensais, trimestrais e até mesmo anuais. Os padrões comportamentais que promovem a manutenção cultural não impedem as inovações trazidas por agentes externos, desde que haja compatibilidade identitária dos elementos. De acordo com o Hobsbawm (1997), o costume não pode se dar ao luxo de ser invariável porque a vida não é assim, nem mesmo nos grupos tradicionais.

Considerando os elementos materiais e imateriais que integram o perfil cultural de comunidades quilombolas, é necessário indicar que as práticas culturais são formadas tradicionalmente, para além da oralidade e são aceitas abertamente. Podem ser de natureza ritualística ou simbólica que se firmam a partir de normas comportamentais que se repetem e implica numa continuidade do passado (HOBSBAWM; RANGER, 1984). É inegável seu papel na construção da identidade de grupo, bem como as práticas constituintes e os elementos da tradição como o preparo de alimentos, práticas produtivas, danças ritos e celebrações (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008).

Portanto, nas comunidades rurais, o culto aos santos é revestido de elementos simbólicos que remetem à fertilidade da terra, aos cultivos produtivos, à fartura de alimentos, animais e frutos. Aos santos são entregues os roçados, as matas e rios e, em agradecimento, são preparadas comidas típicas com produtos da roça, pesca e criações, ornamentação da berlinda, preparo do mastro com frutos como forma de gratidão (SOUZA, 2014).

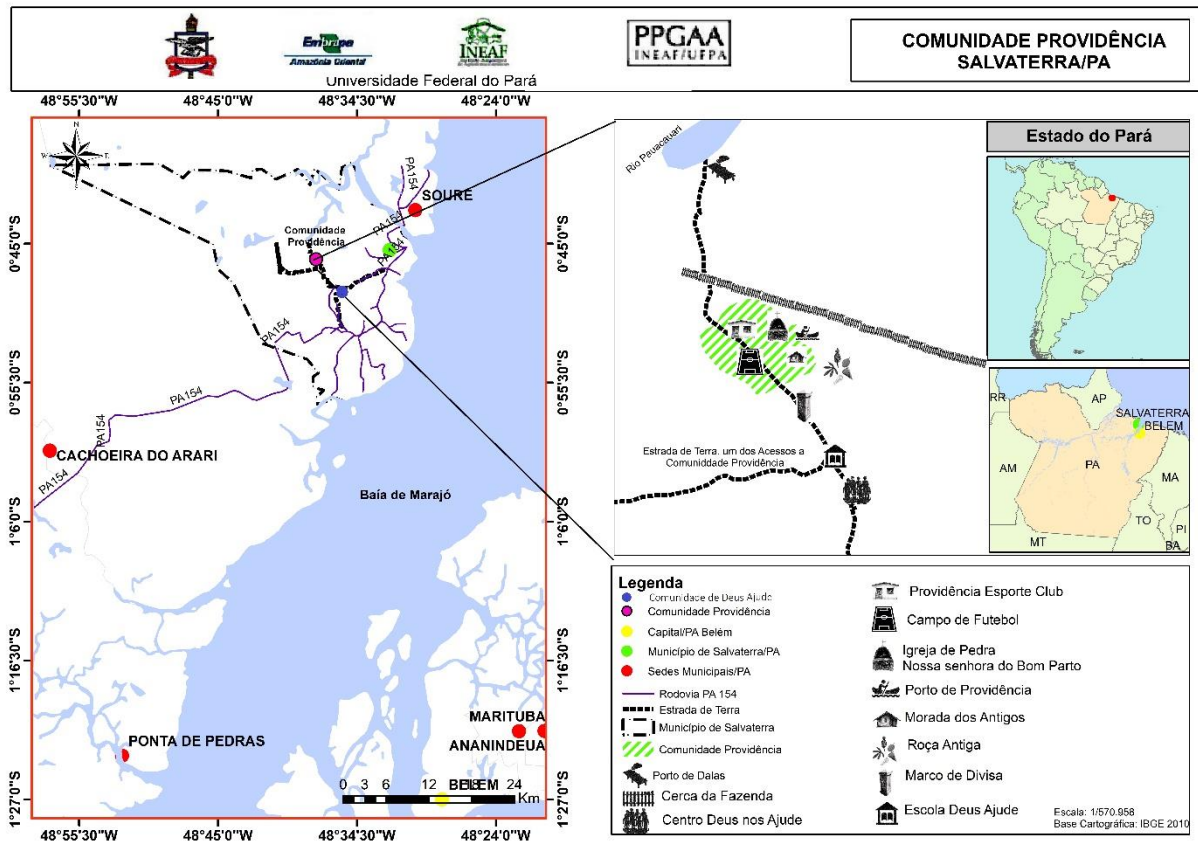
Considerando os elementos materiais e imateriais que integram o perfil cultural de comunidades quilombolas e seu papel na construção da identidade de grupo, bem como as práticas constituintes e os elementos da tradição, o presente estudo faz uma análise do círio de Nossa Senhora do Bom Parto na comunidade quilombola de Providência e dos elementos materiais e imateriais a ele integrado como instrumento de autoafirmação identitária.

METODOLOGIA

Seleção da área de estudo e autorização

O estudo foi realizado na comunidade quilombola Providência situada no município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da comunidade quilombola de Providência, Salvaterra – PA.



O clima da região é tropical, quente e úmido com chuvas e ventos regulares, temperatura média anual de 27°C. A vegetação é de floresta pouco densa com predominância de palmeiras, campos inundáveis e áreas de igapó, além de uma grande extensão de vegetação campestre (campos herbáceos, gramíneos e savanas) (SALVATERRA, 2012).

A pecuária, pesca e o cultivo do coco-da-bahia prevaleceram por anos como principal força econômica da região. Atualmente, com o avanço da agricultura, a cultura do abacaxi e arroz se destaca na economia local, seguido da mandioca, do milho e do feijão, que também são cultivados com frequência, entretanto com foco para o autoconsumo (IBGE, 2010).

A ilha fica a 90km da capital Belém e o acesso é por via fluvial pela Baía do Marajó, com desembarque no porto do Camará/Salaterra após duas horas de viagem. Em seguida, são percorridos 47km por via terrestre até o quilombo de Providência, onde, atualmente, dezesseis comunidades se autodefinem como remanescentes de quilombo e possuem a certificação palmares e, juntas, somam uma população de 1.916 habitantes, representando 35% da população do campo no município de Salvaterra.

O clima da região é tropical quente e úmido com chuvas e ventos regulares, temperatura média anual de 27°C. A vegetação é de floresta pouco densa com predominância de palmeiras, campos inundáveis e áreas de igapó, além de uma grande extensão de vegetação campestre (campos herbáceos, gramíneos e savanas) (SALVATERRA, 2012). A pecuária, pesca e o cultivo do coco-da-bahia prevaleceram por anos como principal força econômica da região. Atualmente, com o avanço da agricultura, a cultura do abacaxi e arroz, que se destacam na economia local, seguido da mandioca, bem como milho e o feijão que também são cultivados com frequência, entretanto com foco para o autoconsumo (IBGE, 2010).

A ilha fica a 90km da capital Belém e o acesso é por via fluvial pela Baía do Marajó, com desembarque no porto do Camará/Salvaterria após duas horas de viagem. Em seguida, são percorridos 47km por via terrestre até o quilombo de Providência, onde, atualmente, dezesseis comunidades se autodefinem como remanescentes de quilombo e possuem a certificação palmares e, juntas, somam uma população de 1.916 habitantes, representando 35% da população do campo no município de Salvaterria.

A comunidade de Providência (figura 2) foi selecionada por meio de visitas exploratórias as comunidades quilombolas da região, que ocorreram durante o mês de fevereiro de 2019, e objetivaram: a) estabelecer o primeiro contato com os moradores e criar vínculos no ambiente da pesquisa; b) solicitar autorização da liderança comunitárias para a realização do trabalho; c) observar outros parâmetros de interesse da investigação seguindo o roteiro diagnóstico que versava sobre a estrutura local, número de moradores, presença de roçados, rotina de trabalho, práticas cotidianas alimentares, dentre outros.

Figura 2: Comunidade quilombola de Providência.



Essa comunidade é constituída por doze famílias e já fez parte da comunidade quilombola de Deus Ajude, mas foram separadas por questões de auto reconhecimento, sendo

representada atualmente pela Associação dos Remanescentes Quilombolas de Providência fundada em 2006, mesmo ano em que obteve a certificação da Fundação Cultural Palmares e atualmente e aguardam a titulação da terra pelo INCRA.

As principais atividades desenvolvidas pelas famílias são a pesca, a caça, o roçado e o artesanato, além do extrativismo do bacuri (*Platonia insignis* Mart.), da bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.), do açai (*Euterpe oleracea* Mart.) e extração do óleo do bicho do tucumã (*Astrocaryum* sp.). A criação de animais é comum entre os moradores, principalmente porcos, búfalos, galos, galinha, cavalo e gado.

As autorizações para uso dos registros escritos, fotográficos e gravações foram obtidas por meio da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 1) e o estudo foi embasado em uma perspectiva qualitativa visando a observação das práticas culturais e os elementos constituintes da tradição e dos costumes. Cada interlocutor foi selecionado por amostragem de *rede*, na qual os informantes-chaves auxiliam na localização de outros (VINUTO, 2016).

Coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas não diretivas direcionadas aos moradores da comunidade (MICHELAT, 1987). As conversas foram guiadas por um conjunto de questionamentos que versaram sobre a ocupação do local, práticas agrícolas, as festividades, e costumes, atividades econômicas praticadas durante a festividade.

Para auxiliar o interlocutor, foi realizada indução não-específica (ALBUQUERQUE et al. 2008), na qual o pesquisador busca palavras chaves para que se estimule o desenvolvimento da conversa e a memória do entrevistado.

A fim de entender aspectos relacionados aos comportamentos e ações cotidianas associadas as atividades de roça, pesca e criações, bem como das práticas alimentares, costumes e tradições, fez-se uso da observação participante (VALLADARES, 2007). A investigação ocorreu ao longo de 30 dias contínuos no mês de maio e mais 30 dias (visitações pontuais) para a participação de eventos e festividades da comunidade, onde atores externos participaram de conversas que contribuíram para o melhor entendimento dos dados obtidos.

Os dados do caderno de campo e as gravações foram transcritos e as fotografias anexadas para a construção de um dossiê dos eventos religiosos da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O círio de Nossa Senhora do Bom Parto é uma festividade de mais de 30 anos que dura três dias no mês de novembro, sendo o dia com o traslado dos mastros, transladação e procissão do círio no dia 23 de novembro. A religiosidade que envolve a festividade reflete no cotidiano da comunidade, predominantemente católica, seja na pesca, roça, torneios e culinária contribuindo para a construção de uma identidade coletiva. Mesmo após a separação de Deus Ajude os laços ainda se mantêm, tendo no círio e na padroeira a instrumentalização desse elo. Furtado et al. (2014) ressalta que os elementos simbólico-afetivos que emergem na individualidade de cada indivíduo, são guiados por experiências sociais e pessoais envolvidas por valor e afeto, que contribuem para a construção da identidade comum dos moradores e pelo estabelecimento do vínculo.

A fé e devoção: Nossa senhora do Bom Parto e São Sebastião

A devoção para com N.Sra. do Bom Parto não tem uma data específica, mas sabe-se que está associada à importância do papel das parteiras em tempos passados da comunidade de Deus Ajude, sendo poucas as mulheres que ainda desenvolvem o ofício. A ela são direcionadas preces por uma gestação saudável e o zelo pela saúde de crianças, jovens e adultos.

O círio de Nossa Senhora do Bom parto foi criado em meados da década de 1990, partindo da casa da dona Conceição, uma das três matriarcas da comunidade de Providência e viúva do herdeiro legítimo do seu Luís Antônio de Souza, o primeiro proprietário da terra onde se formaram ambas as comunidades. A procissão segue em direção à comunidade de Deus Ajude. Após a chegada, a celebração da missa acontecia no barracão da comunidade, pois a igreja só foi construída 10 anos após o primeiro círio (Figura 3).

Figura 3 – Igreja de N.Sra. do Bom Parto na Comunidade quilombola de Deus Ajude.



Em 2008, foi construída a igrejinha de pedra na comunidade de Providência destinada a abrigar a padroeira na comunidade, com toda sua estrutura construída em pedra, desde a base até a cruz em seu topo (Figura 4).

Figura 4: Igrejinha de pedra de N.Sra. do Bom Parto na comunidade quilombola de Providência.



O círio saiu desta igreja durante dois anos e, em 2010, retornou para a casa da dona Conceição por uma questão de logística, pois só assim a padroeira percorreria toda a comunidade de Providência em seu trajeto até sua igreja em Deus Ajude no círio. A festividade ocorre durante três dias no mês de novembro, começando dia 22 com os mastros, considerado por muitos o elemento mais importante do círio e que simboliza a força da cultura quilombola, pois foi a primeira forma de expressar sua fé e devoção, antes mesmo das igrejas e procissões com as imagens. Não há uma madeira específica, o principal critério para a sua escolha é o seu diâmetro.

A princípio, o círio era feito apenas para São Sebastião, sintetizando toda a devoção dos moradores pelo santo protetor dos animais e das matas. No sincretismo religioso, São Sebastião é a expressão de Oxossí, orixá guardião dos animais e das matas (PRANDI, 2011). Assim, o mastro, feito a partir da madeira do morototo (*Schefflera morototoni*. (Aubl.) Maguire), é ornamentado com pinturas em toda a sua extensão, tendo o estandarte com a imagem do santo ateadada no topo. Em seguida, é levado de Providência até a comunidade Deus Ajude, juntamente com o mastro de N.Sra., sob o cortejo com cantos e danças onde ficará erguido durante toda a festividade (Figura 5).

Figura 5 – Procissão do mastro. A- Em azul e branco o mastro de N.Sra do Bom Parto juntamente ao seu estandarte; B- Banda de fanfarra; C- Mastro de São Sebastião carregado por devotos; D- Mastro das crianças.



Junto ao cortejo, são ofertadas bebidas para os participantes, dentre elas a tiborna e/ou macaco, bebidas oriundas da mandioca produzidas semanas antes e que movimentam as casas de farinha e as atividades nos roçados (Figura 6). O macaco é fruto do cozimento e fermentação por três dias da farinha pé torrada (mole), já a tiborna é preparada a partir do cozimento e fermentação da massa da mandioca.

Figura 6 – Oferta do macaco, bebida oriunda da mandioca.



Ao passar na frente de bares e casas, os devotos ganham bebidas e banham os mastros com cachaça e, quando se chega em Deus Ajude, os mastros são erguidos na frente da igreja onde permanecem durante toda a festividade, sendo cortados no último dia pelo anfitrião que se responsabilizará pelo preparo do mastro no ano seguinte (Figura 7).

Figura 7 – Procissão do Mastro. A- Andor de São Sebastião; B- Banho do mastro com cachaça em casa de moradores de Deus Ajude; C- Mastros ateados.



No mesmo dia após ateados os mastros, tem início a preparação para a transladação. Com isso, prepara-se a berlinda para o trajeto, no qual a padroeira parte da sua igreja rumo à Providência. Durante o traslado, são feitas orações e entoados cantos para N.Sra, cuja imagem segue ao lado da imagem de São Sebastião. A procissão segue à luz de velas até a casa da Dona Conceição onde dorme e se prepara para o círio no dia seguinte.

No dia 23 de novembro ocorre a procissão do círio, em um trajeto oposto ao da transladação, saindo da casa da Dona Conceição até a igreja em Deus Ajude. Os preparativos começam no raiar do sol, com a arrumação do barracão, preparo do café e ornamentação do espaço pela anfitriã. Os elementos da procissão também são ornados como é o caso da berlinda, o andor de São Sebastião e da barca dos anjinhos, que simboliza os laços com a pesca e onde as crianças acompanham vestidas de anjo e uma dessas crianças vestida de N.Sra. Os ornamentos são preparados pelas moradoras de ambas as comunidades junto a coordenadora da igreja na casa da D. Conceição.

Além desses, há a banda marcial, que toca durante toda procissão os cânticos religiosos; os vaqueiros, que simbolizam a relação forte com a criação de animais; e a corda, na qual os moradores fazem questão de segurar como prova de sua devoção (Figura 8). Conforme a procissão avança pelas duas comunidades, perpassando pela casa dos moradores, estes a integram e seguem a padroeira até sua igreja, na qual será posta sobre o altar ao lado de São Sebastião (Figura 9).

Figura 8 – Componentes da procissão. A- Berlinda; B- Imagem de Nossa Senhora so Bom Parto; C- Imagem de São Sebastião; D- Barco dos anjos; E- Crianças com vestimenta de anjos e N.Sra do Bom Parto.



Figura 9 – Procissão do Círio. A- Preparativos para a saída na Casa de Dona Conceição; B- Berlinda acompanhada por devotos e pela banda; C- Devotos segurando a corda como ato de fé; D- Celebração eucarística.



Após a celebração eucarística, os moradores retornam às suas casas para o almoço do círio para desfrutar de um banquete que conta com porco assado, galinha no tucupi e maniçoba acompanhados de muita farinha (Figura 10).

Figura 10: Principais preparados para o almoço do círio. A – Maniçoba; B – Porco assado de panela.



A maniçoba é preparada com partes de porco e maniva Pai Mané (folha menos amarga), proveniente dos roçados, é preparada em todas as casas. A comunidade cheira a maniçoba, pois em todas as casas a folha é cozida durante sete dias e tem um aroma muito característico. Já a carne de porco também é muito apreciada, de acordo com um dos moradores, “os porcos se escondem quando é círio”. Neste período, as casas ficam cheias, pois é um prazer para os moradores partilhar sua comida com amigos e familiares.

Durante a noite, ocorre a festividade na sede da comunidade, com aparelhagem, bingo, venda de comidas e bebidas para a arrecadação de donativos para a igreja, inclusive com a presença de cidadãos de outros municípios município que vão prestigiar o evento, bem como participam do torneio de futebol, o que ocorre pela parte da tarde. No final da festividade, os representantes da família que se responsabilizará pelo preparo do mastro no ano seguinte derrubam os mastros, encerrando a festividade.

Os festejos de santos, como o que ocorre em Providência, são celebrações que transcendem o tempo de grande relevância para os devotos. Para Cardias (2016), trata-se de uma forma que revela uma visão de mundo quilombola. São ressignificações influenciadas pelos diversos atores que presentes na construção de sua identidade. A referida autora ainda ressalta que festividades, como a apresentada, intercalam valores fundamentais para a manutenção da coesão da comunidade, contribuindo para de sua identidade no tempo e no espaço.

O mastro e a presença de São Sebastião são marcas do sincretismo religioso presente nas festividades de santos nos quilombos. No que se refere ao sincretismo religioso, para Prandi (2011), a imagem de São Sebastião é a representação de Oxóssi, orixá da mata, dos animais, do alimento e da caça, provendo fartura a todos os que o buscam. Quanto ao mastro, trata-se de um elemento de festas pagãs medievais, que foi incorporado pelo catolicismo e trazido para o Brasil no período colonial. Ele representa a fartura e a fertilidade masculina.

Com o passar dos anos, segundo Ferretti (1998), em um país de predominância católica e de forte repressão as outras religiões, muito dos elementos do catolicismo foram ressignificados como forma de manter viva a expressão religiosa africana por parte dos negros. Ainda diz que elementos religiosos são incorporados simultaneamente por parte de todas as religiões, havendo uma reconfiguração com manutenção dos principais elementos identitários.

Corrêa (2011) explicita a origem pagã europeia do mastro, comumente ornado de frutas e até mesmo com dinheiro, o que foi incorporado pelo catolicismo para representar o vigor e a fertilidade masculina. Oferecido a santos e a orixás agrega, a devoção de muitos carregando também a essência da religiosidade africana.

Em Providência o mastro tem particularidades únicas. Não é ornado com frutas, são mais finos e são montados em dupla, ou seja, são dois mastros, afinal são dois santos (N.Sra. do Bom Parto e São Sebastião), cada qual pintado com as suas cores. Em 2019, a festividade incorporou o mastro das crianças, bem menor e com as cores da padroeira. Os fiéis carregam os mastros de uma comunidade para a outra dançando, formando um tipo de brincadeira até o ponto onde são erguidos.

Essas manifestações religiosas, segundo Maués (2011), são expressões do catolicismo popular, quase inexistindo restrições e permitindo-se o comportamento livre, quando danças e bebidas convivem com pagamento de promessas, o que faz parte da manifestação cultural do grupo. Vale ressaltar que a movimentação provocada pela festividade na comunidade ajuda a arrecadar fundos pelas festas e torneios que acontecem paralelamente, movimentando a economia local, o que introduz um calendário festivo tradicional nos quilombos de Providência e Deus Ajude.

CONCLUSÃO

O círio é uma manifestação religiosa católica que agrega elementos de matriz africana e que se conjugam na construção de uma identidade autêntica do quilombo de Providência, compartilhada também com os moradores de Deus Ajude, sendo o principal símbolo do elo existente entre ambas.

Cada elemento carrega consigo um simbolismo popular, seja na fé e devoção dedicada à N.Sra e a sua interseção pelos partos, a São Sebastião pela sua proteção aos animais e as matas e nos mastros como símbolo da fertilidade da terra e da fartura.

Com isso, conclui-se a compreensão de que a religiosidade é uma forma de expressão sociocultural que, ao longo da história, passa por mudanças, agregando novos elementos e ressignificando de acordo com a realidade local vivida e da particularidade de seus atores, que se firma e marca a identidade de um grupo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P. **Introdução à etnobotânica**. NUPEA, 2008.

CARDIAS, R.C. Fé e festejar: espaço, folkcomunicação e imaginário religioso nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 14, n. 32, p. 68-84, 2016.

CORRÊA, R. **Discente UFAM**. Festa de Santo: o pagamento de promessas em Parintins-AM. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em sociologia. Universidade Federal do Amazonas, 2011.

DA SILVA, V.R.R. A gênese do debate e do conceito de quilombo. **Cadernos CERU**, v. 19, n. 1, p. 203-222, 2008.

DURHAM, E. **A dinâmica da cultura—ensaios de antropologia**. 2012.

FERRETTI, S.F. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, n. 4, v. 8, p. 182-198, 1998.

FURTADO, M.B.; PEDROZA, R.L.S.; ALVES, C.B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, n. 26, v. 1, p. 13, 2014.

HOBBSAWM, E. **Introdução: a invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. BIBLIOTECA CENTRAL. **Catálogo**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/salvaterra.pdf>. Acesso em: 2019.

LIFSCHITZ, J.A. Percursos de uma neocomunidade quilombola: entre a "modernidade" afro e a "tradição" pentecostal. **Afro-Ásia**, n. 37, p.153-173, 2008.

MAUÉS, R.H. Outra Amazônia: os santos e o catolicismo popular. **Norte Ciência**, n. 2, v. 1, p. 1-26, 2011.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-212, 1987.

PRANDI, R. Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins. **Debates do NER**, n. 1, v. 19, p.11-28, 2011.

SALVATERRA, Inventário da oferta turística de Salvaterra. Secretaria Municipal de turismo, cultura e esporte. Salvaterra, Ilha do Marajó – PA. 2012.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C.; DE CARVALHO, M.C.P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 1-8, 2002.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

5 ARTIGO II – ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS E ALIMENTARES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PROVIDÊNCIA, SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ/PA

INTRODUÇÃO

As logicas produtivas nos remanescentes quilombolas são regidas pela concepção de uso comum da terra e são formas legítimas de resistência e ocupação territorial (BRASIL, 2003; ARAÚJO et al., 2017). As atividades agroextrativistas visam atender a demanda alimentar local, mas também são fundamentais para a obtenção das famílias. O trabalho no campo é de caráter tradicional e envolve técnicas agrícolas com manejo dos recursos naturais (solo, rios e biodiversidade) ditadas pela íntima relação com o ambiente, fundamentais para a manutenção do modo de vida local (SILVA; FERRAZ, 2012).

Segundo Tiriba e Fischer (2016), a economia doméstica das comunidades tradicionais é estruturada a partir da racionalidade econômico-produtiva que se assenta na unidade familiar, cujas relações de parentesco têm grande importância no exercício das atividades socioeconômicas e culturais. As autoras ainda ressaltam que a tecnologia utilizada é relativamente simples, de baixo custo e impacto.

Com uma produção destinada prioritariamente para o autoconsumo e práticas sociais como festas e ritos, procissões, a agricultura tradicional é norteada por um conjunto de práticas desenvolvidas a partir de experiências empíricas. Elas envolvem os padrões de uso da terra, seleção de mudas e sementes, características para uso doméstico, intercâmbio de sementes, relações de gênero e divisão de tarefas (REBOLAR et al. 2010).

A nova identidade da agricultura familiar brasileira inclui as comunidades tradicionais como responsáveis pelo abastecimento de pequenas cidades e localidades próximas, cujo excedente produzido é comercializado e se torna uma fonte geradora de renda. Há casos em que a demanda de mercado influencia na lógica produtiva local direcionando e redirecionando algumas atividades para os gêneros de interesse comercial, visando o incremento da renda familiar (FIDELIS, 2011).

Por fim, essa questão reflete na autossuficiência alimentar, pois, ao mesmo tempo em que gera renda para a compra de gêneros alimentícios industrializados, também afeta a oferta de alimentos fruto da produção familiar. Portanto, questões circunstanciais, como a disponibilidade dos recursos naturais, financeiros, presença benefícios sociais e demanda mercado, provocam uma reorganização na lógica de trabalho das famílias, que reorganizam seus sistemas produtivos, estrategicamente, visando aquisição de alimento e atenuação das

dificuldades econômicas (PERALTA e LIMA., 2013). As readaptações as circunstâncias associadas a obtenção de renda não deixam de lado a busca por alternativas que viabilizem a manutenção do modo de vida e da reprodutividade da unidade familiar (NASCIMENTO e GUERRA, 2016).

No contexto deste artigo, a agrobiodiversidade é compreendida como um elemento indissociável aos sistemas produtivos tradicionais, refletidos no trabalho do campo e doméstico (MACHADO; SANTILLI; MAGALHÃES, 2008). Ela é o produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas e seus recursos naturais, sendo componentes chaves a sua inventividade e criatividade, regidos por processos culturais (SANTILLI, 2009).

O acesso aos recursos naturais que integram a agrobiodiversidade local é crucial para o alcance de certo grau de autonomia por essas populações tradicionais (PERALTA; LIMA, 2010). Assim, o estabelecimento de uma racionalidade ecológica pelos comunitários promove uma agricultura de menor escala, que prioriza a demanda familiar e zela pela qualidade e conservação dos recursos naturais (ALTIERI, 2010).

As comunidades quilombolas do Marajó com perfil rural, se destacam pela produção de mandioca, abacaxi, extrativismo do açaí e bacuri, pescado e criações de animais como gado, búfalo, porco e galinha, dentre outras atividades essenciais para a sobrevivência de muitas famílias. Soma-se a isso os programas sociais que garantem o acesso a uma renda mínima para cada uma, que, em muitos casos, é a principal fonte de renda (CARDOSO, 2008; LISBOA, 2012; RIVERA, 2017; LIMA, 2020).

A compreensão das estratégias socioeconômicas e alimentares em comunidades quilombolas é desafiadora perante as particularidades ambientais, econômicas e sociais, e soma-se à escassez de estudos para a Amazônia paraense. Nesta realidade, o presente estudo se apresenta como uma importante contribuição para o “estado-da-arte” e a necessidade de construção de políticas públicas nesta temática, tendo o objetivo analisar as estratégias econômicas e alimentares da comunidade quilombola de Providência, Salvaterra, Marajó – PA como um instrumento de garantia do modo de vida local.

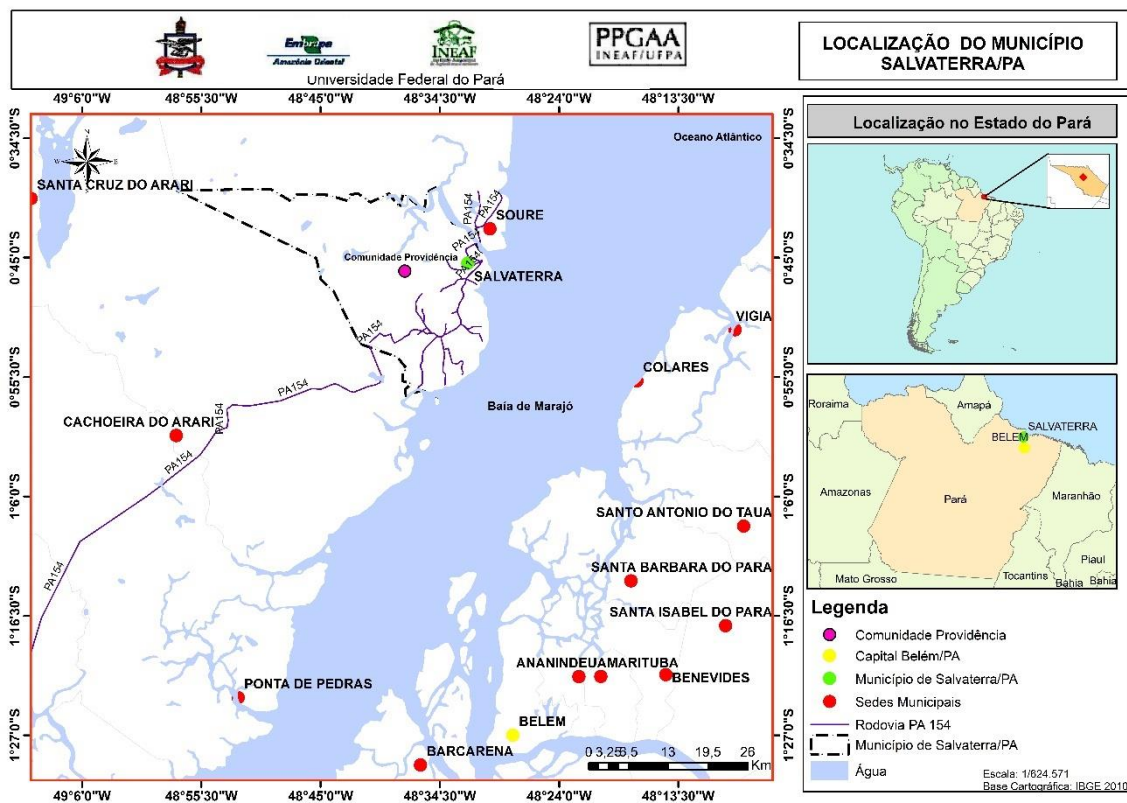
O artigo se organiza metodologicamente com a breve descrição da área de estudo, autorização e seleção dos interlocutores, coleta e análise de dados, e segue com a descrição geral dos aspectos socioeconômicos, caracterização da renda das famílias das comunidades, descrição dos espaços produtivos, indicando a lógica de trabalho e as preferências alimentares em cada uma delas.

METODOLOGIA

Seleção da área de estudo

O estudo foi realizado na comunidade quilombola Providência situada no município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (Figura 1), que está localizado a 90km de Belém e o acesso se dá por via fluvial (MELO, BARROS, 2016).

Figura 1: Comunidade quilombolas de Providência em rosa, zona rural do município de Salvaterra, Ilha do Marajó.



O clima da região é tropical, quente e úmido com chuvas e ventos regulares, temperatura média anual de 27°C. A vegetação é de floresta pouco densa com predominância de palmeiras, campos inundáveis e áreas de igapó, além de uma grande extensão de vegetação campestre (campos herbáceos, gramíneos e savanas) (SALVATERRA, 2012).

A agricultura, pecuária, pesca estão entre as principais atividades econômicas da região, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, abacaxi e feijão pela agricultura familiar (IBGE, 2010).

Atualmente, no município de Salvaterra, quinze comunidades se autodefinem como quilombolas e, juntas, representam 35% da população do campo (GOMES et al., 2018) e, dentre elas, está a comunidade quilombola de Providência, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2006 e que aguarda a titulação da terra pelo INCRA.

Essa comunidade de Providência é composta por doze famílias e já integrou a comunidade de Deus Ajude, onde fica a escola de ensino fundamental mais próxima. Os serviços de saúde são realizados na sede do município em Salvaterra, bem como obtenção de produtos alimentícios e equipamentos de agricultura e pesca, sendo válido ressaltar que recebe abastecimento de água e luz e que o principal lazer é o futebol.

Os moradores da comunidade desenvolvem atividades de pesca, caça, roça (mandioca e abacaxi), extrativismo (bacuri, bacaba, açaí e extração do óleo do bicho do tucumã) e artesanato. A criação de animais é comum entre os moradores, principalmente porcos, búfalos, galos, galinha, cavalo e gado.

A seleção ocorreu por meio de visitas exploratórias a comunidades quilombolas da região em fevereiro de 2019, que tiveram como objetivo: a) estabelecer o primeiro contato com os moradores e criar vínculos no ambiente da pesquisa; b) solicitar autorização da liderança comunitárias para a realização do trabalho; c) observar outros parâmetros de interesse da investigação.

Autorizações e seleção dos interlocutores

As autorizações foram solicitadas aos moradores por meio da assinatura dos Termos de Consentimento Livre esclarecido – TCL (Anexo 1), no qual foi solicitada autorização para uso dos dados coletados em anotações, fotos e gravações para a elaboração de trabalho científico.

Com a autorização, foram entrevistados representantes de nove das doze unidades familiares, pelo método da bola de neve, na qual um informante-chave indica outro de acordo com afinidade para a temática da pesquisa (agricultor) (BERNARD, 1988). Neste sentido, o estudo está embasado em uma perspectiva qualitativa, a fim de investigar a influência das práticas tradicionais como roça, extrativismo, pesca, criação de animais e pequenos cultivos (quintais) e dos benefícios sociais na alimentação e reprodução do modo de vida da comunidade.

Coleta de dados

Foram realizadas entrevistas diretivas (MICHELAT, 1987) com apoio de questionários semiestruturados (BONI, QUARESMA, 2005) para a investigação dos aspectos socioeconômicos como meios de renda e estratégias produtivas.

Os questionários versavam sobre questões socioeconômica como a composição renda familiar, fontes de renda, acesso a benefícios sociais e a crédito rural, atividades produtivas (roça, extrativismo, pesca, criação de animais, quintal), dimensão das plantações, espécies cultivadas, formas de obtenção de mudas e sementes, percepções sobre o ambiente (disponibilidade de recursos hídricos, possíveis alterações no período seco e chuvoso, áreas para criação de novos roçados).

Também foram analisadas as preferências alimentares, dividida em três categorias: alimentos mais comprados, os alimentos preferidos e os alimentos mais consumidos, sendo que um mesmo alimento poderia aparecer em mais de uma categoria. Foi solicitado a cada morador que citassem livremente os alimentos correspondentes a cada uma dessas categorias, como forma de correlacionar com a disponibilidade de alimentos nos espaços de produção tradicional.

Assim, os questionários foram aplicados nas unidades familiares - menor unidade produtiva básica da comunidade – e as visitas ocorreram em períodos quinzenais entre os meses de fevereiro a novembro de 2019.

Posteriormente, a fim de complementar as informações das entrevistas, foram coletados dados etnográficos por meio de observação participante, em incursões socioeconômicas e culturais com visitas as áreas de produção (mata, roça e portos), bem como quintais.

Neste sentido, foram acompanhados o preparo de alimento, a produção de farinha, bem como interação em festividades, torneios e demais festejos, o que foi fundamental para a compreensão do modo de vida local (VALLADARES, 2007). Paralelamente, se obteve registros fotográficos, bem como anotações e gravações de áudios em falas e narrativas que compuseram o caderno de campo, o instrumento para registro das narrativas dos eventos, sentimentos, expressões e ideias dos membros da comunidade.

Análise dos dados

Os dados foram sistematizados por meio do programa Microsoft Office Excel, com a finalidade de construção dos gráficos e tabelas, e interpretados com o auxílio do caderno de

campo e transcrições das gravações, considerando-se o modo de vida local (GONÇALVES, 2016).

Neste sentido, pelo resultado investigativo da média dos recursos financeiros obtidos pela comercialização dos excedentes produtivos, bem como da safra do abacaxi e extrativismo do bacuri e açai, juntamente às rendas fixas dos benefícios sociais como BF e SD, foi possível calcular a média da renda per capita das famílias e avaliar a participação das práticas produtivas tradicionais e benefícios sociais na sua composição (DINIZ et al., 1999).

Com base nos indicadores de sustentabilidade, essencial para subsidiar e orientar avaliações socioambientais e econômicas, foram selecionados, adaptados e mensurados alguns indicadores-chave, para os quais foram atribuídas notas obtidas, a partir da aplicação do questionário e da observação em campo (SILVA, 2008). Portanto, foram selecionados os seguintes indicadores: rendimento produtivo; demanda de mercado; rendimento financeiro; sazonalidade da atividade; biodiversidade; quantidade de unidades familiares que praticam; uso na unidade familiar; e contribuição para a renda per capita da comunidade.

Ao fim, foram atribuídas notas de um a dez com a finalidade de avaliar a participação de cada atividade na socioeconômica da comunidade. Para as atividades com baixa representatividade foi atribuída nota zero; média representatividade: nota cinco; alta representatividade: nota dez.

Como a avaliação prioriza a participação econômica, o rendimento financeiro e a participação na renda per capita da comunidade, esses indicadores tiveram o peso da nota duplicado, variando de zero a vinte.

O levantamento das espécies associadas às práticas produtivas ocorreu por meio de registros fotográficos e turnês guiadas (ALBURQUERQUE et al., 2008) e possibilitou avaliar a participação da biodiversidade em cada atividade no que se refere ao incremento e contribuição para a redução nos custos alimentícios. De acordo com as respostas dos questionários, as preferências alimentares dos moradores foram mapeadas e relacionadas à produtividade local, uma vez que, segundo Bourdieu (2009). Os aspectos sociais foram determinantes para auxiliar na pista taxonômica e consulta a especialistas sobre as espécies de peixes e mariscos utilizados na alimentação cotidiana (NASCIMENTO, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos socioeconômicos

A comunidade é constituída por 43 moradores com faixa etária que varia entre de 90 anos (membro mais velho) a dois anos (membro mais novo), sendo a média de idade 35. Tais moradores estão distribuídos em onze unidades familiares e são responsáveis por uma área produtiva de aproximadamente quinze hectares, dividida entre roçados (antigos e novos) e áreas de mata.

Os moradores se intitulam como quilombolas pescadores e agricultores, desenvolvendo também atividades de criação de animais, extrativismo e artesanato. A agricultura é voltada para o autoconsumo, na qual destacam-se os roçados de mandioca com finalidade alimentícia e os de abacaxi para complementação de renda (Figura 2).

Figura 2: Atividades desenvolvidas pelos moradores de Providência. A – Morador tecendo rede de pesca; B- Trabalho no roçado; C – Moradores com cesto contendo bacuri coletado nas matas aos arredores da comunidade; D – Criação de porco; E – Produção de farinha; F – Confeccção de artesanato com tala do Jacitara (*Desmoncus polyacanthos* Mart.).



Quanto à escolaridade, 57,7% destes 43 declaram ter concluído o ensino fundamental, 27,8% o médio, 3% o superior e 11,7% nunca frequentaram a escola. Os benefícios sociais como aposentadoria, Bolsa Família (BF) e Seguro Defeso (SD) contemplam 60,4% dos moradores, sendo os 39,6% restantes constituídos por crianças e adolescentes. Em relação ao Bolsa Família, 27,9% dos moradores são beneficiários, em sua maioria mulheres responsáveis pelo cadastro dos membros das unidades familiares e administradoras do recurso. O Seguro Defeso beneficia 51,1% dos pescadores maiores de 18 anos e os aposentados compreendem a parcela de 9,3% do grupo.

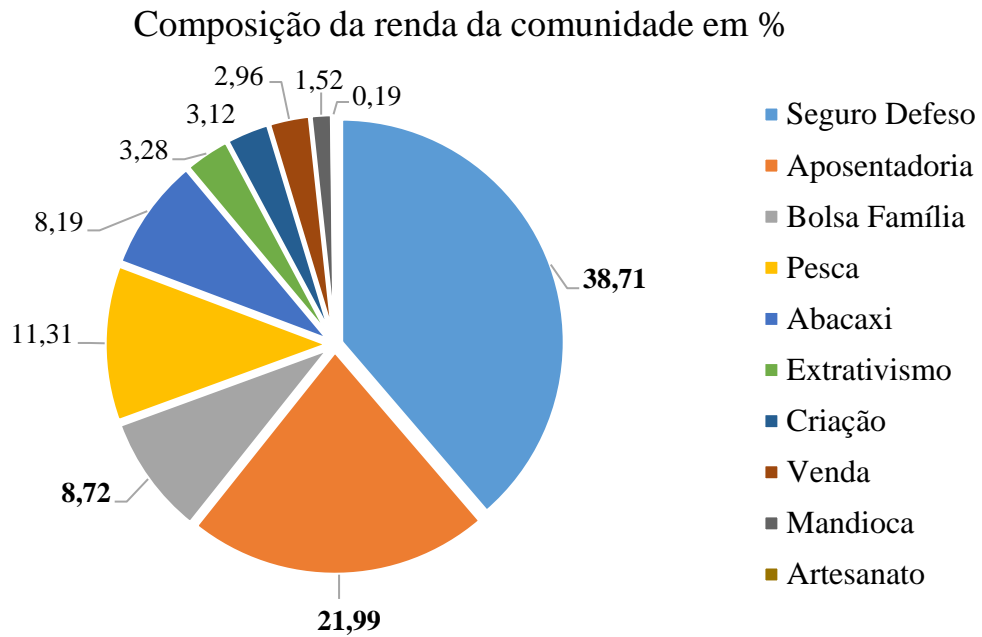
Quanto às atividades rurais, os roçados de abacaxi e a pesca têm maior contribuição para a renda anual da comunidade. Portanto, os recursos obtidos pelos benefícios, junto aos valores recebidos pelas atividades tradicionais, constituem a renda de cada unidade familiar, sendo parte considerável destinado à compra de alimentos e investimento nas próprias atividades produtivas.

Renda: Produção tradicional e benefícios sociais

A renda mensal dos moradores varia entre R\$ 1333,00 (mil trezentos e trinta e três reais) e R\$ 304,00 (trezentos e quatro), sendo a média para a comunidade de aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que pode variar para mais ou menos, dependendo das seguintes variáveis: número de moradores na unidade familiar; disponibilidade dos produtos florestais, animais e pesqueiros; rendimento roçados e do calendário produtivo local, que pode sofrer alterações de acordo com a sazonalidade do período chuvoso.

De modo geral, a renda das famílias é constituída por um conjunto de elementos provenientes dos recursos obtidos com as práticas tradicionais associado aos benefícios sociais (Figura 3), tendo resultados semelhantes descritos por Pedroso Júnior et al. (2008), Lisboa (2012), Cardoso (2015) e Nascimento (2020) para outras comunidades quilombolas, que igualmente destacam que essas duas principais fontes de renda são complementares, cumulativas e não excludentes. Em seguida, percebe-se que as práticas tradicionais são mistas, pois, de acordo com Lui (2013), atendem as demandas do consumo familiar assim como permitem a comercialização do excedente.

Figura 3: Gráfico da composição da renda familiar anual dos moradores da comunidade quilombola de Providência, Salvaterra – PA.



Com exceção da pesca, as demais atividades geram somatórias pouco expressivas, porém, sua contribuição, mesmo que ocasionalmente, colabora com a redução de parte dos dividendos. A prestação de serviço fora da comunidade e venda de produtos industrializados são desempenhadas por poucos moradores, semelhante aos registros de Lisboa (2012) para as comunidades tradicionais da ilha do Marajó, cujas relações de serviço interno estão fortemente atreladas às políticas de troca.

Vale ressaltar o caso dos roçados de abacaxi destinados à comercialização para obtenção de renda, e que junto à pesca, são as atividades de maior participação socioeconômica, principalmente em função dos indicadores econômicos de rendimento financeiro e demanda de mercado, com significativa participação na renda per capita anual da comunidade.

Demais disso, Lui (2013) aponta que a ausência de suporte técnico que considere as particularidades de cada atividade colabora para a ampliação das diferenças na participação socioeconômica de cada uma delas. A investigação ainda permitiu concluir que as atividades produtivas tradicionais não ocorrem simultaneamente, mesmo com disponibilidade anual de recurso pesqueiro e de mandioca nos roçados.

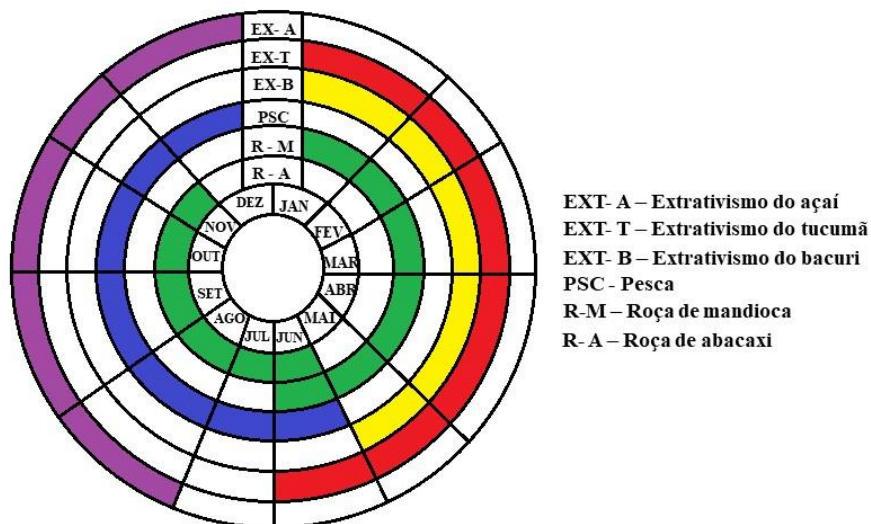
Em relação ao recurso animal, percebe-se que depende dos requisitos de abate, tais como tamanho e peso, e, nos roçados, o amadurecimento dos frutos e das raízes (manivas) são determinantes para a colheita. A produção de artesanato depende da demanda, interna ou

externa a comunidade, o que é realizado com a confecção de abanos, cestarias e tipiti² a partir da tala de jacitara (*Desmoncus orthacanthus* Mart).

A pesca ocorre durante o ano todo, entretanto, durante o período de defeso (de janeiro a maio), ocorre com menor frequência, visto que há restrição quanto à captura de uma série de espécies, muitas delas com demanda comercial. Dentre as espécies autorizadas para a pesca estão as de baixo valor de mercado, porém apreciadas no consumo doméstico da comunidade. Já o extrativismo segue o período reprodutivo das espécies como bacuri (*Platonia insignis* Mart.), de janeiro a maio, e do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), de agosto a dezembro.

O conjunto das atividades forma um calendário, no qual é possível visualizar a complementação das atividades de modo a ocupar o quadro anual. O maior gargalo identificado foi a ausência de uma equidade quanto a renda obtida nas atividades ao longo do ano com cada atividade, entretanto o abacaxi e a pesca (atividades com maior contribuição para a renda) se alternam de modo a reduzir essa disparidade (Figura 4).

Figura 4: Calendário anual das práticas tradicionais produtivas desenvolvida pelos moradores da comunidade quilombola de Providência.



Por fim, os benefícios sociais são responsáveis por 59% da renda anual dos moradores, que podem ser contemplados com bolsa família e/ou seguro defeso. Para os idosos, recebem apenas a aposentadoria. De acordo com os estudos de Peralta e Lima (2013) e Mota et al. (2014) cada benefício influencia a organização do trabalho e, no caso do bolsa família, por ser o mais

² Aparato de origem tradicional utilizado na produção de farinha para a extração do tucupi, líquido proveniente da massa triturada e coada da mandioca.

abrangente, contribui para a diminuição da vulnerabilidade social dos moradores, proporcionando certo grau de autonomia financeira.

Assim, os benefícios sociais agregam capacidade de consumo às unidades familiares e, segundo Lui (2013) e Lima (2010), conferem maior poder de decisão sobre a força de trabalho aplicada à produção, sendo notável a redução das atividades que demandam maior desgaste físico. Ainda é notável a influência direta deles sob redução da exploração dos recursos naturais, uma vez que maior parte das atividades têm a finalidade atender as demandas alimentares da unidade familiar.

As matas, quintais e roças

A relação dos moradores com as matas é de respeito e zelo, justamente por se tratar de uma fonte de alimento e proteção. Nela se pratica o extrativismo do açaí (*Euterpe oleraceae* Mart.), bacuri (*Platonia insignis* Mart.), tucumã, salva (*Lippia origanoides* H.B.K.), bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.) e jacitara, destinadas à alimentação e artesanato.

A coleta do bacuri e do açaí são atividades tradicionais relatadas em estudos com comunidades quilombolas da região marajoara desde os anos 2000. Para Jardim (2004), Arzeni e Jardim (2004), Homma (2014), Santos Júnior et al. (2015) e Rodrigues et al. (2017), o açaí é um dos principais produtos florestais da agricultura tradicional amazônica e seus frutos são importantes tanto para a alimentação quanto para a renda local.

Ambas as frutas apresentam elevado valor cultural agregado, o que justifica a forte demanda local, sendo a sazonalidade alternada extremamente relevante para a comunidade (Homma, 2014). Portanto, enquanto o bacuri é um dos principais produtos do extrativismo do período chuvoso (janeiro a maio), o açaí contribui para economia no período seco (junho a dezembro) (LIMA, 2019).

Segundo Homma (2014), a Ilha do Marajó é uma das principais zonas de ocorrência natural do bacuri, que apresenta grande demanda no mercado local e seu fornecimento está fortemente ligado à sazonalidade de frutificação da espécie. Lima (2019) destaca a relação mística de quilombolas com o bacuri, compreendido como um organismo vivo dotado de sentimentos e merecedor de cuidado e respeito.

Em relação ao comércio, a venda dos frutos do açaí, da polpa do bacuri e do óleo do bicho do tucumã, colaboram para a renda sazonal dos moradores, enquanto o licor da salva e o tipiti e cestarias de jacitara proporcionam uma renda ocasional e menos expressiva.

O tucumã, a salva e a jacitara não apresentam a mesma demanda para comercialização, entretanto são muito apreciados pelos moradores, como já relatado por Lisboa (2012). Assim, o óleo do bicho do tucumã é apreciado pelos moradores como medicinal e apresenta estudos incipientes quanto a sua composição química e potencialidade, o que foi relatado por Rocha et al. (2014). E, para além do potencial medicinal relatado nos estudos de Van der Berg (1986) e Oliveira et al. (2007), a salva é uma erva muito utilizada para a produção de licor.

Portanto, a atividade extrativista em Providência é oportuna e colabora com a obtenção de recursos financeiros, mas, principalmente, com a redução das despesas alimentícias, tendo em vista que a sazonalidade alternada do bacuri e açai permite a exploração anual desses recursos. De acordo com Rodrigues et al. (2017) e Wallace et al. (2018), o extrativismo é essencial para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais, que, por sua vez, atuam como protetores desses recursos. Homma (2006; 2014) reforça essa ideia caracterizando ser um processo de extração balanceado, pautado na compreensão empírica da relevância das espécies visando a oferta futura dos recursos.

Já os quintais, são locais de acesso imediato aos recursos animal e vegetal das famílias, no qual são cultivadas espécies alimentícias, medicinais, ornamentais e de valor imaterial simbólico. Miller (2006) ressalta que a sua formação é dotada de um contexto cultural que perpassa pela ancestralidade, baseada numa construção de identidade que precede o período colonial e que se expressa na composição e no conhecimento agregado a biodiversidade que o constitui.

Não se configuram como espaços de grande produção, responsáveis por uma economia classificada por Amaral (2014) como invisível, mas não inexistente, uma vez que os produtos dos quintais contribuem com a alimentação doméstica. São espaços que agregam grande diversidade e são constituídos, principalmente, por espécies arbóreas alimentícias (STEWART; LIMA, 2017).

Pela investigação, para os quintais foram citadas trinta e sete espécies vegetais de apreço alimentício, das quais destacam-se a manga (*Mangifera indica* L.), o coco (*Cocos nucifera* L.), a banana (*Musa* sp.), o muruci (*Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth), o caju (*Anacardium* sp.), o limão (*Citrus ×limon* (L.) Osbeck) e o açai (*Euterpe oleraceae* Mart.).

Gonçalves e Lucas (2017) apontam para uma composição semelhante em comunidade rural no município de Abaetetuba e destacam a influência da proximidade das residências para a construção desse perfil, classificando-os como quintal peridoméstico (sítio, quintal, quintal caseiro). Amaral (2014) diz que essa proximidade visa o bem-estar e a reprodutividade sociocultural das famílias.

Em seguida, Cardoso (2015) e Lisboa (2012) atestam que os quintais são lugares muito variados constituído de tradições e responsáveis pela manutenção de laços com memórias antepassadas e atuais com a natureza. Em Providência, é comum encontrar as famílias reunidas em seus quintais nos fins de tarde, conversando, jogando, cuidando e contemplando, assim como pode se observar moradores colhendo frutos e fazendo preparados alimentícios.

Nos quintais está o barracão com o fogão de barro, a casa de farinha - uma extensão direta do espaço doméstico – e, em virtude disso, de acordo com Miller (2006), a sua composição não reflete necessariamente um cenário econômico atual. A proximidade com a casa, segundo Gebdemon et al. (2015), os transforma em espaços de domesticação de espécies animais e vegetais.

Nas roças predomina o cultivo da mandioca e de suas variedades, uma vez que a farinha é componente estrutural básico da alimentação nas unidades familiares e dela se utiliza majoritariamente a raiz, que pode ser colida durante o ano inteiro e, em algumas variedades, o uso das folhas apresenta alta viabilidade para a produção da maniva (folhas moídas) para o preparo da maniçoba³.

Rodrigues et al. (2017), Lima et al. (2010), Rivera (2014), Lima (2019), Cardoso (2015), Emperaire (2018) e Lisboa (2012) atestam um quadro semelhante, nos quais a produção de farinha se destaca entre os agricultores de comunidades tradicionais como uma estratégia alimentar, que visa prioritariamente atender o consumo interno da comunidade, em especial da própria unidade, e o excedente destinado a troca ou venda para obtenção de renda.

Em alguns roçados, as manivas dividem o espaço com o abacaxi, seja de forma consorciada ou em espaço exclusivo. Trata-se de um cultivo voltado quase que integralmente à venda, contribuindo anualmente com uma parcela expressiva anual da renda familiar. Neste sentido, vale mencionar que uma safra produz em média 13 milheiros e o rendimento varia de 3.000 (três mil) a 7.000 (sete mil) reais aos nos períodos de abril, maio e junho. Como consequência, a renda obtida é destinada à manutenção das plantações, das moradias, assim como para a compra de utensílios pessoais, alimentícios e aquisição de equipamentos de pesca.

De acordo com Barbosa (2005) e Homma (2006), o abacaxi é uma das culturas de maior destaque na região do Marajó, cultivado principalmente pela agricultura familiar no qual estão inseridas as comunidades tradicionais, tais como os quilombolas, e, por mais que sua produção atualmente esteja atrelada ao aspecto da renda, seu cultivo é secular e faz parte da tradição das

³ Prato da culinária regional paraense a base da folha de mandioca moída, cujo preparo é marcado pelo cozimento delas por sete dias para a remoção do cianeto, substância venenosa. Após o cozimento são adicionados a maniva cozida carne de porco, entre outros ingredientes como charque e ate mesmo chouriço e calabresa a gosto.

populações locais, o que foi indicado por Cardoso (2015) como um dos cultivos prioritários e por Domingues (2018) como um elemento da reprodução social.

Neste sentido, é válido ressaltar que uma das maiores problemáticas para a cultura do abacaxi é a falta de políticas públicas que atendam à necessidade do agricultor de acordo com a sua realidade cultural. Autores como Rodrigues et al. (2017) chamam atenção para os pequenos roçados de agricultura itinerante de corte e queima, que, mesmo diante das limitações técnicas, apresentam uma produção eficiente.

As experiências empíricas com o cultivo das frutas são transmitidas há gerações e responsável pelo domínio de produção por parte dos moradores de Providência, que se queixam da falta de apoio e suporte técnico das entidades governamentais. O próprio crédito rural é acompanhado de uma série de condicionantes que desconsideram a realidade local, o que o torna inviável. Nesse caso, segundo o relato de um morador, a renda obtida pela produção é direcionada quase que integralmente para o pagamento do crédito.

Por fim, alguns cultivos sazonais também têm seu espaço nos roçados, entretanto são menos expressivos. Dentre eles estão o maxixe, o jerimum e a melancia, destinados à alimentação da própria comunidade, sendo plantados juntamente com a mandioca e abacaxi e colhidos com dois a três meses (Tabela 1).

Tabela 1: Espécies manejadas pelos moradores de Providência, Pará.

<i>Planta</i>	<i>Nome científico</i>	<i>Parte usada</i>	<i>Frequência</i>
<i>Quintal</i>			
<i>Manga</i>	<i>Mangifera indica</i> L.	Fruto	1
<i>Coco</i>	<i>Cocos nucifera</i> L.	Fruto	1
<i>Banana</i>	<i>Musa</i> sp.	Fruto	1
<i>Muruci</i>	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Fruto	0,875
<i>Cajú</i>	<i>Anacardium</i> sp.	Fruto	0,75
<i>Pimenta</i>	<i>Capsicum frutescens</i> L.	Fruto	0,625
<i>Limão</i>	<i>Citrus ×limon</i> (L.) Osbeck	Fruto	0,625
<i>Açaí</i>	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Fruto	0,625
<i>Goiaba</i>	<i>Psidium guajava</i> L.	Fruto	0,5
<i>Bacaba</i>	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	Fruto	0,5
<i>Acerola</i>	<i>Malpighia emarginata</i> D.C.	Fruto	0,5

<i>Chicoria</i>	<i>Eryngium foetidum</i> L.	Folhas	0,375
<i>Ameixa</i>	<i>Paradrypetes</i> sp.	Fruto	0,375
<i>Tangerina</i>	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Fruto	0,25
<i>Saputilha</i>	<i>Manilkara zapota</i> (L.) P.Royen	Fruto	0,25
<i>Pupunha</i>	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth	Fruto	0,25
<i>Piquiá</i>	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers	Fruto	0,25
<i>Mamão</i>	<i>Carica papaya</i> L.	Fruto	0,25
<i>Graviola</i>	<i>Annona muricata</i> L.	Fruto	0,25
<i>Cupuaçu</i>	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K.Schum.	Fruto	0,25
<i>Canela</i>	<i>Cryptocarya subcorymbosa</i> Mez	Folha/Casca	0,25
<i>Tapereba</i>	<i>Spondias</i> sp.	Fruto	0,125
<i>Nonhi</i>	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Fruto	0,125
<i>Maxixe</i>	<i>Cucumis anguria</i> L.	Fruto	0,125
<i>Laranja da terra</i>	<i>Citrus</i> sp.	Fruto	0,125
<i>Laranja</i>	<i>Citrus</i> sp.	Fruto	0,125
<i>Cuiera</i>	<i>Crescentia cujete</i> L.	Fruto	0,125
<i>Cipó d'alho</i>	<i>Mansoa alliacea</i> (Lam.) A.H.Gentry	Folha	0,125
<i>Café</i>	<i>Coffea</i> sp.	Fruto	0,125
<i>Araticu</i>	<i>Annona</i> sp.	Fruto	0,125
<i>Algodão</i>	<i>Gossypium</i> L.	Fruto	0,125
Extrativismo			
<i>Bacuri</i>	<i>Platonia insignis</i> Mart.	Fruto	0,875
<i>Tucumã</i>	<i>Astrocaryum aculeatum</i> Meyer	Fruto	0,5
<i>Açaí</i>	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Fruto	0,5
<i>Bacaba</i>	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	Fruto	0,25
<i>Salva</i>	<i>Hyptis crenata</i> Pohl ex Beth.	Folhas/Flor	0,25
<i>Inajá</i>	<i>Attalea maripa</i> (Aubl.) Mart.	Fruto	0,125
<i>Jacitara</i>	<i>Desmoncus orthacanthus</i> Mart.	Limbo	0,125
Roça			
<i>Mandioca</i>	<i>Manihot</i> sp.	Raíz	1
<i>Macaxeira</i>	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Raíz	0,875

<i>Maxixe</i>	<i>Cucumis anguria</i> L.	Fruto	0,875
<i>Jerimum</i>	<i>Cucurbita</i> sp.	Fruto	0,875
<i>Melancia</i>	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai	Fruto	0,5
<i>Abacaxi</i>	<i>Annanas comosus</i> (L.) Merrill	Fruto	0,5

Pesca, caça e criação de animais

A atividade pesqueira é intensa nas comunidades quilombolas da região estudada como em Deus Ajude, Providência, Mangueiras e Salvá, sendo responsável pela renda e alimentação de muitas famílias, principalmente nas comunidades com poucas roças, como a comunidade Mangueiras, conforme apontado por Nascimento (2020). Em Providência, ela é mista, mas prioriza a demanda familiar e a renda comunitária obtida com sua comercialização é mais expressiva que a dos roçados de abacaxi, por ser praticada por todos os moradores ativos (não inclui crianças e aposentados).

A pesca se apresenta como uma prática majoritariamente masculina, por conta da necessidade de se realizar viagens de longa distância, que podem durar até semanas, tal como a pesca no Rio do Saco. Assim como observado por Nascimento (2020) em Mangueiras, por Rivera (2014) no Bairro Alto e por Lisboa (2012) em Deus Ajude, as mulheres se atêm aos cuidados domésticos, por exemplo: o cuidado com a casa e com os filhos e netos, o que inviabiliza a participação em atividades com esse perfil, somente praticando pequenas pescarias nas proximidades, bem como coleta de caranguejo (*Ucides cordatus*), camarão (*Hydrolycus scomberoides*) e turu (*Teredo navalis*).

Dentre os pescados mais citados estão o bacu (*Platydoras armatulus*), a pescada (*Cynoscion leiarchus*), o tamuatá (*Hoplosternum littorale*), a sarda (*Pelonna* sp.), o mapará (*Hypophthalmus* sp.), o jiju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), a traíra (*Hoplias malabaricus*), a piranha (*Pygocentrus nattereri*), o cachorro de padre (*Trachycorystes galeatus*), a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), o pacamu (*Paulicea luetkeni*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), o cangatá (*Aspistor quadriscutis*), o bagre (*Ariidae* spp.), o mandí (*Pimelodus blochii*), a tainha (*Mugil* sp.) e acari (*Pterygoplichthys* sp.).

Todos esses peixes são muito apreciados pelos moradores e seu preparo se inicia nos giraus, onde são devidamente limpos e temperados e podem ser fritos, assados ou cozidos em fogões de barro ou mecânicos, sendo posteriormente servidos nas mesas, acompanhados de

arroz e farinha. Inclusive, é comum presenciar práticas rotineiras em relação à pesca, tal como algum morador tecendo e prestando manutenção às redes de pesca e demais aparatos.

Em seguida, a caça não é frequente na comunidade, mas, segundo relatos dos moradores, já foi bem comum. Atualmente, ela ocorre de maneira oportunista em excursões de pesca, visitas aos roçados e idas a mata para coleta de frutos. Alguns moradores costumam montar armadilhas para animais pequenos, como as pacas (*Cuniculus paca*) e cutias (*Dasyprocta* sp.), ou seguem a sinalização dos cachorros durante as caminhadas nas matas.

De acordo com os moradores mais velhos, foi comum a caçada de veados que faziam uso de espigadas nas armadilhas. De acordo com Figueredo e Barros (2016), a caça é uma atividade comum nas comunidades rurais, fortemente associada a questões cosmológicas e, para Lisboa (2012) e Rivera (2017), se trata de mais uma forma de obtenção de alimento, mas praticada com menor frequência, principalmente em virtude das alternativas possibilitadas pelos benefícios sociais e manejo dos recursos florestais, agrícolas, pesqueiros e animal (criações).

Na comunidade são criados porcos e galinhas, sendo que os primeiros são criados livres e alguns moradores possuem pequenos chiqueiros. Essa ideia de criação livre visa redução de custo e alimentação. Em reação às galinhas, são criadas em quintais e em galinheiros e comercializadas ocasionalmente, servindo também para consumo próprio.

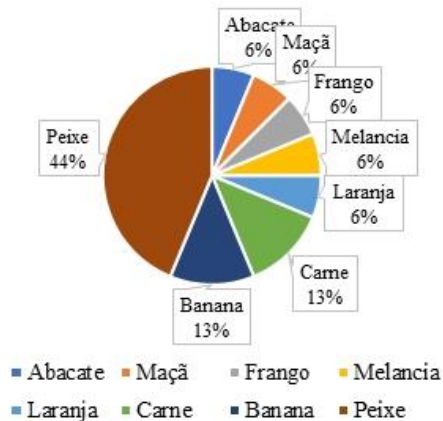
Sempre que há demanda em comunidades próximas ou até mesmo na cidade, esses animais são vendidos e, quando necessário, são abatidos para atender à própria família, o que faz Rivera (2017) e Nascimento (2020) reiterarem o valor dessas criações para a socioeconomia das comunidades, principalmente naquelas que apresentam limitações de recursos naturais para o desenvolvimento de outras atividades.

Preferencias alimentares

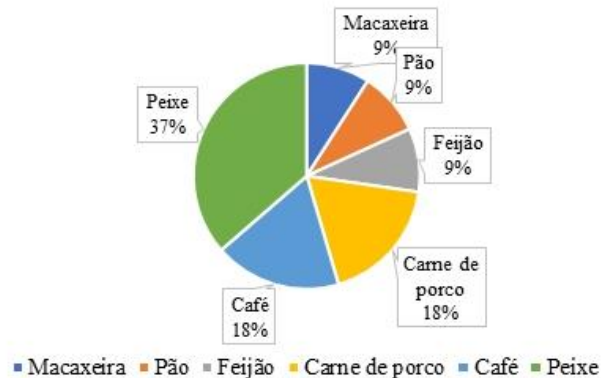
Dentre as categorias de alimentos comprados, preferidos e consumidos, o peixe se destacou como preferência alimentar de 44% dos moradores, com relevância nas demais categorias (Figura 5). Isso se dá, em virtude do apreço da comunidade pelo pescado, o que reflete na sua frequente aquisição com pessoas de outras comunidades, quando a oferta interna não atende.

Figura 5: Preferência alimentar dos moradores de Providência por categoria.

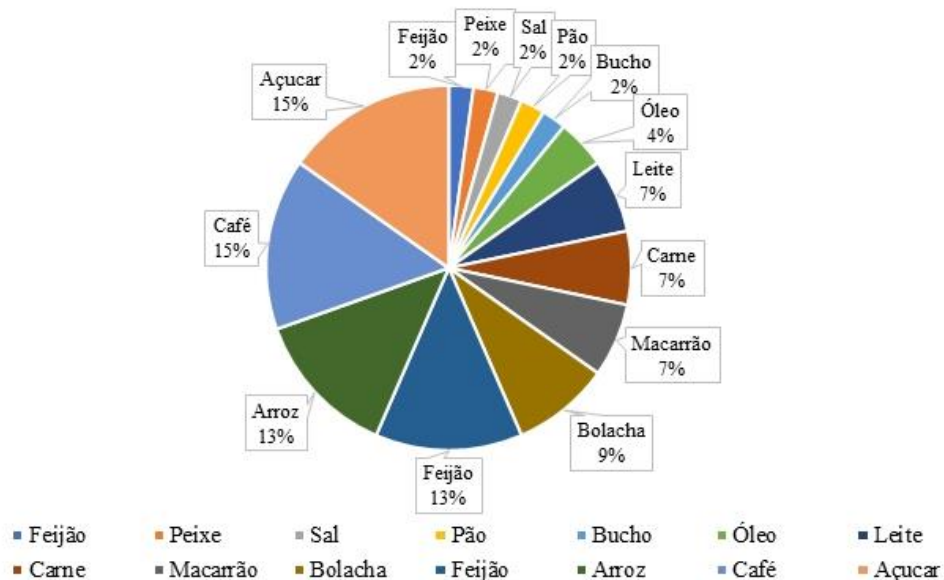
Alimentos preferidos



Alimentos mais consumidos



Alimentos comprados



No período de defeso, é proibida a pesca de algumas espécies, tal como mapará (*Hipophthalmus* spp), jeju (*Hoplerhythinus unitaeniatus*), traíra (*Hoplias malabaricus*), tamoata (*Hoplosternum* spp), pirarucu (*Arapaima gigas*), piranha (*Pygocentrus nattereri*), cachorro de padre (*Trachycorystes galeatus*), bem como caranguejo-uçá (*Ucidus cordatus*) e camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis*, *F. subtilis*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba-ruça (*Artemesia longinaris*).

Conseqüentemente, há uma redução na disponibilidade do recurso e da atividade pesqueira, o que traz impacto direto na renda familiar. No período de defeso, portanto, há uma

redução da atividade pesqueira e, por esse motivo, alguns moradores compram peixe na cidade ou com vendedores de outras comunidades.

Demais disso, outros alimentos constituem a dieta dos moradores, tendo destaque a compra de açúcar, café e arroz, que estão presentes em quase todas as refeições. Na comunidade, o café é utilizado pela manhã, após o almoço e no fim da tarde com bolacha ou pão (industrializados), que também é oferecido às visitas. O açúcar serve para adoçar o café, suco, leite e faz parte do preparo de doce e bebidas. O arroz é utilizado como acompanhamento obrigatório das refeições do almoço e janta. Desses alimentos, o café pode ser encontrado em alguns quintais, mas em quantidade insuficiente para a demanda da família ao longo do ano, e o arroz que foi cultivado pelos moradores no passado.

Em seguida, a compra dos alimentos industrializados é realizada nas idas semanais ao centro da cidade ou com uma moradora que vende na própria comunidade, ou seja, a carne bovina é comprada diretamente na cidade enquanto o peixe, o frango, o porco e a farinha são encontrados na cidade e na comunidade.

Como visto acima, o peixe é um dos alimentos mais consumidos na comunidade, junto com a carne de porco e a macaxeira, que ficam disponíveis na própria comunidade ao longo do ano. Por outro lado, café, pão e feijão não são produzidos, mas fazem parte da dieta diária e são comprados frequentemente durante as idas à cidade ou com o padeiro que visita rotineiramente a comunidade, o que foi explicado acima.

Quando não é possível comprar alimentos na cidade, os moradores permutam, sendo a farinha uma das principais moedas de intercâmbio, havendo também a possibilidade de compra com moradores que possuem pequenos estoques e revendem para os demais.

Portanto, há uma demanda de consumo mista, que não se sustenta apenas pela produção interna de alimentos, sendo que os benefícios sociais são essenciais para a garantia certo grau de segurança alimentar⁴, principalmente diante dos dados de renda per capita coletados, que indicam estar muito aquém para o contexto econômico de 2020.

Ainda deve-se mencionar que a farinha de mandioca é a protagonista da alimentação local, mesmo não estando citada nas três categorias, o que se atribui à familiaridade da comunidade com seu consumo, estando sempre presente nas refeições, seja como parte

⁴ Garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2004).

complementar, seja como prato principal. Os moradores, inclusive, costumam dizer que “a gente não vive sem farinha”, comprovando a sua relevância e essencialidade à comunidade.

Vale ressaltar que a maioria dos alimentos classificados como preferidos pelos moradores são obtidos dentro do próprio espaço produtivo da comunidade, tal como o peixe e o frango. Por outro lado, os frutos, quando estão em quantidades insuficientes nas matas e quintais da comunidade, bem como a carne vermelha, são obtidos na cidade. Porém, é válido ressaltar que o frango e a carne bovina (muitas vezes substituída por carne de porco na comunidade) são comprados como estratégia de manter a criação para uma necessidade alimentar ou financeira futura.

De acordo com Mintz (2001), as preferências da comunidade por alimentos produzidos e obtidos por ela mesma demonstram uma forma de reprodução dos valores culturais. Logo, o pescado e a farinha de mandioca trazem consigo todo um contexto tradicional por meio das técnicas de obtenção e produção cuja capacidade produtiva advém do empirismo advindo da identidade coletiva geracional, o que, por fim, gera uma valorização do produto local, mas que não impede ou limita o desejo pelo consumo externo.

Rivera (2017) e Nascimento (2020) também relatam a influência das estradas no consumo das comunidades quilombolas do Marajó, principalmente no que se refere à introdução dos produtos industrializados. Assim, a estrada permite maior acesso dos moradores ao centro da cidade e a outras comunidades, portanto as opções de consumo e o intercâmbio socioeconômico se intensificam. Para Munari et al. (2010) e Silva (2018), as mudanças provocadas pela implementação de estradas, bem como qualquer outro projeto governamental, promovem um rearranjo produtivo que faz parte do processo cultural dinâmico.

Agrobiodiversidade e Socioeconômica

Não há como dissociar a agrobiodiversidade da socioeconômica, uma vez que é uma das fontes da renda familiar. Entretanto, é precipitado aferir que a participação socioeconômica de uma determinada atividade tradicional é diretamente relacionada ao aumento da biodiversidade, por isso Peralta et al. (2009) propõem que uma série de fatores sejam considerados, dentre eles o padrão produtivo, a organização do trabalho, a demanda pelo excedente produtivo, as preferências de consumo, a importância cultural, assim como projetos, desejos e demandas da família.

Dito isso, destaca-se quanto a diversidade de espécies a atividades de cultivo doméstico - quintais (37 spp.), seguido da pesca (18 spp.), extrativismo (7 spp.), roça (7 spp.), caça (6 spp.)

e criação de animais (2 spp.). Manifestando essa dimensão, os quintais são espaços detentores de maior diversidade vegetal, porém de menor participação socioeconômica, logo é necessário considerá-lo como um espaço que visa o bem-estar da família, a manutenção dos elos culturais por meio do cultivo de espécies medicinais, alimentícia e místicas (AMARAL, 2014). Inclusive, a presença de diversas espécies contribui para a formação de um microclima agradável, no qual os moradores se reúnem para socializar, ou seja, não prioriza a finalidade produtiva.

A importância socioeconômica da pesca é diretamente associada à sua apreciação pelos moradores, que, como visto, têm os pescados como preferência alimentar, assim como servem para comercialização, o que faz Picanço (2009) ressaltar a importância da diversidade e versatilidade das atividades produtivas ao incremento de renda da comunidade. Conforme abordado anteriormente, durante o período de defeso, a atividade é limitada, pela proibição de pescar treze espécies e também de camarões e caranguejos.

Nas roças de Providência, também se destaca a predominância do cultivo da mandioca, mas que divide espaço com o abacaxi, sendo possível encontrar jerimum, maxixe e melancia, bem como quatorze variedades de manivas. A produção desses alimentos é responsável pela obtenção de uma parcela significativa da renda local anual.

Como visto, a farinha de mandioca é componente essencial para a alimentação das famílias, cuja produção interna colabora para a redução dos custos com alimentícios, e o seu excedente, bem como os derivados, são comercializados. De forma similar, a pesca apresenta um papel socioeconômico semelhante, pois o pescado atende à demanda alimentícia e financeira das unidades familiares.

De acordo com Pedroso Júnior (2008) e Peralta e Lima (2013), os roçados se destacam não apenas pela sua relevância socioeconômica decorrente da comercialização do abacaxi, mas também pela tradição de sua prática, que se mantém ao longo de gerações, por meio da manutenção de variedades cultivadas e pelos laços que estruturam o modo de vida local.

O extrativismo, por sua vez, é uma atividade dedicada à complementação de renda, diretamente relacionado com a coleta dos frutos do bacuri (*Platonia insignis* Mart.) e do açai (*Euterpe oleraceae* Mart.) em estações alternadas.

A criação de animais é constituída basicamente por aves e porcos para autoconsumo e venda, tendo relevância socioeconômica equivalente ao extrativismo por conta da diversidade e da participação na economia da comunidade. Como visto acima, as caças ocorrem de acordo com a oportunidade, não fazendo parte do calendário comunitário, e, dentre as caças, destacam-

se a paca, tatu e veado, esse último mais raramente, tendo em vista o preparo de armadilhas com carabina.

A diversidade animal e vegetal é extremamente relevante para a manutenção do modo de vida local, o que se apresenta na gama de atividades que se sustentam a partir dela e pela sua difusão entre os moradores. Vale ressaltar que a produção voltada para o auto consumo e o modelo de agricultura itinerante não visam a exaustão do sistema natural, como aponta, Pedroso Júnior (2008) e Ianovali (2018), afinal, para eles, a agrobiodiversidade está intimamente relacionada com a resiliência dos sistemas produtivos e com socioeconomia local.

CONCLUSÃO

Como resultado desta pesquisa, percebe-se que a socioeconomia da comunidade quilombola de Providência é composta pelas rendadas provenientes dos benefícios sociais e dos trabalhos tradicionais com agricultura, extrativismo, pesca e criação de animais.

Os benefícios sociais se apresentam como recursos fundamentais para a manutenção do modo de vida e servem para a sobrevivência da comunidade, assim como colaboram para a exploração mais consciente dos recursos naturais. Então, uma vez que a exploração não é destinada a produção de excedentes, os benefícios sociais se tornam indispensáveis para a segurança econômica dos moradores.

Portanto, reitera-se a dimensão de cuidado na produção alimentar, que se reflete na atenção ao período de defeso na pesca, roças de pequenas dimensões e na conservação de espécies estratégicas, como açaí, bacuri e tucumã, coletados na intenção de cuidar do bem comum.

A reprodução socioeconômica se materializa através do contato com a terra, busca do bem-estar das famílias, relações de reciprocidade, trocas e solidariedade, por isso todas as atividades tradicionais são dotadas de um contexto cultural compartilhado entre os diferentes membros da comunidade e das unidades familiares.

A baixa densidade populacional da comunidade favorece o desenvolvimento de uma agricultura itinerante sustentável, que se soma ao zelo comunitário pela mata (floresta secundária, capoeiras, bem como dos cursos d'água). Já, a precariedade das estradas, bem como a limitação de transporte coletivo, restringe o desenvolvimento de atividades de serviços fora da comunidade em outros setores econômicos, como o trabalho doméstico.

Neste sentido, percebe-se que o abacaxi é o produto de maior demanda de mercado, sendo responsável por 8,19 % da renda comunitária (mesmo não sendo cultivado por quatro

das doze famílias), e as negociações e o escoamento são realizados pelos próprios compradores/atravessadores.

Em seguida, as demais atividades produtivas não dispõem de apoio técnico ou incentivos públicos, sendo necessária a formulação de políticas públicas que amparem o produtor rural quilombola, considerando as particularidades cultural e fundiárias destes. Vale ressaltar que, apesar das peculiaridades de Providência, há similaridades em relação ao papel da agrobiodiversidade desses espaços para a reprodução das práticas tradicionais produção, bem como para a reprodução sociocultural e modo de vida. Demais disso, a demora na titulação da terra limita os investimentos e a obtenção dos recursos por conta da incerteza de permanência no território, mesmo não havendo queixa ou relatos explícitos de conflitos com os fazendeiros da região.

Desse modo, o estudo apresenta uma caracterização do perfil socioeconômico da comunidade, considerando as suas particularidades e o papel de cada elemento na renda comunitária. Com isso, foi realizado um detalhamento de cada atividade e de seus principais componentes, o que permitiu apresentar o presente levantamento investigativo e colaborar para a construção de projetos e políticas públicas. Logo, junto a outros trabalhos realizados em comunidades da região, se traça um perfil das comunidades quilombolas da região marajoara, de modo que qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável a ser pensada deve reconhecer o potencial diferenciado de cada atividade, o que reforça o papel dessas comunidades para a manutenção da agrobiodiversidade regional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P. **Introdução à etnobotânica**. NUPEA, 2008.

ALTIERI, M.A. ¿ Por qué estudiar la agricultura tradicional. **Agroecología y Desarrollo, Santiago**, v. 1, n. 1, p. 16-24, 1991.

ALTIERI, M.A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

AMARAL, C.N. do. **Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da baixada cuiabana: agrobiodiversidade e segurança alimentar**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2014.

ARAÚJO, A. dos S. et al. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. 2017.

ARZENI, S.; JARDIM, M.A.G. **Estratégias de sobrevivência em comunidades agroextrativistas do Estuário Amazônico**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

BARBOSA, T.M.F. **Dinâmica dos sistemas de produção familiares da Ilha do Marajó: O caso do município de Cachoeira do Arari**. 2005. Dissertação. Centro de ciências agrárias. Núcleo de estudos em ciência animal. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas / Pierre Bourdieu; introdução, organização e seleção Sergio Micele. São Paulo: Perspectiva. 2009.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. **THIOLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-212, 1987.

CARDOSO, L.F.C. " O suor marca a terra": trabalho, direito e território quilombola na Ilha do Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 75-92, 2015.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar.2004. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2004.

DINI, N.P. et al. Renda familiar e mercado de trabalho: um balanço da década. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 153-166, 1999.

DOMINGUES, B.R.C. Educação quilombola e ecologia de saberes na Ilha do Marajó Pará-Brasil. **Revista Habitus**, v. 16, n. 2.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; SEIXAS, A.C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 159-192, 2016.

FIGUEIREDO, R.A.A.; BARROS, F.B. Sabedorias, cosmologias e estratégias de caçadores numa unidade de conservação da Amazônia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, 2016.

FIDELIS, L. Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. **Cadernos CERU**, v. 22, n. 1, p. 57-72, 2011.

GBEDOMON, R.C. et al. Functional diversity of home gardens and their agrobiodiversity conservation benefits in Benin, West Africa. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 13, n. 1, p. 66, 2017.

GOMES, D.L.; SCHMITZ, H.; DE OLIVEIRA BRINGEL, F. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia marajoara. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n.3, p. 591-618, 2018.

GONÇALVES, A.C. de O. et al. Marajó. In.: **A função socio ambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016.

GONÇAVES, J.P.; LUCAS, F.C.A. Agrobiodiversidade e etnoconhecimento em quintais de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 15, n. 3, 2017.

HOMMA, A.K.O.; DE MENEZES, A. J. E. A.; DE MATOS, G. B. Custo de produção de abacaxi no Município de Salvaterra, Ilha de Marajó. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2006.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação. **Embrapa Amazônia Oriental-Livro científico (ALICE)**, 2014.

IANOVALI, D. et al. Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 49, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. BIBLIOTECA CENTRAL. **Catálogo**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/salvaterra.pdf>. Acesso em: 2020.

JARDIM, M.A.G. Pesquisas com a palmeira açai (Euterpe oleracea Mart.) no Museu paraense Emílio Goeldi. Museu paraense Emílio Goeldi, 2004.

LIMA, D.; STEWARD, A.; RICHERS, B.T. Trocas, experimentações e preferências: um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no médio Solimões, Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 371-396, 2012.

LIMA, M.G. **Narrativas cosmológicas registradas na mata do bacurizal no Quilombo Bairro Alto, Salvaterra (Pa)**. 2019. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LISBOA, P.L.B. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

LUI, G.H.; MOLINA, S.M.G. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. **Política & Trabalho**, n. 38, 2013.

MELO, M.F.T.; BARROS, F.B. O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): Cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 6, p. 120-136, 2017.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. **THIOLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-212, 1987.

MILLER, R.P., PENN, JAMES, Jr., VAN LEEUWEN, J. **Amazonian Homegardens: Their Ethnohistory and Potential Contribution to Agroforestry Development**. in B. M. Kumar and P. K. R. Nair, eds., *Tropical Homegardens: A Time-Tested Example of Sustainable Agroforestry*. Springer, Netherlands. P. 43– 60, 2006.

MINTZ, S.W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 31-42, 2001.

MOTA, D. M. D.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. D.; RODRIGUES, R. F. D. A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 52, 189-204, 2014.

MUNARI, L. C. et al. Do escravo ao quilombola: a história e a transformação do modo de vida dos remanescentes de quilombo do Vale do Ribeira. **Polo de Biotecnologia da Mata Atlântica: relatos de pesquisas e outras experiências vividas no Vale do Ribeira**. 2009.

NASCIMENTO, E.C. do; GUERRA, G.A.D. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 225-241, 2016.

NASCIMENTO, A.S. **Da natureza à mesa: a pesca artesanal na vida e alimentação dos quilombolas da comunidade de Mangueiras, (Ilha do Marajó – Pará)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

PEDROSO JÚNIOR, N. N.; Murrieta, R. S. S.; Taqueda, C. S.; Navazinas, N. D.; Ruivo, A. P., Bernardo, D. V.; Neves, W. A. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.3, n.2, 227-252, 2008.

PERALTA, N.; LIMA, D. de M. A comprehensive overview of the domestic economy in Mamirauá and Amanã in 2010. **Scientific Magazine UAKARI**, v. 9, n. 2, p. 33-62, 2014.

REBOLLAR, P.B.M.; MILLER, P.R.M.; DO CARMO, V.B. Desenvolvimento rural e práticas tradicionais de agricultores familiares: o caso do milho no vale do Capivari, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, 2010.

RIVERA, R. de. Trajetória das práticas alimentares na comunidade quilombola de Bairro Alto, Ilha do Marajó, Salvaterra – Pará. 2017. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ROCHA, T.T. et al. Potencial terapêutico e composição química do óleo de bicho do tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.) utilizado na medicina popular. **Scientia Plena**, v. 10, n. 11, 2014.

RODRIGUES, P.L. et al. Dinâmica socioeconômica e organizacional em comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, n. 1, p. 105-116, 2017.

SALVATERRA, Inventário da oferta turística de Salvaterra. Secretaria Municipal de turismo, cultura e esporte. Salvaterra, Ilha do Marajó – PA. 2012.

SANTOS JÚNIOR, H.B.; JÚNIOR, W.F.B.; JARDIM, M.A.G. Formas tradicionais no manejo de palmeiras como alternativas de conservação ambiental. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

SILVA, L.M.S. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará**. 2008. 233p. Tese (Doutorado) – Universidade de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Pelotas – RS, 2008.

SILVA, L.B. Constituição das comunidades negras rurais na América Latina e os efeitos das atividades econômicas nas territorialidades de Quilombo e Palenque, Brasil e

Colômbia. **Cartografías del Sur. Revista de Ciencias, Artes y Tecnología**, n. 8, p. 200-209, 2018.

STEWART, A.M.; DE MAGALHÃES LIMA, D. “We Also Preserve”: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141-165, 2017.

TIRIBA, L.V.; FISCHER, M.C.B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de educação pública. Cuiabá, MT. Vol. 24, n. 56 (maio/ago. 2015), p. 405-428**, 2015.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VAN DEN BERG, M.E.; DA SILVA, M.H.L.; DA SILVA, M.G. Plantas aromáticas da Amazônia. **Flora e-Floresta**, p. 95, 1986.

WALLACE, R.H.; GOMES, C.V.A.; COOPER, N.A. The Chico Mendes Extractive Reserve: trajectories of agro-extractive development in Amazonia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, 2018.

6 ARTIGO III - AGROBIODIVERSIDADE DOS ROÇADOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLAS DE PROVIÊNCIA MUNICÍPIO DE SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ/PA⁵

INTRODUÇÃO

Os roçados são sistemas de produção agrícola secular associados a agricultura de “corte e queima”, prática tradicional que visa o manejo dos recursos naturais com a finalidade de aproveitar o capital energético e nutritivo da vegetação e do solo (MCGRATH, 1987; REGO; KATO, 2017). Esse processo consiste na derrubada de uma parcela da mata sucedida de sua limpeza, queima, e incorporação dos cultivos (PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 2010).

Nas roças o processo de domesticação das espécies é fruto de experiências empíricas desenvolvidas e repassadas ao longo de gerações (CLEMENT, 2001). As trocas e a seleção de espécies de maior interesse são catalizadores para o surgimento de novas variedades (FELDENS, 2018). Por esse motivo, espécies como a mandioca apresentam números altamente expressivos de variedades, podendo alcançar valores superiores a 150 em uma mesma região como é o caso do Alto Rio Negro no estado do Amazonas (EMPERAIRE; ELOY, 2008). Amazonas (2018) aponta que a riqueza das variedades nas plantações contribui para a manutenção da riqueza biológica local.

Na região amazônica, mesmo predominando a cultura da mandioca, umas das principais fontes nutricionais de populações locais, a composição dos roçados abriga outras espécies alimentícias de interesse do agricultor (PEREIRA, 2008). Milho, abacaxi, melancia, jerimum, feijão, dentre outras, contribuem para a composição de coleções que atuam como verdadeiros bancos germoplasmas (DUARTE; PASA, 2016).

Para além dos aspectos produtivos, os roçados se expressam valorosas e complexas relações que se conjugam as práticas agrícolas e os valores sociais do grupo (TORRES, 2011). O preparo da área para o plantio, os mutirões e as colheitas ditam a rotina local (MARTINS, 2005; PEREIRA, 2008), de modo que as comunidades tradicionais assumem o protagonismo na conservação da agrobiodiversidade por meio da manutenção dos cultivos e compartilhamento, troca ou replantio de mudas e sementes (LIMA et al., 2013; NOGUEIRA, 2017).

Nessa categoria estão as comunidades quilombolas, espaços múltiplos e variados que, apesar da predominância negra, são constituídos por grupos étnicos raciais com trajetória

⁵ Artigo submetido para publicação na revista de Etnobiologia. ISSN 2448-8151 • ISSN 1665-2703. Quakis capes A3.

histórica própria, cuja relações territoriais específicas são expressas também nas práticas produtivas como agricultura, extrativismo, pesca e artesanato (BRASIL, 2003). Em comunidades rurais há casos em que a sua identidade parte de uma construção histórica, que é expressa por meio das práticas agrícolas que transpassam o tempo e se expressam nas crenças e costumes diários que se ressignificam perante o dinamismo cultural (FURTADO et al., 2014; LIMA FILHO, 2016; SOUZA, 2018).

No intuito de compreender a relação do homem com seus cultivos emerge o conceito de agrobiodiversidade, definido por Santilli (2012) como a diversidade biológica existente nos sistemas cultivados, sendo produto direto da intervenção do homem sobre os ecossistemas em um contexto multicultural. Estudos que vêm sendo desenvolvidos em várias comunidades quilombolas no Brasil com o intuito de compreender sua dinâmica no cenário agrícola, e o papel da intervenção antrópica na manutenção dela (MARTINS, 2005; EMPERAIRE; ELOY, 2008; LISBOA, 2012; LIMA et al., 2013; CARDOSO, 2015; STEWARD; LIMA, 2017).

O município de Salvaterra, na ilha do Marajó - PA é constituído por 15 comunidades quilombolas (35% da população do campo) e tem na agricultura, pesca e criação de animais suas principais fontes de renda e alimentação (GOMES et al., 2018). A agrobiodiversidade local tem sido foco de estudos, ainda incipientes, que visam compreender o papel das comunidades tradicionais na sua preservação, e no caso das comunidades quilombolas, a influência no processo de reafirmação identitária (ARRUDA et al. 2014; FURTADO et al., 2014).

A pesquisa visa contribuir para o campo crescente de estudos sobre agrobiodiversidade nas comunidades quilombolas no Brasil no contexto das transformações atuais, incluindo: expansão do agronegócio, conflitos territoriais, questões ambientais e os efeitos das mudanças territoriais, em função dos processos de demarcação e titulação de terra. Mais especificamente, soma com estudos na região do Marajó onde até agora são poucos os que tratam deste tema.

Esse artigo apresenta um estudo de caso que teve por objetivo analisar agrobiodiversidade dos roçados da comunidade quilombola de Providência, Salvaterra, Marajó – PA, bem como a relação comunidade com a diversidade cultivada no contexto das mudanças recentes registradas no que se referem a diminuição dos roçados nas comunidades ou migração em alguns casos para o monocultivos do abacaxi nas comunidades próximas.

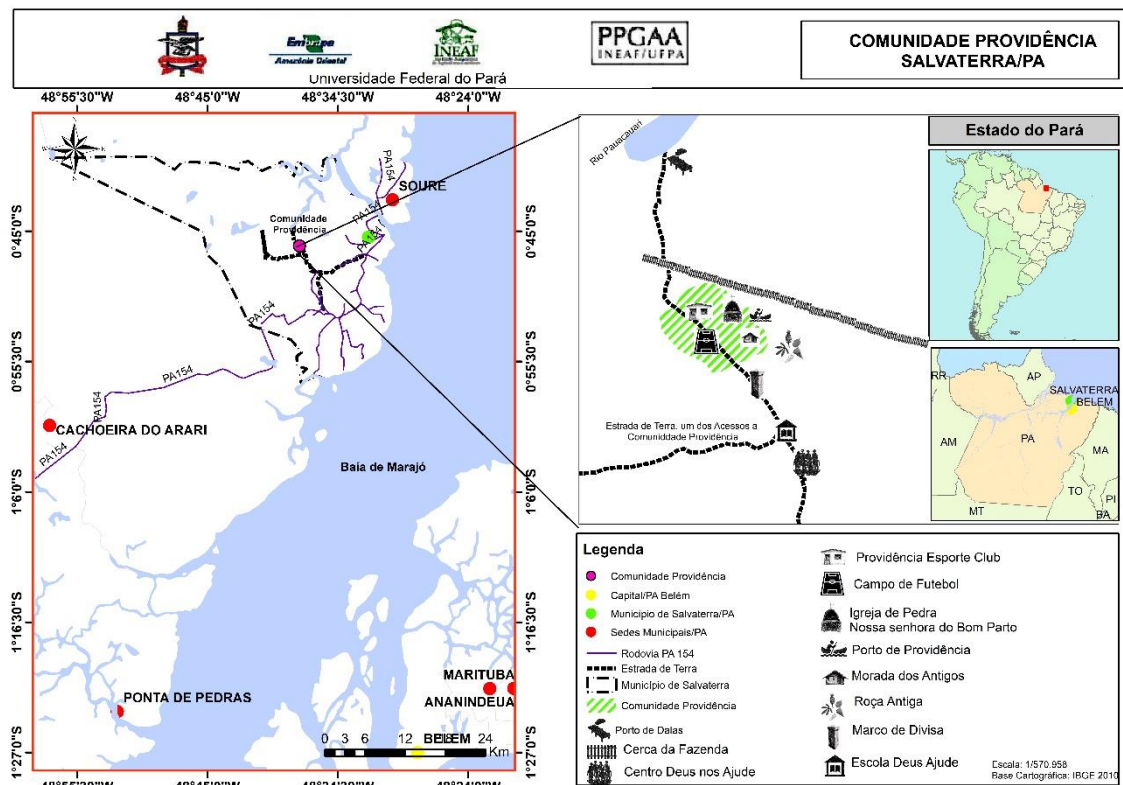
Seguindo esta introdução, o artigo é estruturado em três partes: metodologia (Seleção da área de estudo, Autorização e seleção dos interlocutores, coleta de dados, coleta de material botânico e Análise de dados), resultados e discussão e conclusão.

METODOLOGIA

Seleção da área de estudo

O estudo foi realizado na comunidade quilombola Providência situada no município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (Figura 1), que está localizado a 90km de Belém e o acesso se dá por via fluvial (MELO; BARROS, 2016).

Figura 1: Comunidade quilombola de Providência.



O clima da região é tropical, quente e úmido com chuvas e ventos regulares e temperatura média anual de 27°C. A vegetação é de floresta pouco densa com predominância de palmeiras, campos inundáveis e áreas de igapó, além de uma grande extensão de vegetação campestre (campos herbáceos, gramíneos e savanas) (SALVATERRA, 2012). A agricultura, pecuária, pesca estão entre as principais atividades econômicas da região, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, abacaxi e feijão pela agricultura familiar (IBGE, 2010).

No município de Salvaterra 15 comunidades se autodefinem como quilombolas e, juntas, representam 35% da população do campo (GOMES et al., 2018). Dentre elas, está a comunidade quilombola de Providência, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2006 e que aguarda a titulação da terra pelo INCRA. Ela é composta por doze famílias e já

integrou a comunidade de Deus Ajude, onde fica a escola de ensino fundamental mais próxima. Os serviços de saúde são realizados na sede do município em Salvaterra, bem como obtenção de gêneros alimentícios que integram a cesta básica das famílias e equipamentos de agricultura e pesca, sendo válido ressaltar que recebe abastecimento de água e luz e que o principal lazer é o futebol (Figura 2).

Figura 2: Comunidade quilombola de Providência. A – Sede do Providência Futebol Clube; B – Moradia com presença de cercado; C – Igreja de pedra de Nossa Senhora do Bom Parto; D – Escola de educação infantil da comunidade de Deus Ajude; E – Marco de divisa entre as comunidades de Providência e Deus Ajude.



A seleção da área de estudo ocorreu por meio de visitas exploratórias a comunidades quilombolas da região, em fevereiro de 2019, que tiveram como objetivo: a) estabelecer o primeiro contato com os moradores e criar vínculos no ambiente da pesquisa; b) solicitar autorização da liderança comunitárias para a realização do trabalho; c) observar outros parâmetros de interesse da investigação.

Autorizações e seleção dos interlocutores

As autorizações foram solicitadas aos moradores por meio da assinatura dos Termos de Consentimento Livre esclarecido – TCL (Anexo 1); ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN por meio do cadastro do projeto no Sistema Nacional de Gestão do patrimônio Genético (SisGen); e ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO para a coleta de material botânico quando necessário.

Os interlocutores foram selecionados por amostragem não probabilística de *rede* (VINUTO, 2014), na qual um informante-chave indica outros informantes com o mesmo perfil (proprietário de roçados), criando, assim, uma rede de interlocutores a partir de um tema em comum. O estudo foi embasado em uma perspectiva quali-quantitativa, a fim de investigar, por meio de questionários e vivência a agrobiodiversidade vegetal dos roçados, os saberes e tradições vinculado ao cultivo das espécies (PASCHOARELLI; MEDOLA; BONFIM, 2015).

Coleta de dados

O material botânico foi coletado nas turnês guiadas (ALBUQUERQUE et al., 2008), que são visitas realizadas às áreas produtivas junto ao proprietário ou especialista com a finalidade de obter amostras das plantas com a referida indicação dele. Por esta visita, é possível adquirir informações etnobotânicas com a o objetivo de elaborar as descrições dos aspectos morfológicos das espécies cultivadas e de suas variedades.

Os procedimentos da coleta ocorreram de acordo com o guia de *Coleta e identificação de espécimes botânicos* (MARTINS DA SILVA et al., 2014). Em seguida, os nomes científicos foram determinados por meio de chaves de identificação taxonômica e comparados com material testemunha em herbário e de bases online como no herbário virtual do Re flora (<http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual>) Specislink (<http://www.splink.org.br/index?lang=pt>), New York Botanical Garden (<http://sweetgum.nybg.org/science/vh/>) e Tropicos (<https://www.tropicos.org/home>) Mobot, após a identificação, as amostras foram incorporadas ao Herbário MFS Profa. Dra. Marlene Freitas da Silva da Universidade do Estado do Pará.

Coleta de material botânico

O material botânico foi coletado nas turnês guiadas (ALBUQUERQUE et al., 2008), que são visitas realizadas às áreas produtivas junto ao proprietário ou especialista com a finalidade de obter amostras das plantas com a referida indicação dele. Por esta visita, é possível adquirir informações etnobotânicas com a o objetivo de elaborar as descrições dos aspectos morfológicos das espécies cultivadas e de suas variedades.

Os procedimentos da coleta ocorreram de acordo com o guia de *Coleta e identificação de espécimes botânicos* (MARTINS DA SILVA et al., 2014). Em seguida, os nomes científicos

foram determinados por meio de chaves de identificação taxonômica e comparados com material testemunha em herbário e de bases online como no herbário virtual do Re flora (<http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual>) Specislink (<http://www.splink.org.br/index?lang=pt>), New York Botanical Garden (<http://sweetgum.nybg.org/science/vh/>) e Tropicos (<https://www.tropicos.org/home>) Mobot, após a identificação, as amostras foram incorporadas ao Herbário MFS Profa. Dra. Marlene Freitas da Silva da Universidade do Estado do Pará.

Análise dos dados

As informações obtidas nos questionários e no caderno de campo foram sistematizadas em planilhas no Excel e as gravações foram transcritas. Com os dados da lista livre e auxílio do software Anthropac (versão 1.0.2.60), foi calculado o Índice de Saliência Cultural (ISC) (SMITH, 1993), que varia entre zero e um, quanto mais próximo de um, maior a presença do elemento analisado no domínio cultural, sendo este citado com maior frequência e entre os primeiros do *rank*, ou seja, lembrado quase que instantaneamente pelos moradores ao listarem as espécies que compõem os roçados.

Cada item citado na lista livre atendeu à pergunta dirigida aos moradores e a forma como estes a abstraíram e a compreenderam. Portanto, as plantas citadas são projeções de suas memórias e sentimentos ligados à palavra-chave da pergunta. Os valores dos índices de saliência (IS) permitem a sistematização do domínio cultural, contribuindo para a visualização consensual das espécies mais expressivas, bem como a sinalização de particularidades sinalizadas pelos valores baixos (BORGATTI, 1992).

Os dados que constituem a lista livre também alimentam o *software* Antropac pilersorts que gerou um Mapa de Escala Multidimensional Variada – MDS (FERREIRA et al., 2014). Ele projetou pontos que representam as espécies citadas pelos moradores. As agrupadas ao centro são as de maior expressividade no domínio cultural, enquanto as mais afastadas são as com menor índice de saliência, citadas apenas por uma pequena parcela de moradores.

Para caracterizar a diversidade das variedades de mandioca, por exemplo, calculou-se o índice de diversidade de Simpson (D-1) (SIMPSON, 1949) e, nele, D diminui na medida em que a distribuição das variedades é mais equitativa. Desse modo, quanto mais próximo de um a forma 1-D estiver, maior a diversidade do local, ou seja, trata-se de um índice que avalia não só a quantidade, mas também a distribuição das variedades na comunidade (LIMA et al., 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as atividades desenvolvidas pelos moradores, destacam-se a roça de mandioca, a pesca e a criação de animais, que são praticadas por todos os moradores e destinadas ao próprio consumo, sendo os excedentes, de baixo valor comercial, comercializados na própria comunidade ou no centro da cidade de Salvaterra. Cada família possui seu roçado e a roça de abacaxi, juntamente com o extrativismo e artesanato, integram as atividades cuja maior parte da produção é destinadas a venda.

As roças de mandioca e abacaxi, voltadas respectivamente para a produção de autoconsumo e venda, demandam maior tempo na rotina da comunidade, pois exigem visitas frequentes para capina, colheita, verificação de ocorrências de ataques a plantaçao (animais - porcos e pragas – formigas), condição dos cercados e quando necessário organização de mutirões para construção e revitalização dos mesmos. Ambos os plantios dividem o mesmo espaço, variando nas configurações espaciais, que depende do agricultor, prevalecendo sempre o cultivo da mandioca.

O valor atribuído a terra pelas famílias se assemelha ao discutido por Cardoso (2015), e parte da concepção de que a terra é um bem de uso, cujo objetivo principal é garantir alimentação para as famílias. Logo, a geração de excedentes nos roçados atende diretamente ao objetivo das famílias. A produção de mandioca atende a essa necessidade de forma mais imediata e primordial, enquanto os roçados de abacaxi, com produção destinada quase que integralmente à venda, visa a obtenção de renda e diversificação dos componentes da dieta alimentar local, como a aquisição de produtos industrializados, dentre outros que não são produzidos na comunidade.

A lista livre evidenciou oito espécies e suas variedades que constituem o domínio cultural da comunidade para as plantas cultivadas nos roçados (Tabela 1). Assim, prevalece o cultivo da mandioca (*Manihot* sp.) com doze variedades, que são destinadas à produção de farinha de mesa, tucupi⁶, goma⁷, crueira⁸, macaco⁹ e tiborna¹⁰.

⁶Tucupi: Líquido parcialmente fermentado proveniente da trituração, prensagem e lavagem da mandioca.

⁷Goma: Amido sedimentado da lavagem da massa triturada da mandioca.

⁸Crueira: Produto da peneragem da massa da farinha de mandioca, são grossos e contendo resquícios da raiz. É torrado e batido e coado ate que se adquira textura de pó.

⁹Macaco: Bebida oriunda da fermentação da farinha de mandioca.

¹⁰Tiborna: Bebida oriunda da fermentação da massa cozida da mandioca.

Tabela1: Cultivos dos roçados da comunidade quilombola de Providência e seus respectivos Índice de Saliência – IS e frequência de citações com base na Lista Livre.

Cultivo	Nome científico	IS	Frequência (%)	Variedades locais
Mandioca	<i>Manihot</i> sp.	0,892	100	Açaizinho
				Arité
				Cachorrinho
				Folha fina
				Pacajá
				Pacuí
				Paimané
				Tareza
				Tucumanzinho
				Vermelinha
Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	0,642	87,5	Zolhuda
				Branca
				Manteiga
				Roxa
				Amarela
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i> L.	0,433	87,5	Preta
				Com pelo
Jerimum	<i>Cucurbita</i> sp.	0,388	87,5	Sem pelo
				Redondo
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai	0,229	50	Pequeno
				Branca
Abacaxi	<i>Annanas</i> sp.	0,146	50	Vermelha
Milho	<i>Zea mays</i> L.	0,167	25	-
Arroz	<i>Oryza</i> sp.	0,104	12,5	-

A espécie macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz), é compreendida pela comunidade como outro tipo mandioca por conta de suas propriedades organolépticas associadas a doçura de suas raízes. De acordo com Vale et al. (2004) essa característica está diretamente associada ao teor de cianeto, podendo ser também classificada em muitas literaturas como mandioca mansa.

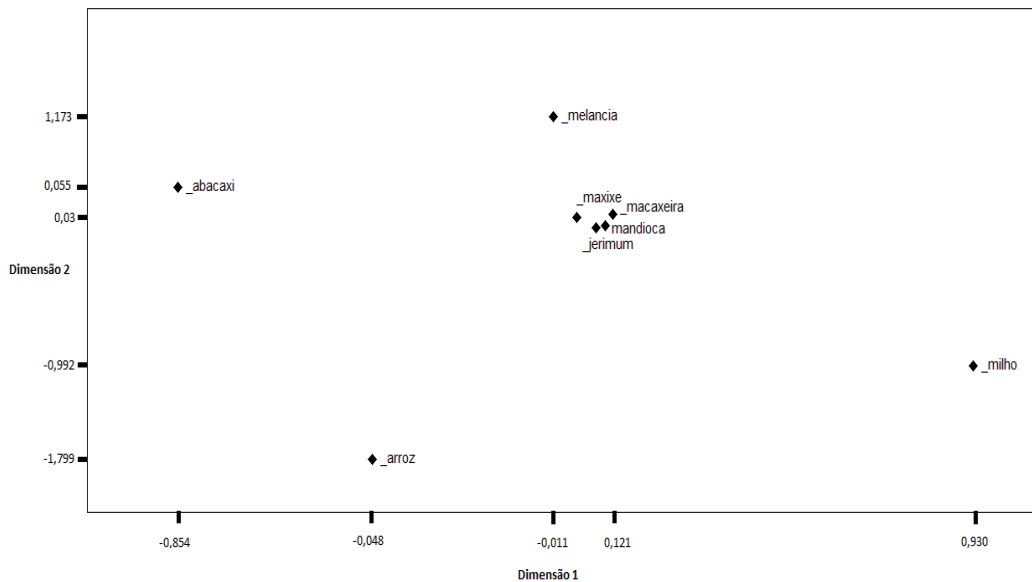
Os demais cultivos, tal como a como maxixe (*Cucumis anguria* L.), jerimum (*Curcubita* sp.) e a melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum & Nakai) estão presentes em 65% das roças, são espécies pouco exigentes (nutrientes) e de frutificação rápida (sazonalidade) que não

interferem no desenvolvimento das mandiocas. O abacaxi (*Annanas* sp.), por sua vez, está presente em 50% das roças, por sua finalidade ser a comercialização. Essa composição se assemelha a apresentada Steward et al. (2016), no qual essas espécies de ciclo curto que agregam para a diversidade dos roçados, tratando-se de espécies úteis para os moradores da comunidade.

A mandioca foi a espécie que apresentou maior IS (0,892), resultado de sua importância cultural na comunidade, por ser citada por todos os moradores na lista livre, sendo a primeira espécie citada em 90% dos casos. Em seguida, macaxeira (0,642), maxixe (0,433), jerimum (0,388) e melancia (0,229) seguem, em ordem decrescente, as demais espécies mais citadas e coadjuvam o espaço da roça com a mandioca.

O MDS agrupa as espécies mais representativas no domínio cultural, destacando-se os *outliers*, que, por apresentarem baixa frequência de citações e ranqueamento na lista livre, evidenciam os rompimentos do domínio cultural, são eles: abacaxi (0,146), milho (0,167) e arroz (0,104) (Figura 3).

Figura 3: Diagrama de escalonamento multidimensional apresentando os agrupamentos das espécies cultivadas nos roçados de acordo com a saliência cultural.



O abacaxi está presente em quatro dos oito roçados e naturalmente se afasta do padrão obtido, pois, além de não ser citado por todos os moradores (só pelos que cultivam), apresenta um baixo ranqueamento em razão de ser um cultivo destinado majoritariamente à comercialização. Em seguida, milho e arroz protagonizam casos particulares, pois não estavam

presentes em nenhum dos roçados, mas foram citados por terem sido plantados pelos moradores mais antigos, no passado, estando presente em suas memórias.

Inclusive, o cultivo do milho na região amazônica antecede o período colonial, sendo uma das culturas mais antigas do continente americano, seu principal ponto de domesticação (KISTLER, 2018). Nos registros do Pe. João Daniel, ele já coadjuvava com o cultivo da mandioca na região amazônica nas aldeias indígenas (DANIEL, 2004).

O arroz, de acordo com Carney (2018), foi introduzindo nas Américas durante o período colonial, trazido pelos negros e inicialmente cultivado pelos mesmos, uma vez que dispunham de toda uma experiência com o cultivo. Ou seja, tanto o milho como o arroz são culturas seculares na região amazônica e expressam a origem negra e indígena que comungam entre si na construção da identidade marajoara (LISBOA, 2016) tornando-se parte do repertório agroalimentar das comunidades quilombolas locais.

Entretanto, por conta de um dinamismo cultural, como apresentado por Durham (2012), bem como por conta de eventualidades, essas culturas foram deixadas de lado por alguns grupos. Em Providência, de acordo com os relatos dos moradores, não se planta mais milho porque as sementes foram perdidas, enquanto o arroz é uma cultura que exige maior atenção e que não é vantajosa se comparada à mandioca.

Essa predominância do cultivo de mandioca nos roçados já vem sendo relatado nos trabalhos desenvolvidos na região amazônica por Emperaire e Eloy (2008), Steward (2015), Moreira e Schimdt (2019), Viana et al. (2019) e na mesma região por Lisboa (2016), Rivera (2017), Melo (2016) e Lima (2019). Trata-se de um reflexo de sua importância nutricional e social, uma vez que representa um alimento destinado à produção de farinha de mesa, consumido principalmente como acompanhamento nas refeições e que também serve à composição de preparados como o cação¹¹, caribé¹², beiju¹³, tapioca¹⁴, macaco, tiborna.

Assim, tais alimentos valorados expressam a maneira como são lembrados pelos moradores em ordem de importância. De acordo com Battacharia (2013), a relevância social está diretamente ligada à reprodução social do grupo, uma vez que os roçados de mandioca, por meio das variedades, do trabalho com a terra, dos ciclos de cultivo, das colheitas, da produção dos alimentos, do compartilhamento ou comercialização dos excedentes, integram o repertório cultural da comunidade juntamente às outras atividades desenvolvidas, portanto se

¹¹ Cação: Alimento preparado com a farinha cozida, retirada do forno antes da torração.

¹² Caribé: Mingau elaborado com farinha.

¹³ Beiju: Alimento preparado com massa da mandioca compartilhado entre os moradores durante a semana santa.

¹⁴ Tapioca: Preparada a partir da goma da extraída da massa da farinha durante o processo produtivo.

inserir na ideia de patrimônio discutida por Cardoso (2015), por se tratar de um bem para a comunidade.

Com uma produção voltada para o autoconsumo, o espaço é aproveitado para o cultivo de outras espécies sazonais como o maxixe, o jerimum e a melancia, que são plantados juntamente com a mandioca e colhidos após três ou quatro meses, a partir do amadurecimento. Trata-se de um costume geracional e que permanece atualmente, como relatado por Lisboa (2012), como uma forma de aproveitar ao máximo a terra por meio de consórcios pouco exigentes ou até mesmo como uma estratégia de diversificação e manutenção da diversidade (STEWART; LIMA, 2017).

Vimos que a plantação do abacaxi tem uma lógica produtiva distinta (venda), e por isso, sua produção segue o modelo de monocultivos. Em alguns casos, ele é plantado consorciado à mandioca e agrega valor à agrobiodiversidade local, porém seu cultivo envolve o uso de adubação química, bem como herbicidas e pesticidas.

De acordo com Homma (2002), o abacaxi é um fruto de origem amazônica que foi servido aos portugueses como sinal de cortesia no período colonial e sua produção se destaca no nordeste paraense, especialmente no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó. Seu cultivo paralelo ao plantio da mandioca é comum, e já foi sinalizado nos estudos de Lima (2019), Stewart e Lima (2017), Rivera (2017), Melo (2016), Cardoso (2015) e Lisboa (2012), estando presente em uma parcela significativa do roçado, até consorciado à mandioca e espécies de ciclos curtos.

O município de Salvaterra se destaca na produção do abacaxi e, segundo Homma (2006), os pequenos agricultores estão entre os principais responsáveis por esse *status*. O referido autor retrata a importância da manutenção dos costumes tradicionais junto as técnicas de cultivo, como a adubação e aplicação de certos insumos e herbicidas, para maior rendimento e qualidade da produção do abacaxi. Essas técnicas são adotadas pelos moradores de Providência e, muitas vezes, aprendidas com atravessadores com intuito de otimizar a safra.

Alguns dos atravessadores até mesmo financiam a produção do abacaxi com antecipação do pagamento de parte da safra, ou com o fornecimento de adubos e insumos com indicação de uso. O manejo desses recursos, por sua vez, varia de agricultor para agricultor, a sua maneira, sendo muito comum a troca de experiências quanto as técnicas entre os moradores. O suporte técnico da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural é incipiente, com visitas esporádicas, mas voltadas a produção de mel, deixando a desejar no se se refere ao suporte a atividades agrícolas dos roçados como a produção de abacaxi e mandioca.

Os roçados de Providência caracterizam-se como espaços de perpetuação da agrobiodiversidade, uma vez que abrigam ao longo de sua existência variedades de mandioca, macaxeira, abacaxi e espécies de cultivo sazonal. As culturas seguem o padrão apresentado em estudos desenvolvidos na região amazônica por Emperaire et al. (2016), com presença de culturas sazonais em meio aos anuais.

Portanto, a relação da comunidade com seus cultivos é envolvida por um repertório sociocultural constituído pelas tradições místicas e religiosas, práticas agrícolas, formas de uso e consumo, festividades e relações de grupo, se enquadrando no conceito de agrobiodiversidade de Santilli (2009). A referida autora entende a agrobiodiversidade para além da diversidade biológica dos sistemas de cultivo, mas como manifestação essencial dos conhecimentos, práticas e inventividade do ser humano com o meio natural.

As mandiocas

Na pesquisa, foram citadas onze variedades de mandioca, valor dentro dos padrões para a região, principalmente por se tratar de uma única comunidade, se comparado aos estudos de Emperaire e Eloy (2008), Lima et al. (2012) e Emperaire (2016). O índice de diversidade de Simpson (1-D), para elas foi de 0,88, o que retrata bem a realidade do local, visto que a composição da maioria dos roçados da comunidade é equitativa, mudando uma ou duas variedades, que de acordo com as autoras citadas, atestam certo grau de homogeneidade no que se refere a variedade de mandioca na constituição dos roçados.

As variedades açazinho, arité, cachorrinho, folha fina, pacajá, pacuí, paimané, preta, tareza, tucumanzinho, vermelhinha e zolhuda compõem o repertório de variedades de mandioca da comunidade, cada qual com suas características conforme indicadas pelos interlocutores da pesquisa (Quadro 1). Quanto aos nomes atribuídos a cada uma dessas variedades, alguns estão associados a suas características morfológicas como é o caso da açazinho que apresenta a entrecasca de suas raízes na coloração roxa e da tucumanzinho, cuja raiz apresenta tom alaranjado que muito se assemelha ao fruto conhecido como tucumã. Outras variedades como a tareza e pai mané não se conhece a origem do termo, e segundo os moradores mais antigos, já conheceram a variedade por esses termos, porém suas características são muito particulares e auxiliam no seu reconhecimento. Assim como atestado por Emperaire (2016), muitos dessa questão de nomenclatura advém de elementos da biodiversidade local, o que justifica a associação de nomes a outras espécies vegetais e até mesmo animais.

Quadro 1 – Variedades de mandiocas com suas descrições locais

Variedade de Mandioca	Características da planta	Cor da Raiz	Principal indicação para derivado da farinha
Arité	Batata bem amarela com entrecasca branca e folhas pequenas.	Amarela	Tucupi
Cachorrinho	Esgalhada (crescimento lateral predominante) com raiz grande de amarela com casca preta.	Amarela	Tucupi
Folha fina	Folhas bem fininhas se comparada as demais, raiz amarela e folhas de sabor forte e amargo.	Amarela	Tucupi
Pacajá	Raiz seca de coloração amarelo claro.	Amarela	Tucupi
Tareza	Raiz de bom rendimento, porem quando muito madura ela fica toda pintada. O "pau" é parecido com o da zolhuda (com protuberâncias das gemas), porém suas folhas são bem miúdas.	Amarela	Tucupi
Tucumanzinho	"Talo" (bainha) da folha avermelhado, "pau branco" (caule alvo), raiz de coloração amarelo escuro com casca da fina, muito semelhante à da bata inglesa.	Amarela	Tucupi
Açaizinho	Folhas jovens e entrecasca da raiz roxa com "pau preto" (caule roxo escuro).	Branca	Maniçoba
Pacuí	Pequena, esgalhada (crescimento lateral) com raiz grande e grossa de massa alva.	Branca	Maniçoba
Pai Mané	Alta com folhas verdes, "pau branco" (caule em tonalidade clara), pouco esgalhada (poucos ramos). Sua raiz é branca e classificada como "pesada" para farinha (muito densa). As folhas são pouco amargas se comparada a variedade <i>folha fina</i> , sendo ideal para o preparo da maniçoba.	Branca	Maniçoba
Vermelha	Folhas novas roxas que mudam para a tonalidade avermelhada conforme vão crescendo. "Pau" vermelho com raiz branca e seca.	Branca	Maniçoba
Zolhuda	"Olhos" protuberantes (gemas protuberantes) e numerosos no caule de ápice arredondado.	Branca	Maniçoba

A implantação do roçado

Várias são as etapas que marcam a implantação dos roçados na comunidade de Providência, sendo cada uma delas cheia de particularidades e minúcias que exigem atenção e dedicação, bem como planejamento e trabalho coletivo, as primeiras etapas são predominantemente de participação masculinas, sendo a entrada das mulheres e crianças na etapa do plantio. Assim, faremos a individualização de cada etapa:

- a) Escolha da área para o plantio: são selecionadas áreas distantes de criadouros animais, de fácil acesso e com presença de madeira para construção das cercas e produção de carvão.
- b) Marcação da área e formação dos aceiros: se trata de uma área de uso comum, mas a delimitação familiar é importante para sinalizar que um trabalho de plantação está sendo iniciado no local, assim como também colabora para a delimitação do espaço em que será implantado o cercado. Em seguida, faz-se aceiros, que consiste na capina de 1 a 2 metros da borda da área, seguido com derrubada mata e poda de árvores ao redor. Em seguida, com auxílio de uma enxada, são cavadas valas ao redor da área para evitar que o fogo se espalhe além dos limites do roçado, sendo uma etapa que exige muito esforço físico e, dependendo da densidade da mata, há a necessidade do auxílio de equipamentos, como motosserra e roçadeiras. Por outro lado, em casos de capoeiras, o uso de equipamento manual, como terçados e inchadas, é suficiente.
- c) Queima: tem o principal objetivo de limpeza do local à plantação e uso das cinzas para adubar o solo para as plantas. De acordo com relatos dos moradores, a queima deve ser continuamente acompanhada pelo agricultor para conter o avanço do fogo em relação aos limites da roça. Assim, o fogo é colocado no final da tarde, por volta das 17h, para evitar o excesso de calor, e fogo de grandes proporções. No caso de áreas com mata baixa ou reaproveitamento de áreas de roças antigas em estado de juquirá ou capoeira, não é necessária a queima, basta a capina e o corte.
- d) Cercamento: após a queima, a roça é cercada para impedir a entrada de animais, tais como porcos, gado, búfalos e veados, que se alimentam das plantas cultivadas, logo a cerca precisa ter mais de 1m de altura. Vale ressaltar que Lisboa (2016) caracteriza a região marajoara como um mosaico de vegetação com forte presença de campos naturais, que são excelentes para a criação de animais como o gado e porco, sendo estes últimos a principal ameaça à roça. Quando questionados sobre a possibilidade de criá-los presos, os moradores responderam que “*sai muito caro, tem que*

alimentar. Solto não, o campo alimenta. É melhor fazer acerca do que não criar. Porco come muito, o dia todo, é muita comida”.

Para a construção do cercamento é realizado um mutirão, que se apresenta como uma tradição identitária da comunidade que vai desde a escolha da madeira para a cerca até os cuidados cotidianos para sua manutenção.

Nesses mutirões, a família responsável fornece macaco e/ou tiborna para a realização de uma “brincadeira”, o que dinamiza a tarefa. Nesta construção, há um general, o responsável pela tarefa, e um comandante, que será indicado para fiscalizar cada etapa da construção. Inclusive, existem regras a serem seguidas, como, exemplo, não se pode deixar cair a madeira ou fincar à estaca errada e, descumprindo tais regras, se é multado e tem que pagar uma prenda, bebendo doses de macaco ou tiborna a serem definidas pelo comandante.

A madeira preferencialmente usada nos cercados é de caranã (*Mauritiella armata* (Mart.) Burret), por conta dos espinhos que ajuda a afastar os animais. As demais madeiras usadas são obtidas na capina da área destinada ao futuro roçado.

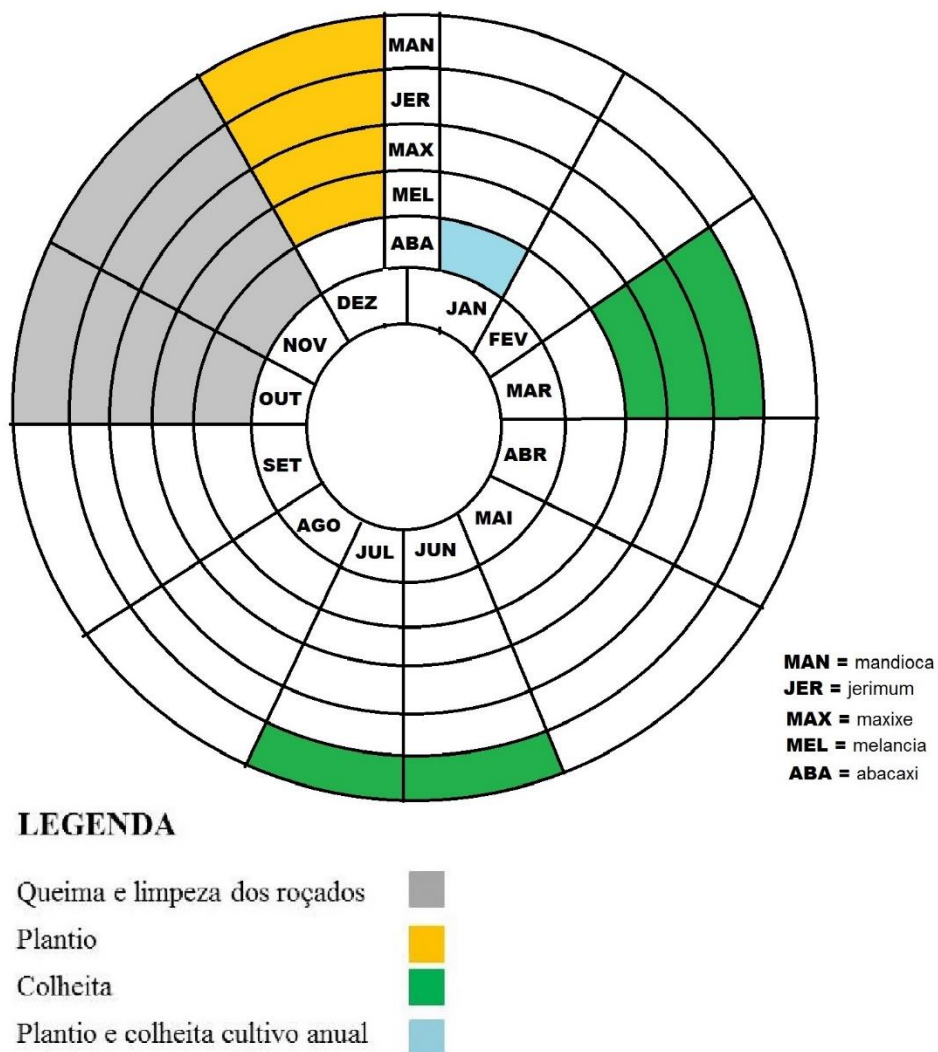
Depois de pronta, a manutenção da cerca é contínua, pois sempre aparecem brechas que facilitam a invasão de animais, logo dizem que é preciso visitar a roça ao menos quatro vezes durante a semana.

- e) **Plantio:** são plantadas diretamente no solo as sementes da mandioca, macaxeira, maxixe, jerimum, melancia, abacaxi e qualquer outra planta de preferência do agricultor, sem o uso de adubo ou qualquer veneno.
- f) **Capina:** é feita rotineiramente com a intenção de manter o local acessível.
- g) **Colheita:** depende muito de cada planta e da demanda. Por exemplo, o maxixe, o jerimum e a melancia podem ser colhidos com três meses, enquanto a macaxeira só pode ser colhida depois de seis meses, mas, prioritariamente, após um ano. O abacaxi, por outro lado, é colhido após um ano ou um ano e meio após o plantio.

Essas etapas se constituem como um ciclo anual, que se inicia com a derrubada e queima das matas no final do período seco, normalmente entre os meses de outubro e novembro, seguindo às fases de limpeza e implantação das cercas. Portanto, os meses de novembro e dezembro são destinados para o plantio das sementes e, em meados de março a abril, inicia-se o cultivo das plantações sazonais. A partir de junho, tem início a colheita das primeiras mandiocas plantadas, o que segue pelo restante do ano de acordo com a demanda familiar.

Quando as condições climáticas indicam um período chuvoso e período seco bem definidos, o ciclo dos plantios recomeça a partir de outubro, somente o abacaxi tem um ciclo que pode perdurar por mais de um ano (Figura 4).

Figura 4 – Calendário agrícola das espécies cultivadas nos roçados de Providência. PC – Período de Colheita.



É importante ressaltar que é comum ter mais de uma roça, a plantada e a madura: a roça planta segue o cronograma anual, nela as mudas ficam preparadas para a colheita após seis meses, porém na maioria das vezes a ela é apenas dada a manutenção para usufruto após a colheita completa da roça madura. Essa é a que apresenta mandiocas disponíveis para coleta após um ano de uso, e já apresentam em estado de regeneração inicial avançado, visto que a

maior parte da atenção para manutenção é destinada aos novos roçados. Entre o plantio e as colheitas os cuidados e a vigilância dos roçados são constantes.

As etapas de preparação do roçado são semelhantes às relatadas por Cardoso (2015), Lisboa (2016), Steward et al. (2016), Viana et al. (2016) e Moreira e Schmitz (2019) em relação à seleção das áreas para roça em terreno comum, derrubada da mata, estabelecimento de aceiros e queima. Lisboa (2016) inclusive aponta que os mutirões são comuns na região marajoara, porém cada comunidade tem sua releitura da prática, o que tornou a observação participante na comunidade de Providência ser única.

Como visto, os mutirões são organizados pela família que tem a intenção de construir o roçado, mas se conta com a colaboração dos membros das demais famílias. Logo, Schmitz et al. (2017) apontam que a reciprocidade é um dos pilares fundamentais das ações coletivas, o que Sabourin (2008) indica como uma tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir” pautado no princípio da dádiva. Esta prática, por envolver todo um processo produtivo colaborativo, contribui para o estreitamento de laços e atribui um caráter descontraído ao trabalho.

Vale ressaltar que a agricultura de corte e queima segue, os padrões da agricultura tradicional amazônica, como apresentado por Emperaire (2016), sendo que a queima é seguida de longos períodos de pousio para a devida regeneração e introdução de um novo ciclo de cultivo. Pedroso Junior (2008) e Viana et al. (2016) relatam que tal prática é sustentável, desde que respeite um período de pousio e que a quantidade de ciclos de cultivo seja adequada.

Porém, ambos autores apontam que esse modelo apresenta pontos negativos, tal como a supressão da mata e o uso do fogo, mas, como pontos positivos, permite o aumento da variabilidade genética que acompanha o estado sucessional e regenerativo da área, sendo imprescindível para isso o respeito do tempo de pousio adequado.

Quanto a isso é importante ressaltar que na comunidade as áreas de roçado só são implantadas em áreas de mata com presença de madeira a ser usada na construção do roçado, logo as áreas em estado de regeneração, como capoeiras em estado inicial, não interessam aos moradores. Portanto, a presença de madeira é um dos fatores limitantes para a implantação dos roçados.

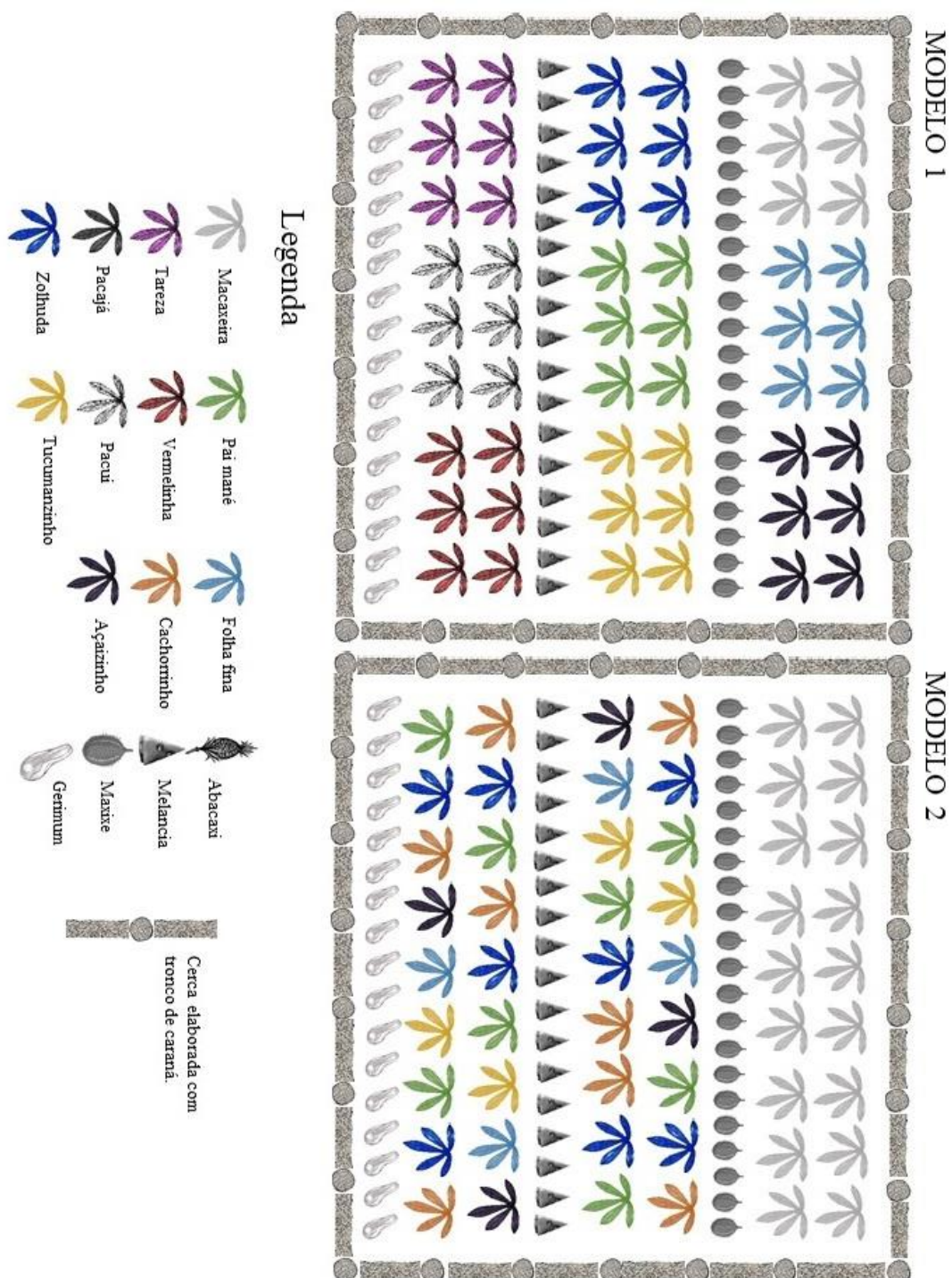
Organização dos roçados

É importante iniciar mencionando que a organização e distribuição dos cultivos no espaço do roçado atende o objetivo e a necessidade do agricultor, não havendo uma preferência

por nem um dos modelos que serão apresentados. Os moradores adotam o modelo que mais lhe favorece no momento do plantio. Entretanto quando o espaço é dividido com o abacaxi, há uma prevalência do modelo 4.

Assim, as mandiocas podem ser agrupadas por variedade, e entre elas as culturas sazonais (maxixe, melancia e jerimum) (Figura 5 – Modelo1), ou também é possível encontrar roçados cujas mandiocas estão distribuídas aleatoriamente, formando um mosaico, e entre elas os cultivos sazonais (Figura 6 – Modelo 2).

Figura 5: Croqui dos roçados de mandioca. Modelo1 – Mandiocas agrupadas de acordo com a variedade. Modelo 2 – Mosaico de mandiocas distribuídas aleatoriamente. Em ambos os casos as culturas sazonais são plantadas em meio as mandiocas.

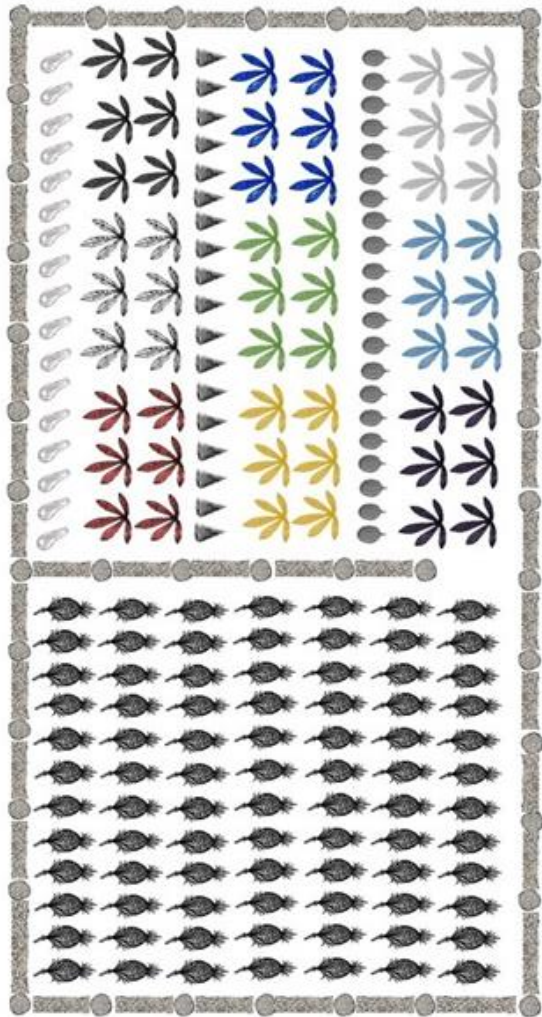


Nos roçados com presença de abacaxi, há um espaço exclusivo e destinado a essa cultura, justamente por conta do crescimento das folhas pontiagudas e serradas do fruto, que se entrelaçam e dificultam a locomoção do agricultor, bem como sua coleta (Figura 6- Modelo 3). Há também a possibilidade de aumentar o espaço entre os abacaxis e, neste espaço, plantar a mandioca, entretanto essas devem ser da variedade Pai Mané, por esgalharem pouco (não ramificam na base e há predominância de crescimento apical) e serem altas, desse modo não

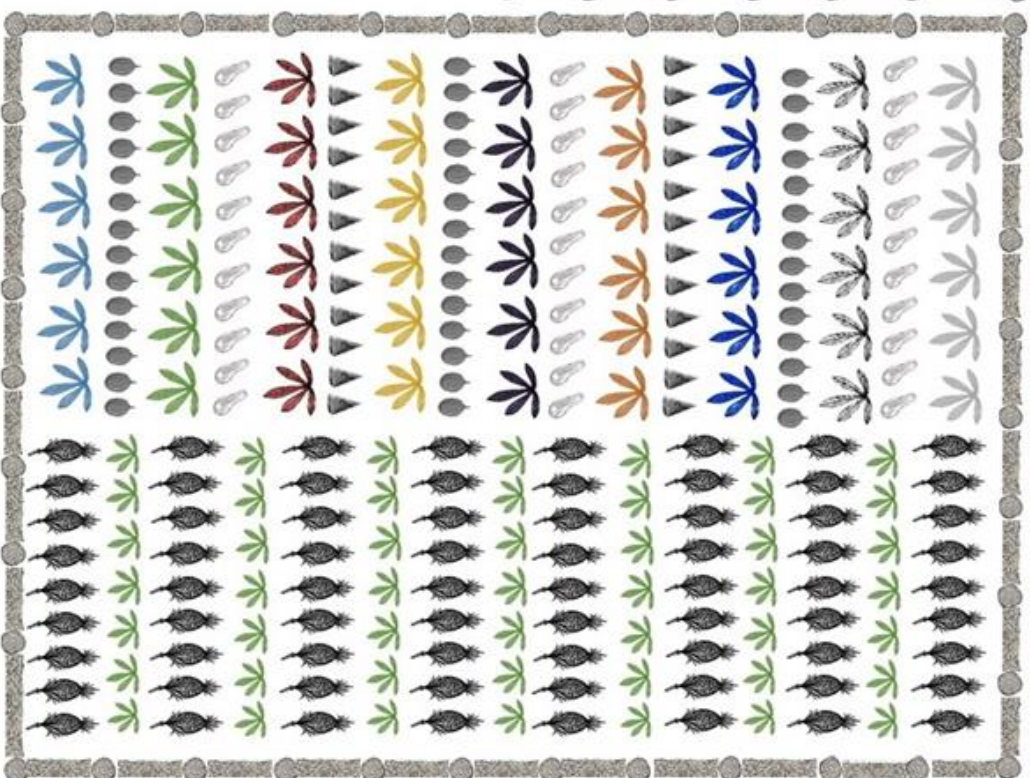
interferem no espaçamento dos abacaxis, permitindo a mobilidade do agricultor. Elas devem ser colhidas com seis meses para não interferirem na adubação e na carburetagem do abacaxi (Figura 6 – Modelo 4).

Figura 6: Croqui dos roçados de mandioca com presença do abacaxi. Modelo1 – Mandiocas agrupadas de acordo com a variedade e abacaxi separado. Modelo 2 – Mandiocas enfileiradas por variedades e entre as fileiras os cultivos sazonais, com abacaxi consorciado com mandioca da variedade paimané.

MODELO 3



MODELO 4



Legenda



Cerca elaborada com tronco de caraná.

Vê-se que os cultivos têm seus espaços muito bem delimitados, sendo peculiar a disposição das variedades de mandioca e o consórcio entre mandioca paimané e abacaxi. Essas configurações próprias atendem diretamente a necessidade do agricultor para autoconsumo e venda, assim como a manutenção das variedades.

Durante a colheita de mandioca para a produção de farinha, são coletadas diversas variedades e misturadas entre si durante o processo, entretanto os moradores destacam que, dependendo da necessidade produtiva, como é o caso do tucupi, é preferível selecionar mais mandiocas de batata amarela, pois a cor é essencial para atestar a qualidade do produto, e para o preparo da maniçoba as de folhas não amargas (Tabela 2).

Tabela 2: Principais variedades de maniva indicadas para preparados (Tucupi, Maniçoba e Farinha de mandioca).

Indicação de manivas para preparados		
Tucupi	Maniçoba	Massa p/ Farinha
Tucumanzinho	Pai Mané	Todas
Arité	Açaizinho	
Tareza	Zolhida	
Folha fina	Pacuí	
Pacajá		
Cachorrinho		

Em relação ao consórcio entre abacaxi e mandioca, trata-se de uma prática antiga, que era desenvolvida pelos primeiros moradores locais, sendo um cultivo muito efetivo, pois permite um melhor aproveitamento da área, como visto. De acordo com Homma et al. (2006), o abacaxi é um cultivo perfeitamente associável a mandioca, bem como também milho e arroz.

O referido autor desenvolveu estudos na região de Salvaterra e em outros municípios do Marajó e diz que cultura do abacaxi sempre se destacou na região. Em síntese, os estudos permitiram a elaboração de material de apoio técnico, que, junto ao trabalho da Emater, associados às políticas públicas, tal como o Pronaf, contribuíram para a expansão do cultivo do abacaxi na região, principalmente na agricultura tradicional familiar.

Neste rumo, é importante reavaliar que os esforços técnicos e as políticas públicas deferidas ao pequeno produtor, tendo em vista que os relatos apresentados apontam para uma dificuldade de acesso a créditos, bem como a desvantagem de acessar o programa perante os

benefícios ofertado pelos atravessadores. Outro relato comum é em relação à insuficiência de suporte técnico, pois apenas se presta orientações para plantações de abacaxi, mas não se desenvolvem ideias de plantação consorciada ou orientações para a produção da mandioca, visto ser a cultura predominante do local.

A herança

A agricultura é a principal atividade praticada pelos moradores de Providência, o que mobiliza todos os moradores, não importando a faixa etária. Assim, mesmo dividindo espaço com outras atividades, tal como a pesca, o extrativismo e o artesanato, o trabalho na roça é uma prática cotidiana na comunidade, com uma rotina de visitação aos roçados, seja para prestar manutenção aos cercados e verificar as condições dos cultivos, seja para coletar mandioca.

Junto a isso, há o preparo da farinha e de outros alimentos, cujos ingredientes provêm dessas roças. Esse conjunto de atividades ocupa parte significativa do cotidiano dos moradores em relação à organização dos afazeres, lazer, calendário e planejamento familiar e divisões de trabalho.

Como visto, homens, mulheres e crianças participam das atividades dos roçados, sendo visto como uma atividade coletiva que se estabelece dentro da unidade familiar, em que cada sujeito tem suas especificidades e limitações. Logo, os homens dedicam maior parte do seu tempo à roça e à pescaria; as mulheres se dedicam a fazeres domésticos, bem como às atividades de roça e extrativismo; as crianças acompanham seus pais nos intervalos das atividades escolares, o que é regrado por brincadeiras com os animais e outras crianças e trazem uma contribuição mais simbólica, sobre o ofício do roçado, do que física.

A troca dos conhecimentos e dos costumes sobre o trabalho no roçado não é linear, ou seja, direta dos mais velhos para os mais novos, mas sim multilateral, transmitida pelo próprio convívio social, uma vez que a roça faz parte do cotidiano local. Portanto, crianças aprendem com crianças, com jovens e com adultos, assim como os adultos aprendem com as crianças e com os jovens. Um dos moradores relata que não aprendeu a fazer roça com o seu pai, que era vaqueiro e trabalhava embarcado (viajando em embarcações de pesca e transporte), mas que começou a roçar quando formou família e precisou se fixar, quando aprendeu com os demais moradores. Inclusive, essa relação de parentesco entre os moradores é um dos fatores de maior relevância para determinação dos vínculos de ancestralidade e compartilhamento de conhecimentos.

As festividades religiosas como a semana santa e o círio contribuem para a manutenção dos costumes e das práticas agrícolas. Os principais pratos como o beiju, farinha e maniçoba que regem as reuniões familiares nessas festividades tem como matéria prima a mandioca. Nas datas próximas a movimentação nos roçados é notável, bem como a anuidade desses eventos em consonância a prática agrícola.

Por fim, Lima et al. (2005) retratam a unidade familiar e os vínculos de parentescos como estruturadores dos costumes que atestam a identidade local por meio de práticas coletivas do trabalho como a roça e, para Rodrigues (2018), o conjunto de conhecimentos tradicionais acerca dos roçados se alicerçam nas práticas sociais cotidianas e no histórico agrícola dos grupos tradicionais. Logo, o processo de abstração do conhecimento, segundo Fantin (2015), segue o molde da aprendizagem significativa, no qual se aprende por meio da vivência, interação, prática e convívio, para além da oralidade.

CONCLUSÃO

Os roçados de Providência são espaços que abrigam uma agrobiodiversidade dentro da média para os padrões que vêm sendo registrados na região amazônica, com destaque para a mandioca e suas onze variedades, principalmente destinadas para o autoconsumo da família e, quando possível, se vendem os excedentes.

Dentre os demais cultivos, há importância do cultivo de abacaxi, entretanto o valor atribuído a ele é essencialmente comercial como uma das principais formas de obtenção de renda às comunidades, inclusive as comunidades próximas. Esse conjunto produtivo permite classificar o roçado como uma atividade essencial para a manutenção do modo de vida e estruturação dos moradores da comunidade junto às outras atividades, tal como a pesca, o extrativismo e o artesanato.

Entretanto, além dos aspectos produtivos, os roçados são lugares dotados de expressão cultural e tradição, seja no cultivo de variedades herdadas ao longo de gerações, seja na forma como se executa o trabalho na mesma. Portanto, os mutirões demonstram a identidade local e responsáveis por agregar famílias e moradores em um costume histórico que reforça os laços dos coletivismos. Neste processo, as bebidas e alimentos oriundos do trabalho no roçado, como o tucupi, o beiju, a farinha e o macaco/tiborna são apreciadas pelos moradores e integram a alimentação local. Neste sentido, atividades na roça envolve, todos os membros da família, até mesmo as crianças, em seus horários livres e de forma descontraída, que participam e aprendem de forma os ensinamentos dos mais velhos.

As roças reafirmam a identidade e a ancestralidade quilombola por meio da agrobiodiversidade vegetal local e atestam o vínculo de cada morador com seu passado e com a terra. Assim, com o passar do tempo, esse conjunto de saberes transmitidos mantém viva a memória ancestral ao mesmo tempo em que se agregam novidades pela introdução de novas variedades e cultivos, como também por atores externos

Desse modo, os roçados se afirmam como instrumentos identitários dos povos locais, que acabam negligenciados pela falta de apoio do estado, seja por via técnica ou pela instauração de medidas parlamentares que compactue com a cultura local. Portanto, as medidas de acompanhamento que incentivem a produção e a perpetuação dos costumes são necessárias.

LITERATURA CITADA

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade E Invisibilidade**. Annablume, 2006.

ALBUQUERQUE, U.P. **Introdução à etnobotânica**. NUPEA, 2008.

ALTIERI, M.A.; TOLEDO, V.M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

AMAZONAS, N.T. et al. **Plantações mistas de alta diversidade no Brasil: Eucalyptus intercalado com espécies arbóreas nativas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

ARRUDA, J.C. de et al. Traditional ecological knowledge of palms by quilombolas communities on the Brazil-Bolivia border, Meridional Amazon. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 123-140, 2014.

BERNARD, H. R.; GRAVLEE, C.C. (Ed.). **Handbook of methods in cultural anthropology**. Rowman & Littlefield, 2014.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGATTI, S. P. **ANTHROPAC 4.0 Reference manual**. Natick: Analytic Technologies. 1992.

BHATTACHARYA, Tithi (Ed.). **Social reproduction theory: Remapping class, recentring oppression**. Pluto Press, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que trata do art. 68 do ato das disposições gerais Constitucionais Transitórias. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 de nov. 2003. Seção 1, p.31.

CARDOSO, L.F.C. " O suor marca a terra": trabalho, direito e território quilombola na Ilha do Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 75-92, 2015.

CARNEY, J. Arroz Negro. As Origens Africanas do Cultivo do Arroz nas Américas. **Bissau: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas**, 2018.

CLEMENT, C.R. Melhoramento de espécies nativas {Improvement of native species}. In: NASS, L.L.; VALOIS, A.C.C.; MELO, I.S.; VALADARES-INGLIS, M.C. (Eds.). **Recursos genéticos & melhoramento - plantas. Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso - Fundação MT**, Rondonópolis, MT. pp. 423-441. (Brasil), 2001.

CUNHA, A.A.; CAMBRAIA, C.N.; MEGALE, H. A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear. **Humanistas/FFLCH/USP**. São Paulo, 1999

MOREIRA, É. da C.; SCHMITZ, H. A roça, o retiro e a “tapera”: descrevendo os sistemas de produção familiares no município do Acará, Pará, Brasil. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. junio, 2019.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo do Rio Amazonas**. Contraponto, v.1, Rio de Janeiro, 2004.

DUARTE, G.S.D.; PASA, M.C. Agrobiodiversidade e a etnobotânica na comunidade São Benedito, Poconé, Mato Grosso, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 2, p. 247-256, 2016.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)?. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 195-211, 2008.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; SEIXAS, A.C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 159-192, 2016.

EMPERAIRE, L. Saberes tradicionais e diversidade das plantas cultivadas na Amazônia. **Knowing our Lands and Resources**, v. 1, p. 41, 2017.

FANTIN, M. Novos Paradigmas da didática e a proposta metodológica dos Episódios de Aprendizagem Situada, EAS. **Educação & Realidade, Porto Alegre**, v. 40, n. 2, p. 443-464, 2015.

FELDENS, L. **O homem, a agricultura e a história**. Lajeado: Ed. Univates, 2018.

FERREIRA, W.; ALENCAR, N.L.; ALBUQUERQUE, U.P. **Methods for Data Collection in Medical Ethnobiology. In: Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. Humana Press, p. 111-121, New York, USA. 2014.

FURTADO, M.B.; PEDROZA, R.L.S.; ALVES, C.B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 13, 2014.

GOMES, D.L., SCHMITZ, H.; DE OLIVEIRA B.F. identidade e mobilização quilombola na Amazônia marajoara. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n.3, p. 591-618, 2018.

HOMMA, A.K.O. et al. Custo de produção de abacaxi no sudeste paraense. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2002.

HOMMA, A.K.O. et al. Custo de produção de abacaxi no Município de Salvaterra, Ilha de Marajó. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. BIBLIOTECA CENTRAL. **Catálogo**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/salvaterra.pdf>. Acesso em: 2018.

KISTLER, L. et al. Multiproxy evidence highlights a complex evolutionary legacy of maize in South America. **Science**, v. 362, n. 6420, p. 1309-1313, 2018.

LIMA, D. The Roça Legacy: land use and kinship dynamics in Nogueira, an Amazonian community of the middle Solimões region. In: HARRIS, Mark; NUGENT, Stephen (Orgs.). **Some other Amazonians: perspectives on modern Amazonia**. Londres: University of London, Institute of Latin American Studies, p. 12-36, 2005.

LIMA, D.; STEWARD, A.M.; RICHERS, B.T. Trocas, experimentações e preferências: um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no médio Solimões, Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 371-396, 2012.

LIMA, Juliana Schober Gonçalves. Segurança alimentar e nutricional: sistemas agroecológicos são a mudança que a intensificação ecológica não alcança. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 49-50, 2017.

LIMA, P.G.C. et al. Agrobiodiversidade e etnoconhecimento na Gleba Nova Olinda I, Pará: interações sociais e compartilhamento de germoplasma da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz, Euphorbiaceae). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, p. 419-433, 2013.

LISBOA, P.L.B. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

MARTINS, P.S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 209-220, 2005.

MARTINS-DA-SILVA, R.C.V.; SILVA; A.S.L. DA; FERNANDES, M.M.; MARGALHO, F.L. **Noções morfológicas e taxonômicas para identificação botânica**. Embrapa Amazônia Oriental. 2014.

MCGRATH, D.G. The role of biomass in shifting cultivation. **Human Ecology**, n. 15, v. 2, p. 221-242. 1987.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. **THIOLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-212, 1987.

NOGUEIRA, R.F. **As roças na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio: um estudo sobre agrobiodiversidade, conhecimentos tradicionais e práticas entre os povos beiradeiros da Terra do Meio – Amazônia.** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.

PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M. Saving slash-and-burn to save biodiversity. **Biotropica**, v. 42, n. 5, p. 550-552, 2010.

PASCHOARELLI, L.C.; MEDOLA, F.O.; BONFIM, G.H.C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade, São Paulo**, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2015.

PEDROSO JÚNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PEREIRA, K.J.C. **Agricultura Tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central: um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas.** 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

REGO, A.K.C.; KATO, O.R. Agricultura de corte e queima e alternativas agroecológicas na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, 2018.

RODRIGUES, C.L. **O Lugar do Fandango Caiçara: natureza e cultura de " povos tradicionais", direitos comunais e travessia ritual no Vale do Ribeira (SP).** 2013. Tese de Doutorado. UNICAMP.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2008.

SALVATERRA, Inventário da oferta turística de Salvaterra. Secretaria Municipal de turismo, cultura e esporte. Salvaterra, Ilha do Marajó – PA. 2012.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores.** São Paulo: Editora Petrópolis, 2009, 44p.

SCHMITT, A. et al. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, 2002.

SCHMITZ, H.; DA MOTA, D.M.; SOUSA, G.M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.

SHARMA, G.; RAI, L.K. Climate change and sustainability of agrodiversity in traditional farming of the Sikkim Himalaya. **Climate Change in Sikkim Patterns, Impacts and Initiatives. Information and Public Relations Department, Government of Sikkim, Gangtok**, 2012.

SIMPSON, E.H. **Measurements of diversity.** *Nature*. v. 163, p. 668, 1949.

SOUZA, M.A. de. De lembrar, de ter e de comer. **A cultura alimentar e a manutenção da agrobiodiversidade na comunidade Quilombola de Raiz**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

STEWART, A.M.; ROGNANT, C.; DO BRITO, S.V. Roça sem fogo: A visão de agricultores e técnicos sobre uma experiência de manejo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável AMANÃ, Amazonas, Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 6, n. 2, p. 71-87, 2016.

STEWART, A.M.; DE MAGALHÃES LIMA, D. “We Also Preserve”: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141-165, 2017.

TORRES, M. A DESPENSA VIVA: um banco de germoplasma nos roçados da floresta. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, 2008.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

VIANA, F.M. de F.; STEWARD, A.M.; RICHERS, B.T.T. Cultivo itinerante na Amazônia central: manejo tradicional e transformações da paisagem. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, 2016.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

7 CONCLUSÃO GERAL

Na comunidade quilombola de Providência, a agrobiodiversidade é indissociável dos aspectos econômicos e culturais, que se expressam no cotidiano por meio das práticas produtivas, alimentares, de lazer e também de religiosidade. Portanto, a diversidade animal e vegetal contribui para variedade de atividades tradicionais desempenhada pelos moradores. Neste sentido, também se concluiu que a pesca, os roçados, a criação de animais e os quintais priorizam a produção para autoconsumo, porém a comercialização de excedentes é essencial à aquisição de renda, o que demonstra a importância dos roçados de abacaxi, que tem sua produção quase que integralmente voltada ao comércio.

Nas roças, há uma versatilidade de produtos oriundos dos tipos de manivas, tais como farinha, tucupi, goma, crueira, carimã, macaco e tiborna, sendo alguns dos principais produtos que são obtidos a partir das variedades de mandioca. Mesmo diante de sua predominância nos roçados, elas dividem o espaço de cultivos com o maxixe, com o jerimum, com a melancia e com a macaxeira, bem como com o abacaxi acima mencionado. Trata-se de uma atividade que atesta certo grau de segurança alimentar aos moradores que prezam por suas sementes.

A atividade pesqueira junto ao extrativismo também está presente como uma das principais fontes de obtenção de renda, porém sujeitas a variantes ambientais, como o ciclo das marés e calendário chuvoso.

Em seguida, considerando-se a finalidade das práticas produtivas, outro componente constituinte importante da renda comunitária são os benefícios sociais, que estão diretamente relacionados com a compra de alimentos e têm influência sobre a intensidade da exploração da agrobiodiversidade, contribuindo para a continuidade da lógica de produção para autoconsumo, uma vez que a necessidade de recurso financeiro é um dos determinantes para comercialização da parcela produtiva excedente.

A preferência alimentar pelos produtos locais, especialmente pelo pescado, é um reflexo da identidade quilombola, o que se associa à agricultura praticada por gerações. É válido ressaltar que parte da renda familiar é destinada para a obtenção de alimentos industrializados, que complementam a dieta alimentar.

Em seguida, a manifestação religiosa da comunidade está diretamente atrelada à agrobiodiversidade praticada, por conta da devoção a São Sebastião, protetor das matas, e à Nossa Senhora do Bom Parto, símbolo da fertilidade, expressos por elementos de ancestralidade africana. Portanto, as festividades religiosas são marcadas por confraternizações familiares, que revelam a valorização dos produtos locais nos preparos alimentícios, como na

maniçoba e no assado de porco. Os moradores entendem que as panelas cheias simbolizam a fartura da roça.

Assim, a agrobiodiversidade integra elementos identitários da comunidade por diferentes perspectivas: no meio religioso, alimentício, financeiro e cultural. Trata-se de um componente estruturante do modo de vida quilombola, que é negligenciado pelo poder público pela falta de apoio técnico, fundiário e social com medidas políticas que reconheçam a sua formação identitária fundamental.

Anexos

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE



Universidade Federal do Pará
 Instituto Amazônico de Agricultura Familiar
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
 Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
 Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**Cultivando autonomia: análise da agrobiodiversidade vegetal dos roçados nos quilombos de Salvaterra, Ilha do Marajó/PA**” e “**Cultivando autonomia: análise da agrobiodiversidade vegetal dos roçados nos quilombos de Salvaterra, Ilha do Marajó/PA**”, que está associada ao projeto de mestrado de Victor Miranda Leão, sob orientação da Prof.^a Dra. Angela May Steward, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazonicas.

O objetivo do estudo é **investigar os saberes e práticas tradicionais associados a agrobiodiversidade vegetal dos roçados e como estas contribuem para a construção da soberania alimentar das comunidades quilombolas de Bairro Alto e Providência, Salvaterra, Marajó, PA**. A justificativa dessa proposta pauta-se na necessidade de investigar os saberes e práticas tradicionais associados a agrobiodiversidade vegetal dos roçados e como estas contribuem para a construção da soberania alimentar das comunidades quilombolas de Bairro Alto e Providência, Salvaterra, Marajó, PA. O projeto fundamenta-se em observação, entrevistas e priorizará as demandas e os saberes da população envolvida na busca por valorizar o conhecimento tradicional no seio das comunidades como o principal indicador de processos de conservação e usos diretos e indiretos das espécies vegetais nativas e cultivadas, fundamentais para a alimentação das famílias, e assim, construir coletivamente caminhos para estimular a sua autonomia no território.

Nos procedimentos da pesquisa, você será entrevistado, representando a sua unidade familiar, e responderá a perguntas sobre o perfil e histórico familiar, infraestrutura e saúde, socioeconomia, cultivo e consumo agrícola, incluindo os produtos florestais não madeireiros, e as dificuldades em relação a titulação do território. Com a sua permissão, essa entrevista será gravada em áudio e depois transcrita. Você também será convidado a apresentar as plantas que cultiva e usa para alimentação. Haverá registro fotográfico e anotações de campo. Ademais, com a sua permissão, serão coletadas amostras de plantas para a identificação do nome das espécies, que ficarão armazenadas no herbário Prof.^a Dr.^a Marlene Freitas da Silva, da Universidade do Estado do Pará.

Possíveis riscos e desconfortos:

Riscos culturais – não estão previstos, pois a pesquisa não pretende interferir no modo de vida dos quilombolas, respeitando suas formas de organização; *Riscos ambientais* – não estão previstos, pois a coleta de amostras vegetais, necessárias à identificação das espécies, não representa ameaça à sobrevivência das plantas. *Desconfortos* – ao efetuar questionamentos sobre possíveis conflitos e as mudanças no seu modo de vida, pode ocorrer algum desconforto emocional.

O presente estudo compromete-se em priorizar o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos. Porém, ao perceber qualquer desconforto com as perguntas, assim como cansaço e/ou constrangimento durante a gravação de áudio, será garantida a interrupção da entrevista, conforme a sua autonomia e livre vontade. Se vier a sofrer eventuais danos (físicos, psíquicos, morais ou materiais) resultante de sua participação nesta pesquisa, terá direito ao ressarcimento, por parte do pesquisador e da instituição envolvida

nas diferentes fases da pesquisa. O pesquisador responsável prestará assistência, disponibilizando os contatos telefônicos e correio eletrônico, além do endereço institucional.

Com esta proposta de pesquisa, buscaremos contribuir para a ampliação do entendimento e valorização do modo de vida dos quilombolas de Salvaterra, especialmente relacionados à economia agrícola, formas de uso e conservação da diversidade vegetal. Além de construirmos coletivamente alternativas para potencializar a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social das famílias.

Demais esclarecimentos:

- Ao fazer parte desse estudo, você não terá nenhum custo, tampouco receberá qualquer vantagem financeira ou premiação. Porém, se ocorrerem gastos, haverá compensação material/financeira exclusivamente para despesas de transporte e alimentação, suas e dos possíveis acompanhantes.
- Cada participante terá esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto e momento que desejar, e estará livre para participar ou recusar-se, podendo retirar o seu consentimento ou interromper a cooperação em qualquer fase da pesquisa. Essa recusa não acarretará qualquer penalidade ou prejuízo.
- Os pesquisadores tratarão a identidade dos quilombolas com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa (Resolução n° 510 de 7 de abril de 2016). As informações serão utilizadas somente para os fins acadêmicos e científicos (revistas e encontros científicos, defesa de tese, entre outros). Os resultados da pesquisa estarão à disposição dos participantes, em qualquer etapa do trabalho e não apenas na fase de finalização.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias de igual teor, com duas laudas, em verso e anverso, sendo que uma via será arquivada pelas pesquisadoras e a outra será fornecida ao participante, que terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**Cultivando autonomia: análise da agrobiodiversidade vegetal dos roçados nos quilombos de Salvaterra, Ilha do Marajó/PA**”, de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu, Victor Miranda Leão, pesquisador responsável, declaro o compromisso de cumprir os termos da Resolução 466/2012 e 510/2016, as quais contêm as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas.

Salvaterra, ____ de _____ de _____

Representante da Unidade Familiar

Participante da pesquisa

CPF: _____

Victor Miranda Leão

Pesquisadora responsável

CPF: _____

Pesquisadora responsável: Victor Miranda Leão.

Pesquisadora orientadora: Profª. Dr. Angela May Steward.

Endereço institucional: Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares s/n, bairro do Guamá – CEP 66.075-110, CNPJ: 34.621.748/0001-23 / Campus na cidade de Belém-Pará.

Contatos: (91) 99904-4410 (Victor Miranda Leão) – E-mail: victor_mirandaleao@yahoo.com.br

(91) 98412-0033 (Profa. Angela Steward) – E-mail: angelasteward@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 – Campus Universitário do Guamá, CEP: 66075-110 - Belém-PA.

Contatos: (91) 3201-8010 E-mail: mafds@ufpa.br

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado interdisciplinar e independente criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Res. CNS 196/96, II.4). **Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Federal do Pará (UFPA):** Av. Generalíssimo Deodoro, 01 - Umarizal, Belém - PA, 66050-160. Telefone: (91) 3201-7735/ E-mail: cepccs@ufpa.br.

ANEXO 2- ROTEIRO DIAGNÓSTICO PRÉ-CAMPO**ROTEIRO DIAGNÓSTICO VIAGEM PRÉ-CAMPO COMUNIDADES
QUILOMBOLAS MARAJÓ-PA**

Comunidade Quilombola: _____

Representante: _____

Contato: _____

Associação: _____

Ano da fundação: _____

Estrutura: _____

Periodicidade das Reuniões: _____

Educação: _____

Demanda escolar: _____

Saúde: _____

Famílias / moradores: _____

Principais atividades econômicas:

Presença de roças:

Se sim, quais as espécies cultivadas:

Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos quilombolas no roçado?

Quanto a titulação da terra:

Conflitos: _____

Atores do conflito:

OBSERVAR

Organização espacial do quilombo:

Formas de acesso:

Práticas alimentares:

Vegetação:

Recursos naturais:

Formação da população, bem como atividades econômicas secundárias:

Acesso a programas governamentais (Bolsa família, auxílio defeso etc):

QUANTO AO ROÇADO

Observar seu papel em práticas e atividades culinárias da comunidade:

Existência de dinâmica anual de cultivo:

Tradições e envolvimento dos atores sociais nas atividades da roça:

Ao longo do tempo houve mudanças nos cultivos? Se sim, porque?

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Número de entrevista: _____

6. Quais tipos de manivas (mandioca) são plantadas nas roças atualmente? (ex. Pai mané, pretinha etc.) E quais são suas características?

Maniva	Características

7. Como vocês conseguiam as mudas (por ex. troca, compra, da outra roça)?

8. O que era plantado antigamente e que hoje não é mais? Por que desistiu de plantar?

Planta	Motivo

9. No passado, quais as manivas que não planta hoje? Por que desistiu de cultivar?

10. Você pode falar sobre o calendário de produção da roça? Quando vocês começam a plantar e colher?

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

P = Planta; C = Colhe

11. Como é feito o preparo da roça e a plantação?

12. Quais os cuidados com a roça?

13. Você faz uso de algum insumo (adubo, pesticidas)? Se sim, quais e como adquire.

14. Como é feita a colheita? Qual a frequência?

15. Quais as atividades da roça (homem x mulher)?

Homem	Mulher

16. Para limpar a área é utilizado o fogo? Pode descrever as práticas utilizadas para controlar o fogo? (obs. Deixe o agricultor descrever todo o processo de uso do fogo).

17. Tem que pegar uma autorização para botar uma roça (em relação ao fogo)? Caso positivo, tem uma dificuldade em relação a conseguir esta autorização? A quem pede?

18. Na comunidade tem problemas de o fogo entrar nas roças ou quintais de outros (moradores ou fazendas)?

19. Percebeu algumas mudanças climáticas nos anos recentes? Por exemplo, as chuvas vêm em outras épocas?

20. Tem acesso a crédito, financiamento?

21. Qual o projeto futuro da família, em relação aos seus cultivos?

22. Recebe algum apoio técnico de algum órgão ou instituição? Caso sim, quais?

23. Já participou de alguma capacitação de cultivo e elaboração de produtos? É de seu interesse?

24. No caso de produtos comercializados, como são definidos os preços? Como é feita a venda?

25. Você pode falar sobre o preparo de alimentos com os produtos da roça? Quais são as etapas envolvidas? Quem da sua casa ajuda?

Quanto a alimentação

1.O que mais gostam de comer? Como obtem?

2.O que mais se come na sua casa?

3.Quais os alimentos comprados?

4.Como faz para comprar?

5.Qual a importância da roça para a alimentação da família?

6.Você pode falar sobre o preparo de alimentos com os produtos da roça? Quais são as etapas envolvidas? Quem da sua casa ajuda?

7.A roça atende toda a sua necessidade alimentar? Caso não, o que poderia mudar?

Lista Livre

Cite plantas mais importantes que você tem em seu roçado

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR – ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E ALIMENTARES

Entrevistas estratégias econômicas e alimentares

Número da entrevista:

01

Nome do entrevistador:

Victor Miranda Leão

Localidade:

Providência

Nome do entrevistado:

Heitor da Silva Pinheiro

Quais são as atividades rurais que vocês praticam atualmente?

O que você pega na mata? (Anotar o período)

Mantêm quintal? Quais são os tipos de cultivos (por exemplo, frutíferas, hortaliças etc.)

Criação:

Quais tipos de animais vocês criam? E em qual ambiente?

Animal	Ambiente

